

RELATÓRIO E CONTAS 2023



SIMARSUL
Grupo Águas de Portugal

20
ANOS



A FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

As empresas do Grupo Águas de Portugal desenvolvem atividades essenciais à vida humana, à saúde pública, à proteção do ambiente e ao desenvolvimento social e económico.

O esforço de infraestruturação e a implementação de modelos de governança adequados ao longo de 30 anos de existência do Grupo Águas de Portugal permitiram alcançar elevados padrões de qualidade, colocando Portugal entre os melhores desempenhos da Europa no que respeita a qualidade da água de abastecimento público e à cobertura dos serviços de saneamento.

São amplamente reconhecidos os progressos notáveis que Portugal registou no setor da água em três décadas deste roteiro de transformação.

Os impactos positivos da nossa atividade estão patentes na qualidade de excelência da água da torneira, na saúde e bem-estar, na qualidade das águas balneares, na preservação da biodiversidade, promovendo a economia circular, a valorização dos territórios e cidades mais sustentáveis

A SIMARSUL orgulha-se de contribuir para estes resultados e reafirma o seu compromisso de responder aos novos desafios para continuar a fazer a diferença na vida das pessoas.





ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	7
2023 EM DESTAQUE	10
1. DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	11
2. SÍNTESE DE INDICADORES	14
EMPRESA	19
1. QUEM SOMOS	20
1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES	20
1.2 DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA	20
1.3 O NOSSO PERCURSO DE 20 ANOS	21
1.4 CADEIA DE VALOR	22
2. AS NOSSAS PESSOAS	23
3. OS NOSSOS STAKEHOLDERS / PARTES INTERESSADAS	29
4. COMO ESTAMOS ORGANIZADOS	30
4.1 ESTRUTURA ACIONISTA, ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	30
4.2 CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS	32
5. O NOSSO PROPÓSITO	32
5.1 FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS	32
5.2 COMPROMISSO DE INTEGRIDADE	33
5.3 COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE	33
5.4 RECONHECIMENTO / PRÊMIOS / CERTIFICAÇÕES	35
RELATÓRIO DE GESTÃO	37
1. A ENVOLVENTE	38
1.1 O CONTEXTO MACROECONÓMICO	38
1.2 A PENÍNSULA DE SETÚBAL	39
1.3 O SETOR	40
1.4 A ENERGIA	43
1.5 O CONTEXTO REGULATÓRIO	47
2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	49
3. O NEGÓCIO	52
3.1 INTRODUÇÃO	52
3.2 SANEAMENTO EM "ALTA"	53
3.3 OUTROS NEGÓCIOS	54
3.4 ATIVIDADE OPERACIONAL	54
3.4.1 OPERAÇÃO	54
3.4.2 INFRAESTRUTURAS	58
3.4.3 GESTÃO DE ENERGIA	62
3.4.4 GESTÃO DE ATIVOS	65
3.5 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INOVAÇÃO	67
3.6 SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	69
3.7 SUSTENTABILIDADE	70
3.7.1 INTRODUÇÃO	70
3.7.2 ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE	71
3.7.3 GESTÃO SISTEMA INTEGRADO	71
3.7.4 INICIATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	71
3.7.5 COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	72
4. RISCO E CONTROLO	75
4.1 CONTROLO DO RISCO	75
4.2 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	79
5. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO	79
6. EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES	84
7. PERSPETIVAS FUTURAS	84
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	86
10. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS	87
11. DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO	89
12. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	89
13. ANEXO AO RELATÓRIO	111
CONTAS DO EXERCÍCIO	113
1. CONTAS INDIVIDUAIS	114
1.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	114
1.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL	115
1.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	115
1.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	116
1.5 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	117
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	165
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	169
ANEXO – DESPACHOS DE APROVAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DO ANO 2023	170



MENSAGEM DO PRESIDENTE

FRANCISCO NARCISO
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os tempos que atravessamos continuam a caracterizar-se por uma elevada incerteza e complexidade, ou de esperar o inesperado, como nos sugere Edgar Morin.

A Organização Meteorológica Mundial confirmou publicamente, no passado dia 12 de janeiro de 2024, que se atingiu em 2023 um novo recorde na temperatura mundial com uma margem significativa¹, consequência do aumento global alcançado, de cerca de 1,45°C, aproximando-se do limiar de 1,50°C estabelecido no Acordo de Paris. Informou ainda esta instituição que, a combinação do fenómeno El Niño com as alterações climáticas, alimentou o aumento das temperaturas na segunda metade de 2023, admitindo ainda que 2024 seja possivelmente mais quente, circunstância que não deixará de ter impactos socioeconómicos. Já a 5 de dezembro de 2023, esta mesma instituição, intitulava um relatório sobre o atual estado, como *The Global Climate 2011-2020: A Decade of Acceleration*, depois da década 2001-2010² ter sido caracterizada como a década dos extremos climáticos.

A evolução climática mais recente reforça a preocupação com a aceleração e aproximação ao cenário mais gravoso (RCP 8.5)³ e a adoção da expressão emergência climática por parte da ciência é cada vez melhor compreendida, o que tem motivado a afirmação “o colapso climático já começou” por parte do secretário-geral das Nações Unidas. Ampliam-se as preocupações com a atual década, considerada já a mais crítica de sempre na relação água-energia-alimentação, em que a nossa ambição de maior autonomia alimentar pressiona os recursos hídricos.

Adicionalmente, o *Global Risks Report 2024* evidencia, no curto prazo, a expressão dos fenómenos de informação falsa e desinformação que crescem, senão mesmo alimentam, fenómenos como o da polarização das Sociedades, o que num ano em que cerca de metade da população mundial tem eleições importantes, não deixa de nos fazer refletir. O alastramento da instabilidade geopolítica e um evento pandémico global sem precedentes, que embora mitigado, ainda persiste, a par da evolução climática, configuram a combinação para uma “tempestade perfeita”.

Não é assim de estranhar a decisão de inclusão no final de 2022, por parte da União Europeia, do nosso setor e da nossa atividade no leque das entidades críticas⁴, originalmente motivada pelas ameaças terroristas do início deste século,

¹https://wmo.int/media/news/wmo-confirms-2023-smashes-global-temperature-record?utm_source=LinkedIn&utm_medium=Infographic&utm_campaign=StateOfClimate&utm_id=StateOfClimate.

²Caracterizando-se em especial por: a) A década mais quente registada; b) A redução dos glaciares e mantos de gelo sem precedentes; c) A aceleração do aumento do nível do mar; d) O calor e a acidificação dos oceanos prejudicam os ecossistemas marinhos; e) As condições climáticas extremas prejudicam o desenvolvimento sustentável, em especial pelos impactos na segurança alimentar e na mobilidade humana; f) O buraco na camada de ozono foi menor do que nas duas décadas anteriores.

³Cenário RCP (Representative Concentration Pathways), refere-se à porção dos patamares de concentração que se prolongam até 2100, para os quais os modelos de avaliação integrada produzem cenários de emissões correspondentes [IPCC, 2013]. O RCP8.5 é um patamar elevado para cada forçamento radiativo e superior a 8,5 Wm⁻² em 2100 e continua a aumentar durante algum tempo (o RCP correspondente assume emissões constantes após 2250) [IPCC, 2013].

circunstância que vem impor acrescidas exigências em termos de resiliência e garantia de continuidade dos negócios.

Também as exigências acrescidas em termos de tratamento constituem um cenário mais presente, seja pelos desenvolvimentos de iniciativas como a revisão da Diretiva das Águas Residuais Urbanas, seja pelo desafio e pela oportunidade de potenciar a produção e fornecimento de água para reutilização (ApR).

A preocupante e acentuada escalada da incerteza e complexidade dos nossos tempos reforçam o sentimento há muito existente de necessidade de alteração de paradigma e mudanças de abordagem nesta indústria, que tornam urgente, infraestruturas mais fiáveis, resilientes e organizações mais ágeis, em especial, nas entidades gestoras de infraestruturas críticas e serviços essenciais.

Este requisito concorre com as exigências crescentes de governo societário, bem como de transparência e reporte com um número acrescido de partes interessadas, num momento em que a sociedade, as comunidades, com reforçados instrumentos e mais sensíveis para as preocupações relacionadas com o ambiente, mas também para a gestão da causa pública, ampliam significativamente a sua capacidade de influência.

É na manutenção de um contexto de grande incerteza e complexidade que somos convocados para uma mudança, em certa medida transformacional, e para o desenvolvimento e robustecimento organizacional, para o que em 2023 procurámos dar continuidade na estratégia de desenvolvimento da empresa, onde merece especial destaque:

- a) O importante aumento de atividade decorrente da integração do município de Setúbal, prevista desde a originária constituição da empresa e criação do sistema multimunicipal em final de 2003, em paralelo com a concretização de um conjunto de intervenções destinadas a aumentar a fiabilidade e repor o estado de condição de um conjunto de infraestruturas, e o planeamento da concretização de intervenções mais vastas, para o que se reforçou com subcontratações os meios ao dispor.
- b) Este expressivo aumento de atividade não permitiu ainda projetar-nos para os níveis previstos e alcançar uma evolução mais favorável de indicadores económico-financeiro relevantes, como o EBITDA ou o DRG, por via de uma redução anómala e muito significativa do caudal afluente de um dos nossos utilizadores.
- c) Um desempenho ambiental consistente, traduzido em muito pontuais incumprimentos e num nível de tratamento bastante elevado, circunstância que se reveste de reforçada importância, atento o significativo aumento de atividade e de infraestruturas exploradas.
- d) O esforço continuado de preservação e boa gestão das infraestruturas, seja através de empreitadas com importantes intervenções de reabilitação, seja em

intervenções de manutenção mais profundas, como as que já concretizadas nas infraestruturas de Setúbal, circunstâncias que têm permitido recuperar parte da erosão de um período recente, como também gerir a pressão de preços ao nível das empreitadas, com sucessivas repetições de importantes procedimentos de contratação e que se refletiram, em particular, numa execução do investimento em infraestruturas manifestamente abaixo do desejado. Também o aprofundamento da metodologia de gestão de ativos foi objeto de especial atenção, em que o esforço de implementação do sistema, traduziu-se na obtenção da certificação do Sistema de Gestão de Ativos de acordo com o referencial ISO 55 001, em que no essencial, a metodologia de priorização das intervenções existente, foi complementada com o aprimoramento da dimensão de criticidade das infraestruturas.

- e) Os desenvolvimentos em termos de enquadramento e autorizações, assim como as manifestações de interesse para a concretização das iniciativas constantes da nossa agenda da economia circular e da neutralidade carbónica, com especial destaque para a produção e fornecimento de água para reutilização (ApR), acompanhando em especial a dinâmica de desenvolvimento de projetos industriais de interesse nacional no concelho de Setúbal.
- f) A aprovação do Plano Estratégico de Sistemas de Informação, instrumento essencial que orienta a nossa estratégia de aposta reforçada na digitalização e na elevação da qualidade da informação, num momento em que em simultâneo se concluiu a centralização dos sistemas de monitorização, supervisão e telegestão, intervenção com repercussões relevantes na arquitetura tecnológica e nas rotinas de exploração.
- g) O reforço e alinhamento de toda a organização para melhor responder aos importantes desenvolvimentos na nossa atividade, mas também à nossa maturidade, para o que estabilizámos no final de 2023 nos necessários desenvolvimentos na nossa estrutura organizacional e na sistematização da nossa agenda participada de gestão, onde também alguns ajustes no nosso modelo de governo têm vindo também a ser prosseguidos.
- h) A nossa confiança e empenho nas diligências em curso no sentido de permitir a adequada valorização remuneratória das nossas trabalhadoras e trabalhadores, indispensável para reforçar a nossa capacidade de atração e retenção, cientes que, só deste modo, iremos conseguir motivar e continuar a responder cabalmente aos desafios acrescidos que enfrentamos. A este respeito temos contado com o total apoio dos Municípios parceiros que quiseram manifestar esta preocupação, juntamente com os constrangimentos que têm vindo a ser impostos ao desenvolvimento da nossa atividade, numa audiência em setembro com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente.

⁴A evolução é hoje evidente com os conceitos mais recentes, como os subjacentes à adoção da nova diretiva e recomendação do Conselho de 8 de dezembro de 2022 disponível em :<https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2022/12/08/eu-resilience-council-adopts-a-directive-to-strengthen-the-resilience-of-critical-entities/>.

- i) O início do programa com que pretendemos assinalar os 20 anos de atividade no território, oportunidade em que iremos evidenciar publicamente e de forma participada, com todas as partes interessadas, não só a intervenção efetuada, mas também como estamos a preparar o futuro, aproveitando para reforçar o exemplo desta parceria alargada, num momento em que a complexidade do contexto impõe mais pontes, consensos e compromissos alargados.

O sentido dos nossos principais desenvolvimentos é claro, continuidade no aprofundamento. Seja da evolução no foco, a partir da valorização do serviço de águas residuais, a base do maior desenvolvimento de saúde pública dos últimos 170 anos, impulsionado por eventos associados às alterações climáticas, que dinamizam uma agenda de economia circular e neutralidade carbónica, assim como da evolução do conhecimento, em especial quanto à presença de microplásticos e produtos fitofarmacêuticos, e de uma sociedade e comunidades mais atentas para a problemática ambiental, que incentivam o aumento da fiabilidade, resiliência e desenvolvimentos nos processos de tratamento. Também a circunstância das principais e mais consistentes manifestações de interesse que temos recebido para o fornecimento de ApR estarem associadas a atividades industriais relevantes, com dependência dos respetivos processos produtivos, remete-nos também, e desde logo, para um elevado patamar de exigência que tem de ser devidamente preparado.

Esta linha de continuidade da estratégia de desenvolvimento encontra-se transposta para uma versão, já estabilizada internamente, da revisão do estudo de viabilidade económica e financeira da concessão que, se pretende, estabilize a discussão com os parceiros até meados de 2024, antes de ser formalmente suscitada a sua apreciação pelas entidades competentes.

É, pois, vincando a complexidade e incerteza dos desafios dos nossos tempos, que nos impõe um olhar muito atento para o futuro, incluindo a capitalização das oportunidades, que continuámos em 2023 muito comprometidos com o bem-estar das nossas comunidades e com a sustentabilidade, o desenvolvimento e a competitividade do território que servimos, em diálogo, através de pontes e parcerias alargadas.

Para o efeito, o Conselho de Administração entende que o nosso desempenho em 2023 só foi possível graças ao grande compromisso de todos os trabalhadores e trabalhadoras, à excelente colaboração dos utilizadores e clientes e ao apoio dos Acionistas, dos vários órgãos sociais e ainda das diversas Instituições da Administração Pública, nomeadamente a ARH do Tejo e Oeste (Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, I.P.), ARH Alentejo (Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.) e ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), que no âmbito das suas competências específicas muito têm contribuído e colaborado para a importante melhoria dos níveis de desempenho dos serviços essenciais que prestamos às populações do nosso território e a todos os que nos visitam.



2023 EM DESTAQUE





1. DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Relevam-se neste capítulo os principais factos do exercício, embora o seu relato integral e toda a atividade desenvolvida pela Empresa estejam explanados, e com mais detalhe, nos capítulos correspondentes à atividade operacional e à atividade das diversas áreas funcionais e de suporte.

Em 2023, a atividade da Empresa ficou ainda influenciada por um contexto de medidas de mitigação pós-pandemia, situação geopolítica, guerra na Ucrânia e a mais recente guerra na Palestina, com impacto no aumento acentuado de preços das matérias-primas, materiais, mão-de-obra, e dos prazos e condições para a contratação pública, afetando em particular as estimativas de execução de investimentos em infraestruturas.

O ano em análise foi marcado pela exploração em pleno das infraestruturas integradas do Município de Setúbal no Sistema, concretizada no dia 18 de dezembro de 2022, no âmbito do Contrato de Concessão, e o arranque da implementação do respetivo plano de investimentos, que prosseguiu a análise das infraestruturas integradas e a construir, a análise do seu estado de condição e o planeamento dos estudos, projetos e obras a desenvolver. Ao nível da estrutura, de destacar, também, a decorrente criação do novo Centro Operacional de Setúbal, a formação da nova equipa aos processos e procedimentos vigentes e a realização em novembro de jornadas técnicas envolvendo a gestão e quadros técnicos, onde foi possível efetuar um balanço do trabalho realizado e perspetivar oportunidades de melhoria na articulação.

Pese embora os constrangimentos do contexto económico-social agravado pelo desafiante cenário climático e geopolítico mundial, foi possível continuar a reforçar o esforço de manutenção que atingiu os 2,5 milhões de euros e prosseguir com a execução de investimento em empreitadas programadas, num valor total 1,9 milhões de euros⁵ e onde se destacam, pelo seu valor, a execução das empreitadas de reabilitação dos Emissários de Pinhal Novo Norte, Poceirão e o Intercetor da Quinta do Conde 2A; a eliminação da Estação Elevatória Poceirão (antiga) e a Estação Elevatória do Pinhal Novo Norte no âmbito da reengenharia de processos; a reabilitação no âmbito do período de garantias da ETAR da Quinta do Conde e da ETAR do Barreiro/Moita e do Sistema de Drenagem e Elevatório do Barreiro/Moita e o Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL.

Merece especial destaque a prossecução do plano de atuação e da execução dos investimentos com o objetivo de redução de afluências indevidas no Sistema, prosseguindo, também, uma metodologia de priorização de investimentos que contemplam critérios de risco e criticidade, compromissos estratégicos e em plena articulação com as demais partes interessadas.

⁵ Valor em parte suportado por garantias prestadas.

De salientar que a Empresa emitiu o Relatório Final da candidatura submetida “Execução do Emissário Cárcamo Lobo” no valor global de 0,645 M€, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos do Fundo de Coesão - e que foi objeto de decisão de aprovação condicionada a disponibilidade orçamental por parte da Autoridade de Gestão do POSEUR – encontrando-se a aguardar, ainda, a sua aprovação final. Foi, também, recentemente concluída, com sucesso, a auditoria do POSEUR no local ao processo da candidatura da SIMARSUL.

A Empresa prosseguiu, também, medidas de eficiência e desenvolvimento da implementação do Programa de Neutralidade Energética ZERO, através do qual, juntamente com as Empresas do Grupo, até 2030 pretende ser energeticamente autossustentável, através da produção de energia 100% renovável e da adoção de medidas de eficiência energética. Nesta matéria destaca-se, também, o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 com medidas em curso de redução energética, hídrica e de mobilidade, bem como o desenvolvimento do Programa Neutro e a respetiva metodologia anual de inventariação de Gases de Efeito de Estufa (GEE) com a primeira medição concluída no final de 2023. Mais se destaca o processo de instrução em curso da ETAR da Quinta do Conde para certificação da instalação de produção de energia elétrica para autoconsumo e ligação à Rede Elétrica pública, bem como a conclusão do pedido de conversão das centrais de microprodução das Estações Elevatórias ZI Cascalheira, do Subsistema de Pinhal Novo, e Saldanha do Subsistema do Seixalinho, para instalações de produção de energia elétrica para autoconsumo.

Destaca-se, também, pela sua importância no desempenho energético e ambiental da Empresa, a renovação da certificação energética da frota da SIMARSUL como frota certificada pelo MOVE+ pela Agência de Energia ADENE e cujo processo tem, desde 2019, permitido melhorar a sua classificação energética através de uma gestão mais eficaz e eficiente, reforçando, assim, o compromisso da Empresa com uma mobilidade mais sustentável e obviar a emissão de 23,8 ton de Co₂ em 2023.

A nível ambiental foi dada continuidade a algumas atividades iniciadas no âmbito do Projeto ENVITEJO, em parceria com a Águas do Tejo Atlântico, um projeto desenvolvido em articulação com a APA/ARH Tejo, para monitorização da qualidade da água dos meios recetores do estuário do Tejo. De salientar, também, a obtenção pioneira da “Classificação em Práticas de Gestão em Economia Circular” atribuída pela ADENE no âmbito da participação da SIMARSUL no projeto-piloto “eCIRCULAR – Futuro mais Sustentável”, cuja metodologia reforça o compromisso da Empresa para acelerar a economia circular da água através da redução, reutilização, e reciclagem de materiais, água e energia, em fluxos circulares, visando a minimização da afetação dos recursos naturais e a redução do desperdício ou dos resíduos ao mínimo no desenvolvimento da sua atividade de saneamento para valorização da água residual.

A Empresa continuou a participar em projetos de investigação e de inovação, a nível local, corporativo, nacional e europeu, destacando-se do relato constante do capítulo dedicado

neste relatório, entre outros, a participação da SIMARSUL em cinco consórcios com várias empresas do Grupo no primeiro “Concurso de Inovação Proativa do Grupo Águas de Portugal” nas temáticas de digitalização e otimização de processos, aproveitamento de recursos na ótica da economia circular, neutralidade energética, criação de modelos preditivos, entre outros.

Desalientar, também, a apresentação dos resultados da participação da Empresa no Projeto-piloto com a Global Biosciences Center da SGS Portugal para o estabelecimento de novas metodologias que permitirão ampliar a deteção de agentes infecciosos em águas residuais, assim como a apresentação do estudo “Determinação do Carbono Orgânico Total (COT) como parâmetro indicador da eficácia do tratamento de uma ETAR” no Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento, na sequência dos resultados da instalação de uma Sonda COT na ETAR da Quinta do Conde.

Igualmente importante na ação para o clima, é a participação no Programa Interreg-Sudoe através do novo projeto “*TARGET - TerritoriAl stRateGy for watEr scarcity*” para desenvolver modelos de gestão sustentável de recursos e prevenção de situações de crise de escassez hídrica, prevendo uma ação piloto de modelo de planeamento e gestão estratégica local ao nível da bacia hidrográfica.

Sendo a digitalização dos serviços uma prioridade estratégica da SIMARSUL, releva-se a receção provisória da obra para colocação em funcionamento do Sistema de Telegestão, no âmbito do processo de reconfiguração das suas plataformas tecnológicas e reforço da instrumentação, abrangendo a reformulação do atual Sistema de Telegestão com a integração das instalações ainda não monitorizadas, bem como a requalificação dos sistemas de supervisão e automação locais, por forma a responder às necessidades da atividade de exploração, de gestão de ativos e gestão da energia de todo o sistema de recolha e tratamento de águas residuais, que permitirá, além da gestão técnica eficaz e integrada, a gestão económica e estatística da infraestruturas e que assenta numa configuração técnica inovadora. Se salientar, também, relativamente ao foco na estratégia de digitalização a aprovação do Plano Estratégico de Sistemas de Informação da SIMARSUL.

Em termos de projetos estratégicos, e alinhados com a visão corporativa, de referir a prossecução de trabalhos para a implementação da norma de Energia (NP EN ISO 50 001); a participação no desenvolvimento de trabalhos para a “Digitalização dos Serviços Ambientais”, “Economia Circular”, “Neutralidade Energética” e “ApR – Água para Reutilização” para o desenvolvimento sustentável do Sistema Multimunicipal, assim como a revisão técnica do Regulamento de Exploração de Água Residual (AR).

Pelo importante impacto de oportunidades no desenvolvimento do país e no combate à escassez, merece especial atenção a continuidade dos contactos com um conjunto de projetos no sentido de promover o recurso à utilização de ApR com implicações económicas e sociais, associadas a fins industriais,

como a produção de hidrogénio verde e a refinação de lítio, para fins agronómicos como a rega de vinha, para usos turísticos como a rega de campos de golfe ou para usos municipais como a lavagem de pavimentos e viaturas operacionais.

A Empresa reforçou o compromisso da sua governação com os mais elevados padrões éticos, de transparência e excelência nas práticas de gestão pública e de integridade do serviço essencial que presta à população, prosseguindo o seu Compromisso de Integridade e o *Global Compact* das Nações Unidas para reforçar a responsabilidade Empresarial ao nível dos Direitos Humanos, do Trabalho, da Proteção do Ambiente e de Mecanismos Anticorrupção. É neste contexto e de maior participação dos trabalhadores/as que, já no final de 2023, foi desenvolvida uma reflexão no sentido de visitar o Manual de Governo e o organograma, a implementar no decorrer de 2024.

A empresa prosseguiu medidas de promoção do foco nas suas pessoas, no seu bem-estar, segurança, valorização e adequação. A importante diminuição do número de acidentes de trabalho com incapacidade temporária absoluta está na origem da diminuição da taxa de frequência dos acidentes, a que não é alheia a clara aposta no domínio da segurança e da medicina no trabalho, para além do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis. No final do 2023, a Empresa registava 120 trabalhadores/as, tendo sido realizadas novas contratações de efetivos, oito substituições, e duas das quais no âmbito da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2023, tendo transitado a contratação de sete efetivos previstos nos Planos de Atividades e Orçamento anteriormente aprovados. De salientar na sua estrutura, também, o facto das posições de chefia (vinte) serem ocupadas maioritariamente por mulheres (doze) em comparação aos homens (oito).

Reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais, bem como na vida familiar, a SIMARSUL prosseguiu o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade. Neste sentido, foi realizado o Plano para a Igualdade de Género 2023 e a planificação para 2024, destacando-se um índice de cumprimento de 87% das medidas que integravam o plano de 2023 à data do seu reporte, no mês de setembro, revelando o compromisso da empresa na promoção de uma cultura mais inclusiva, no combate aos estereótipos, na prevenção do assédio e na promoção da igualdade de oportunidades e cujas temáticas foram objeto de programas de formação e sensibilização interna.

Relativamente a campanhas públicas de sensibilização ambiental, destacam-se, entre outras, o prosseguimento da campanha regional para assinalar a plena integração do Município de Setúbal – “Estamos Cá para Proteger o Ambiente” - tendo em vista reforçar a renovação da parceria entre a Águas de Portugal e os Municípios da Península de Setúbal, que se traduz no tratamento e valorização da água residual produzida de forma segura e contínua, e na defesa dos valores ambientais da região; a campanha nacional de sensibilização para a seca “Água é Vida” entre outras já existentes e promovidas no âmbito da educação ambiental e em estreita parceria com as partes interessadas da comunidade educativa e dos parceiros municipais. Constituem-

se de importância acrescida a campanha corporativa da comemoração dos 30 Anos do Grupo Águas de Portugal e o processo participativo de conceção e programação da campanha celebrativa, em 2024, dos 20 Anos do Sistema Multimunicipal da SIMARSUL – “20 Anos a tratar o Futuro” – e cujo arranque das celebrações teve o mote “Onde Chegámos, para onde Vamos” numa sessão interna no dia 8 de novembro – data que assinalou 20 anos do Decreto Lei (n.º 286/2003) que constituiu em 2003 a SIMARSUL - e que, de forma celebrativa, incluiu uma reunião de Coordenação Geral, uma reflexão conjunta da Agenda de Gestão da Empresa, com a representação dos acionistas, e um Encontro de Trabalhadores/as.

Prosseguindo a excelência de serviço, a SIMARSUL alcançou a Certificação da Segurança e do seu Sistema de Gestão de Ativos, ao abrigo, respetivamente, das normas ISO 45 001 e ISO 55 001, e a manutenção dos sistemas da Qualidade e Ambiente, ao abrigo das normas ISO 9 001 e ISO 14 001, respetivamente.

A SIMARSUL continuará a encetar as medidas preconizadas para reforço da capacidade de resposta à dinâmica associada à emergência climática, à descarbonização, à transformação digital e à economia circular nos próximos anos, cumprindo e reforçando os compromissos assumidos para cumprir o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas e valorizar o território da Península de Setúbal de forma próxima e concertada com as suas partes interessadas.

2. SÍNTESE DE INDICADORES

INDICADORES DE ATIVIDADE

		2023	2022	2021	2020	2019
Municípios abrangidos	n.º	8	8	8	8	8
Municípios servidos	n.º	8	7	7	7	7
População abrangida ^(*)	milhões hab.	0,63	0,60	0,60	0,60	0,60
População servida	milhões hab.	0,54	0,51	0,42	0,42	0,42
Volume de AR recolhido	milhões m3	35,54	30,44	31,95	30,48	27,35
Volume de AR tratado	milhões m3	32,53	27,78	29,20	27,78	24,73
Volume de AR faturado	milhões m3	35,53	30,42	31,93	30,47	27,34
Investimento	milhares euros	3 493	11 492	2 132	904	503
Energia Consumida ^(a)	milhares kWh	24 631	19 088	19 103	19 530	18 867
Energia Consumida ^(a)	milhares euros	3 636	918	1 937	2 151	2 177
Energia produzida ^(b)	milhares kWh	333	876	707	652	567
Energia produzida e consumida ^(c)	milhares kWh	184	103	251	129	164
ETAR em funcionamento	n.º	25	25	21	21	21
EE em funcionamento	n.º	117	117	100	100	100
Rede em funcionamento ^(d)	km	414,3	400,1	352,6	345,7	345,7
EM. Submarinos em funcionamento	n.º	5	5	5	5	5
Órgãos Sociais ^(e)	n.º	10	11	11	11	11
Trabalhadores ^{(f)(g)}	n.º	120	120	100	99	99
n.º médio de Trabalhadores ^(e)	n.º	119	102	99	99	95

LEGENDA

(*) - população do ano 2023 atualizada de acordo com os Censos de 2021

(a) - proveniente da rede (fornecedores de energia)

(b) - energia produzida e entregue à rede (vendida)

(c) - energia produzida e consumida na instalação (auto-consumo)

(d) - inclui emissários, intercetores e condutas elevatórias

(e) - a 31 de dezembro de cada ano

(f) - não inclui órgãos sociais

(g) - n.º de trabalhadores a 31 de dezembro de cada ano

INDICADORES DE GESTÃO

	2023	2022	2021	2020	2019
Capital Social realizado	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000
Capital Próprio	73 116 509	70 089 137	67 845 701	66 902 631	65 867 581
Ativo Líquido Total	233 323 432	236 438 675	232 994 342	236 612 201	240 087 765
Passivo Total	160 206 923	166 349 538	165 148 641	169 709 570	174 220 184
Dívida de Clientes Total	7 772 725	7 077 098	6 963 940	6 555 384	5 543 299
Dívida Municipal Bruta	7 255 368	6 718 073	6 749 992	6 360 317	5 371 041
Dívida Municipal Bruta Vencida	2 898 121	2 542 136	2 607 696	3 331 556	3 217 888
Endividamento Bancário	61 623 918	66 732 473	71 660 445	75 906 171	79 631 743
Volume de Negócios ^(a)	23 931 186	18 101 783	18 409 162	17 349 471	15 135 324
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	1 506 676	518 795	(-160 601)	224 382	1 519 237
Gastos Operacionais	25 648 047	27 139 713	18 525 470	16 797 931	14 672 244
Gastos Operacionais ajustados ^(b)	20 042 784	13 798 061	14 528 745	14 013 298	12 586 369
EBIT	5 445 108	4 940 539	3 857 102	3 648 513	4 219 968
EBITajustado ^(c)	3 938 433	4 421 744	4 017 703	3 424 131	2 700 731
EBITDA	12 327 158	10 578 216	10 215 384	9 689 812	9 580 528
EBITDAajustado ^(d)	8 708 399	8 209 816	8 511 259	7 584 465	6 478 276
Resultados Financeiros	(-2 058 345)	(-1 942 705)	(-2 466 511)	(-2 404 264)	(-2 602 553)
Resultados Antes de Impostos	3 386 763	2 997 835	1 390 591	1 244 249	1 617 415
Resultado Líquido do Exercício	3 027 372	2 243 435	943 070	1 035 050	1 245 184
Resultado Líquido do Exercício ajustado ^(e)	1 859 699	1 841 369	1 067 536	863 498	67 776
Tarifa média (euros/m ³)	0,6735	0,5950	0,5765	0,5695	0,5536

LEGENDA

(a) - o valor corresponde apenas à Prestação de Serviços

(b) - deduzido dos Gastos de Construção e dos Subsídios ao investimento

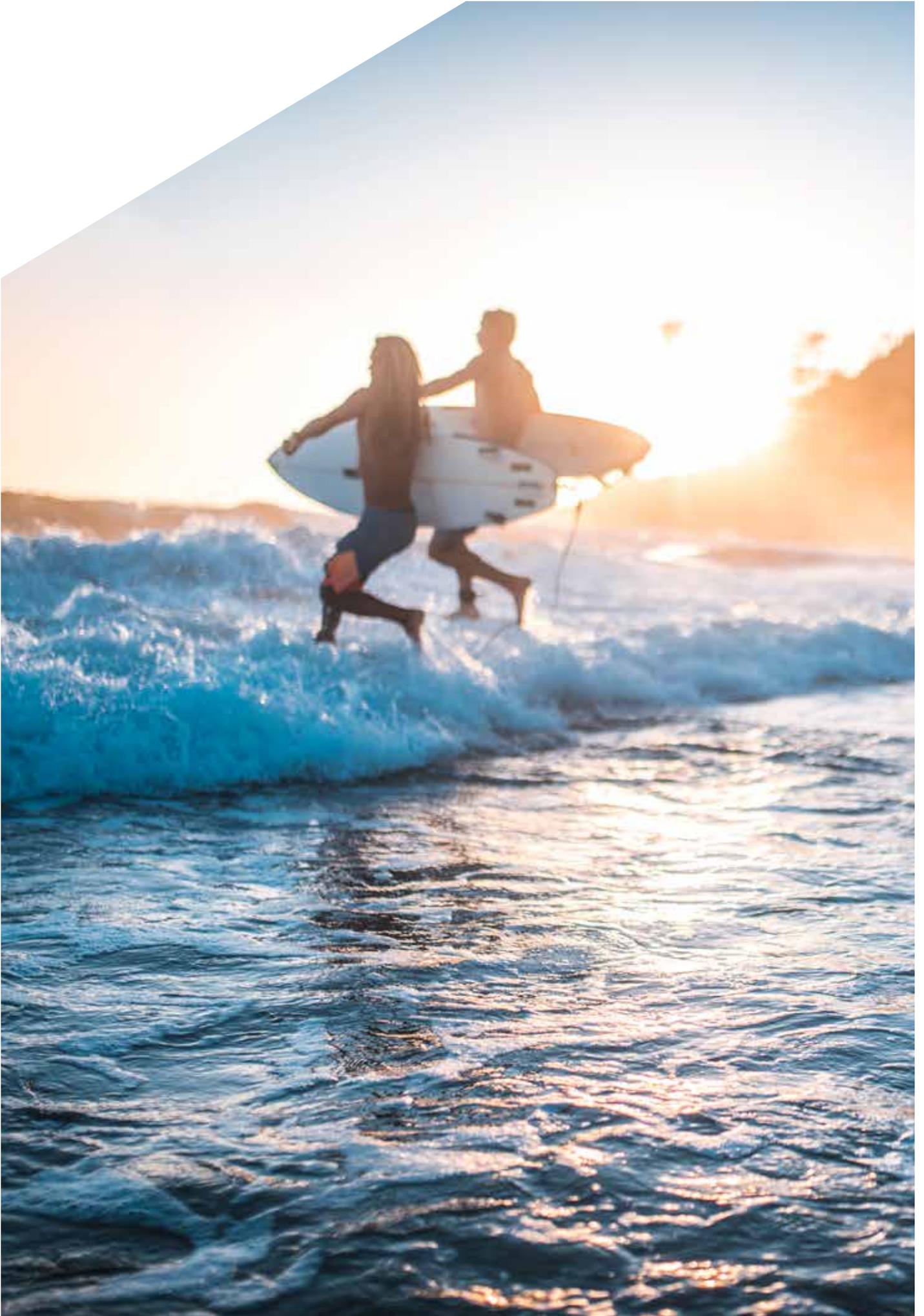
(c) - deduzido do Desvio de Recuperação de Gastos

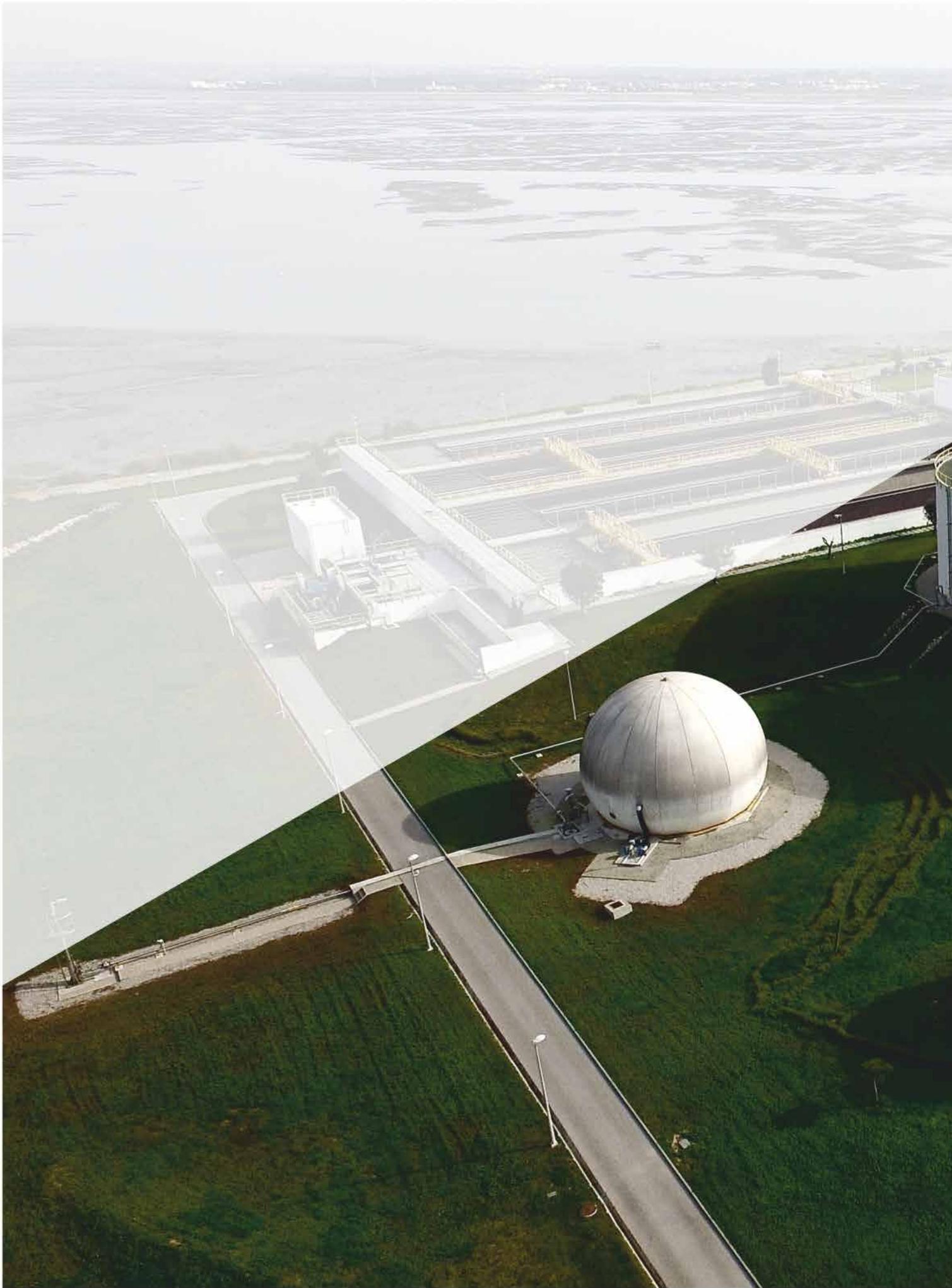
(d) - deduzido dos Subsídios ao investimento e do Desvio de Recuperação de Gastos

(e) - deduzido do Desvio de Recuperação de Gastos Líquido

INDICADORES DE GESTÃO

	2023	2022	2021	2020	2019
Margem EBITDA ajustada	36,4%	45,4%	46,2%	43,7%	42,8%
Gastos Operacionaisajustados / EBITDA ajustado	230%	168%	171%	185%	194%
GOMN	63,1%	54,4%	53,7%	55,6%	57,0%
Capital Empregue (M€)	169,8	174,2	168,9	168,8	171,1
Autonomia Financeira	53,4%	52,2%	52,8%	52,4%	51,6%
Liquidez Geral	111,6%	132,9%	169,4%	156,5%	150,8%
Solvabilidade	114,7%	109,4%	112,1%	110,3%	106,5%
Fundo de Maneio (M€)	1,4	2,9	6,2	6,0	5,6
ROE	4,1%	3,2%	1,4%	1,5%	1,9%
ROA	1,3%	0,9%	0,4%	0,4%	0,5%
Dívida Financeira (M€)	61,6	66,7	71,5	75,9	79,6
Debt to Equity	84,2%	95,1%	105,5%	113,5%	120,9%
Net Debt (M€)	59,4	62,1	62,7	65,8	68,1
Net Debt to EBITDA ajustado	6,8	7,6	7,4	8,7	10,5
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	36	41	37	43	55
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	89	92	100	87	81







A EMPRESA

EMPRESA

1. QUEM SOMOS

1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL) tem por missão gerir e explorar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor; num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Complementarmente, a SIMARSUL pretende ser Empresa de referência no setor da água da região onde se insere, em termos de qualidade do serviço prestado, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor.

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e na preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, no equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental, na equidade no acesso aos serviços básicos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

É na prestação de serviços públicos essenciais à vida, à saúde pública, ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável que assentamos o nosso propósito de “FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS”, muito conscientes que A ÁGUA FAZ A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS.

1.2 DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

A SIMARSUL foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo-lhe sido atribuída pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, criado também pelo mesmo diploma, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusividade e por um período de 30 anos.

Estima-se em cerca de 630 mil habitantes a população atualmente residente nos 8 municípios abrangidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal), servindo-se atualmente a população de todos os municípios, na sequência da integração a 18 de dezembro de 2022 das infraestruturas dos subsistemas do Município de Setúbal.

Fruto da parceria do Grupo AdP – Águas de Portugal com os municípios da região, a SIMARSUL será também ela um fator potenciador do desenvolvimento e coesão regional, apostada em:

- Valorizar a relação com os/as trabalhadores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal;
- Reduzir as Emissões de Gases com Efeito de Estufa, mitigar os seus impactos e adaptar as operações às alterações climáticas;
- Participar na Gestão do ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, promovendo a transição para a economia circular;
- Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população;
- Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e as suas Empresas;
- Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável.

A gestão em alta do saneamento em Setúbal permite à SIMARSUL continuar a consolidar a sua política de requalificação ambiental dos territórios, assegurar uma prática mais sustentável e ambientalmente responsável e contribuir de forma decisiva para a preservação dos recursos hídricos e dos ecossistemas, nomeadamente de um importante estuário e reserva natural do país – o estuário do Sado.

A SIMARSUL reforça assim o compromisso de gestão de proximidade com as suas partes interessadas, designadamente municípios e indústrias locais na procura das melhores soluções para desafios comuns na defesa do ambiente, da saúde pública e melhoria contínua da qualidade do serviço essencial de saneamento na região.

⁶ Atualizado de acordo com os Censos de 2021.



O sistema pode ser alargado a outros municípios por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público, devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

1.3 O NOSSO PERCURSO DE 20 ANOS

O nosso percurso de intervenção no território de forma integrada com os Municípios parceiros remonta a 2003, data da constituição original da SIMARSUL e criação do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal.

2003	Criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal e constituição da SIMARSUL - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A. na sequência do DL n.º 286/2003, de 8 de novembro
2004	Início da atividade a 29 de abril Assinatura do contrato de concessão e dos contratos de recolha a 17 de dezembro
2015	Agregação do sistema multimunicipal e fusão da SIMARSUL na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. em conjunto das empresas do Grupo na sequência do DL n.º 94/2015, de 29 de maio
2017	Cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de Saneamento da Lisboa e Vale do Tejo e (re)criação da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. na sequência do DL n.º 34/2017, de 24 de março Assinatura do contrato de concessão a 17 de abril Início de atividade, após período de transição a 3 de julho
2021	Estabelecimento da produção e fornecimento de Água para Reutilização (ApR) como uma atividade principal de serviço público essencial, na sequência do DL n.º 16/2021, de 24 de fevereiro
2022	Integração das infraestruturas do município de Setúbal a 18 de dezembro



Os principais marcos da nossa intervenção integrada com os parceiros municipais estão hoje particularmente patentes na qualidade das massas de água que envolvem o nosso território e em indicadores relevantes como:

INDICADOR	2004	2022
Taxa de Cobertura	80%	99,32%
População Servida com Tratamento	25%	98,83
Conformidade da Água Tratada	n.d.	98,29%

São também estes marcos que sustentam o reconhecimento internacional do projeto de despoluição do estuário do rio Tejo, e que constitui um dos principais símbolos dos 30 anos do Grupo Águas de Portugal que também neste período se assinala.

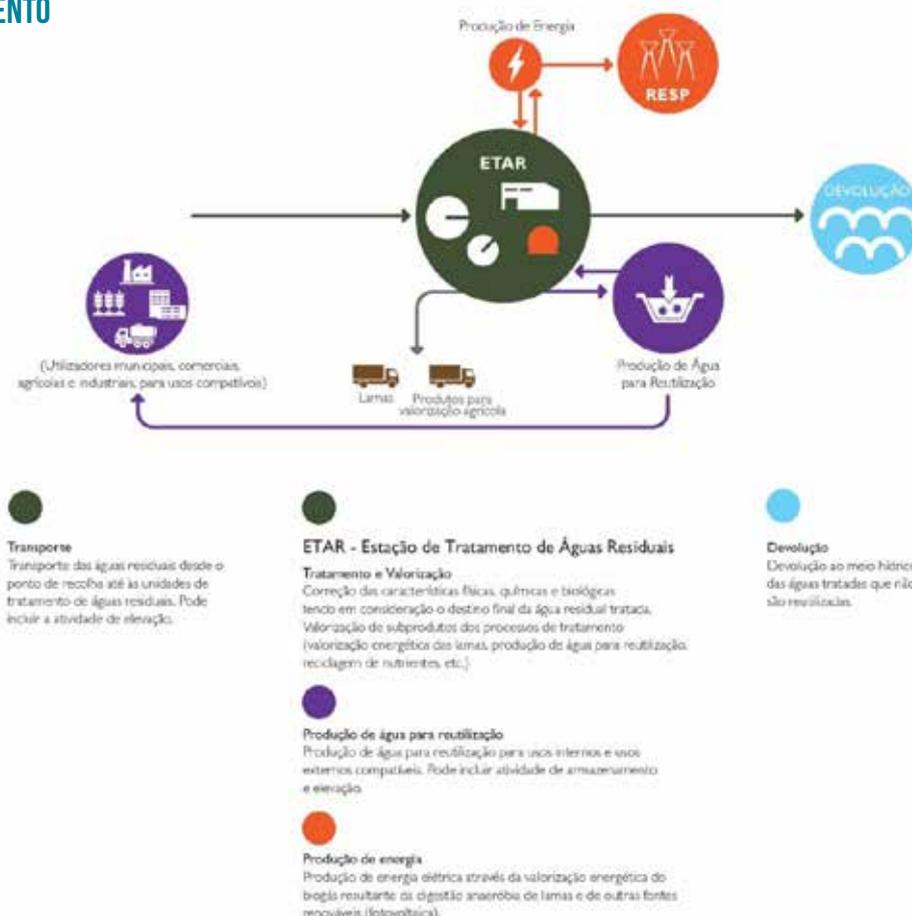
1.4 CADEIA DE VALOR

Ainda que os investimentos e a operação sejam as atividades mais visíveis, a Empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, contribuindo deste modo para a criação de valor do capital acionista, no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

As eficiências hídricas e energética são objetivos estratégicos do Grupo no contexto da gestão da escassez de água e adaptação às alterações climáticas e da promoção da economia circular, destacando-se a produção de ApR e a valorização de subprodutos resultantes dos processos de tratamento das águas, nomeadamente lamas e nutrientes, e o aproveitamento energético dos ativos e dos recursos endógenos, designadamente do biogás das digestões anaeróbias, bem como a produção de energia de fontes hídrica, eólica e fotovoltaica.

Esta visão sistémica da cadeia de valor do negócio é patente quando a individualizamos para a nossa área de atividade de saneamento em alta.

OPERAÇÃO DE SANEAMENTO



2. AS NOSSAS PESSOAS

INTRODUÇÃO

As nossas Pessoas são o nosso principal ativo.

O desenvolvimento estratégico, o crescimento sustentável e a aprendizagem ao longo da vida de todas as nossas Pessoas continua a ser um dos eixos estratégicos do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para um crescente envolvimento e compromisso e para uma cultura sólida, circunstância particularmente evidente na resposta à recente crise pandémica.

A SIMARSUL partilha as políticas do Grupo Águas de Portugal na gestão de pessoas, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento das orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao Setor Empresarial do Estado.

Acreditamos ainda na importância do reforço da participação das nossas Pessoas num conjunto mais vasto de decisões, para o que apostamos em especial no reforço da delegação de poderes, na recolha de contributos e acompanhamento da nossa agenda de gestão e no aumento dos comités transversais, assim como na manutenção de uma agenda periódica de contactos diretos e através da Comissão Sindical.

No cumprimento do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo Águas de Portugal têm sido desenvolvidas um conjunto vasto de iniciativas, desde diagnóstico a todo o ciclo de pessoas, a partir do qual foi traçado um plano de implementação, que incluiu a repetição da auscultação já no final do exercício.

A nossa visão e metas encontram-se traçadas em resposta a um contexto amplamente divulgado e debatido com que nos confrontamos, que acentua a necessidade de adequar, em tempo útil, o Capital Humano do Grupo, desde a atração, contratação e retenção, até à qualificação, mobilidade e reconhecimento do mérito.

É nesta perspetiva que se inserem os princípios orientadores da gestão das nossas Pessoas, designadamente:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna.

CARACTERIZAÇÃO

A necessidade de adequar o capital humano tem sido particularmente evidente na SIMARSUL, por via da significativa redução do quadro na sequência da cisão, na ordem dos 13%, como pela necessidade de responder a um conjunto de novos desafios, seja em termos de atividades e oportunidades, como de exigências. Também a evolução da idade média coloca-nos o desafio da sucessão, assim como do melhor planeamento da substituição.

É neste propósito que se compreende a evolução recente do quadro de trabalhadores, em que depois do reforço decorrente da integração das infraestruturas de Setúbal, registada em 2022 e prevista desde a sua constituição original, com importante aumento da atividade e infraestruturas a explorar, o reforço iniciado no final de 2023 esteve associado ao desenvolvimento dos projetos de lamas e neutralidade, cujo impacto foi avaliado de forma autónoma.

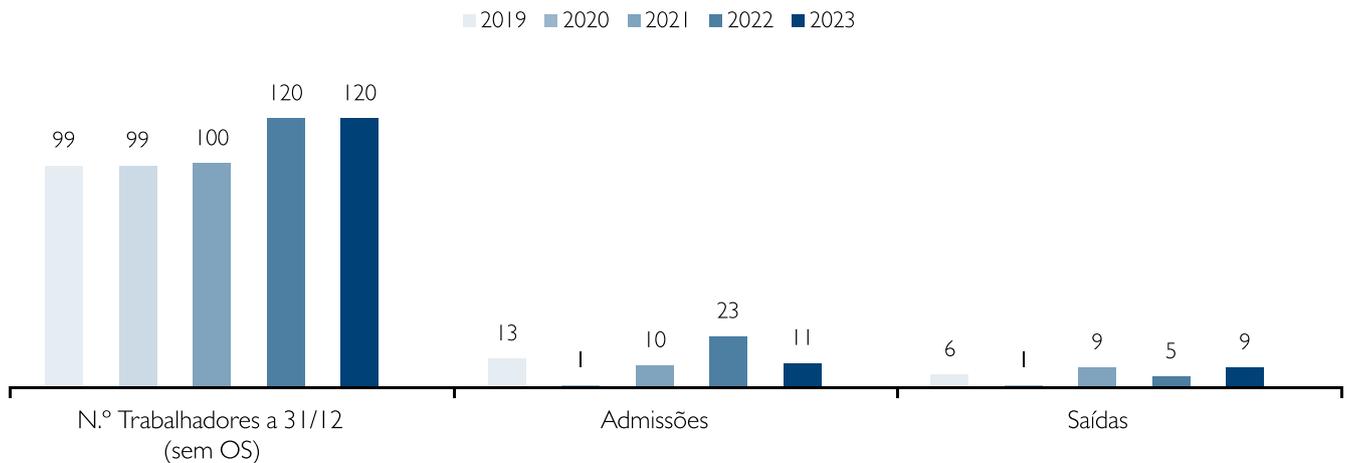
EVOLUÇÃO DO CAPITAL HUMANO



As expectativas de melhor adequação transitaram para 2024, suportada na conclusão de um estudo de dimensionamento promovido pelo Grupo Águas de Portugal junto da consultora Korn Ferry, onde ficam evidentes as principais lacunas. Também as diligências em curso de reavaliação do estudo de viabilidade económica e financeira constituem um passo indispensável a este respeito.

A atração e retenção de pessoas continua a constituir uma preocupação central, patente na expressão das saídas, como na circunstância de ter transitado a concretização de 7 admissões já autorizadas, com especial incidência na repetição de processo de recrutamento. Nas saídas, apenas uma foi por reforma.

ROTATIVIDADE



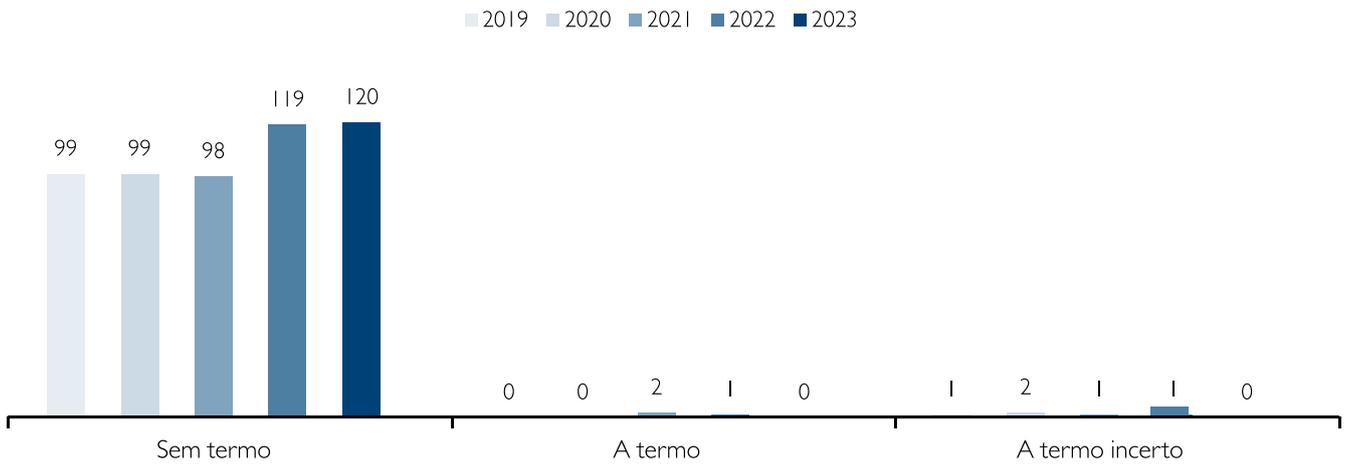
É por isso com expectativa de reforço da capacidade de atração e retenção de pessoas que continuámos fortemente empenhados em acompanhar as diligências destinadas a permitir a sua adequada valorização, cientes que, só deste modo, iremos conseguir motivar e continuar a responder cabalmente aos desafios acrescidos que enfrentamos. É também neste quadro e da aposta na valorização dos instrumentos de concertação que acompanhamos com particular proximidade, as negociações tendentes à melhoria dos Acordos Coletivos de Trabalho, e nos empenhámos em perceber e melhor esclarecer internamente o conjunto de dúvidas, em face das expectativas que todo o processo tem suscitado e passados 5 anos da sua existência, agravado pelo contexto inflacionista e de subida da taxa de juro.

É muito conscientes da margem de melhoria na comunicação interna que temos procurado reforçar as iniciativas internas nesse sentido, designadamente, conciliando a melhoria dos espaços de trabalho, com a promoção de reuniões e encontros nas diversas instalações.

É muito conscientes e bem suportados em aturado diagnóstico que o Grupo prossegue as diligências, onde apesar de alguns progressos, é também evidente a importante margem de progressão.

O progresso é particularmente evidente ao nível dos vínculos laborais, onde e em alinhamento com a estratégia do Grupo, a esmagadora maioria das nossas Pessoas são efetivas(os) e as demais situações estão relacionadas com a necessidade de substituição temporária, voltando a empresa a assumir-se como uma referência no sentido mais abrangente.

VÍNCULO LABORAL

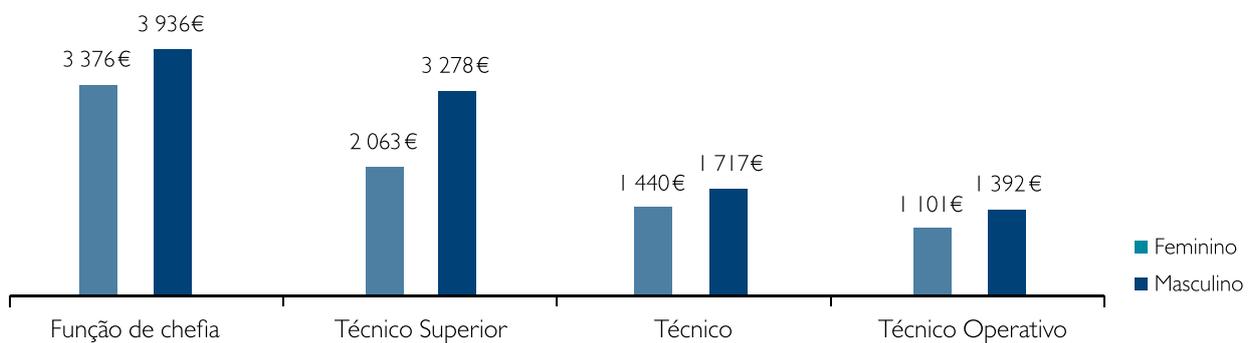


Também a promoção da igualdade de género e preocupações mais vastas de diversidade, igualdade e inclusão, continua a ser uma marca, particularmente evidente nos cargos de chefia, sem prejuízo da representatividade de género estar muito relacionada com a natureza das funções, designadamente ao nível da operação e manutenção.

ANOS	MASCULINO		FEMININO	
	COM FUNÇÕES DE CHEFIA ^(*)	SEM FUNÇÕES DE CHEFIA	COM FUNÇÕES DE CHEFIA ^(*)	SEM FUNÇÕES DE CHEFIA
2022	7	82	12	19
2021	9	66	11	14
2020	9	65	11	14
2019	9	65	11	14
2019	9	65	11	14

MÉDIA DA RETRIBUIÇÃO MENSAL, POR SEXO

(remunerações contratuais regulares mensualizadas)



A respeito do cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, complementarmente à divulgação apresentada, a SIMARSUL promove e divulga a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, no relatório anual de sustentabilidade do Grupo.

A promoção do equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal continua também a constituir uma preocupação central, reconhecida pelas trabalhadoras e trabalhadores, compatibilizando imperativos de continuidade deste serviço, com passos na consolidação do regime de teletrabalho.

A demonstração da nossa maturidade e compromisso com as comunidades e com o território, mas também da ligação da empresa às nossas pessoas, é também patente nos indicadores como idade média e antiguidade média, muito em linha com os indicadores do Grupo Águas de Portugal. Sem prejuízo do exposto, os indicadores tornam evidente o impacto das dinâmicas mais recentes, sejam decorrentes da integração das infraestruturas de Setúbal, seja de uma maior rotação.

ESTRUTURA ETÁRIA	2023	2022	2021	2020	2019
< 25 anos	0	1	0	1	2
25 - 34 anos	11	13	16	13	15
35 - 44 anos	40	40	31	34	34
45 - 54 anos	47	45	40	38	38
> 55 anos	22	21	13	13	10
IDADE MÉDIA	46	46	45	45	43

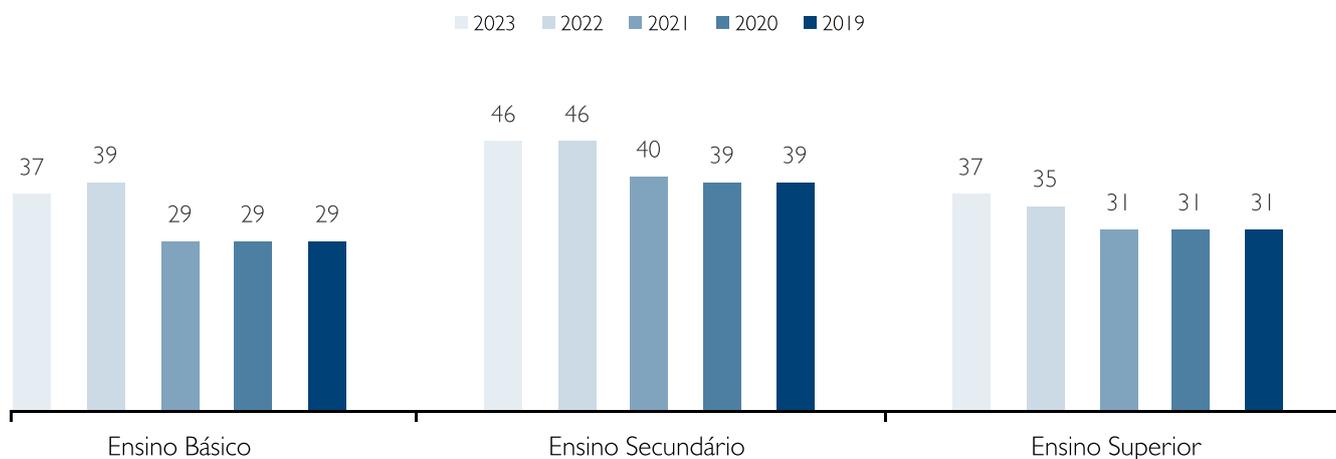
ANTIGUIDADE	2023	2022	2021	2020	2019
< 2 ano	17	22	20	15	14
2 - 5 anos	20	13	1	3	2
6 - 10 anos	2	3	3	8	10
11 - 20 anos	77	80	74	73	73
> 20 anos	4	2	2	0	0
ANTIGUIDADE MÉDIA	12	12	12	11	11

Cientes que as preocupações com o bem-estar ainda têm margem de progressão, em 2023 apostámos em dar continuidade à melhoria das instalações, nalguns casos promovendo também maior contato entre os vários segmentos organizacionais, como se implementaram outras medidas como a disponibilização de fruta. Para 2024 e ainda neste domínio transita a nossa aposta na promoção de uma maior participação no desenvolvimento de uma agenda específica neste domínio, e que à semelhança de outros, consubstancia à nossa aposta de reforço da delegação num conjunto mais vasto de domínios da nossa agenda de gestão.

A formação e desenvolvimento é um dos pilares essenciais da nossa estratégia, seja decorrente das especificidades da nossa atividade, em particular no domínio das temáticas da operação e manutenção, seja da segurança e da contratação pública, como pela diversidade e complexidade dos desafios enfrentamos. Em especial, nas categorias com menor qualificação de base, é onde o Grupo desde há muito se diferencia, com especial destaque através da Academia das Águas Livres que desde 2013 sucede a instrumentos específicos como a AdP Formação, que por sua vez tinha tido como ponto de partida uma estrutura da própria EPAL, onde se destacam os cursos de formação profissional em gestão e operação de sistemas, controlo de qualidade, manutenção de sistemas e segurança, a partir dos quais, não só se prepara a integração de novos trabalhadores, como o desenvolvimento em momentos posteriores, mas também pós-graduação e programas mais orientados para os novos desafios, como as várias edições do orientado para as energias renováveis.

É assim nesta dupla perspetiva de preenchimento de uma lacuna ao nível da oferta formativa, desde os níveis de menor qualificação, até aos de maiores qualificações, que caracterizam as nossas Pessoas, que desde há muitos anos vimos prosseguindo a nossa aposta.

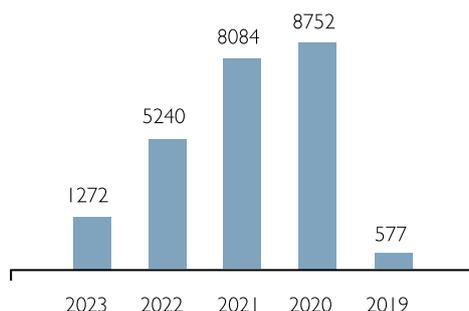
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS



Após os constrangimentos decorrentes do surto pandémico, temos procurado voltar ao cumprimento do plano de ações, e em simultâneo ir introduzindo, pelas diversas categorias, as temáticas próprias dos desafios mais recentes, designadamente cibersegurança, ética e conduta, controlo interno e *corporate governance*. A estabilização do plano de desenvolvimento pessoal em conjunto com as chefias, ouvindo e envolvendo outras partes interessadas, e integrando ações estratégicas e transversais ao Grupo AdP, mas também específicas às suas funções, transitou para 2024, numa perspetiva mais formal do documento que orienta a nossa atuação.

De salientar que encaramos o desenvolvimento com uma abrangência mais ampla, isto é, instigamos as pessoas a procurarem iniciativas que não passem exclusivamente pela formação formal, mas também pela formação informal, incluindo um conjunto de ações internas e através de outras pessoas, e pela formação *on-the-job*.

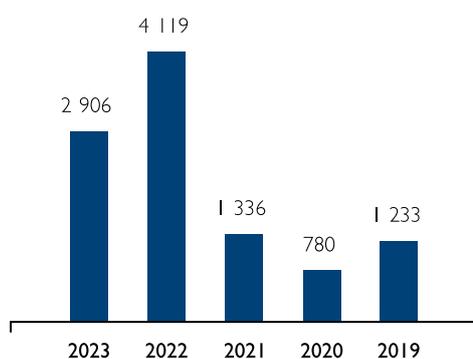
EVOLUÇÃO TRABALHO SUPLEMENTAR



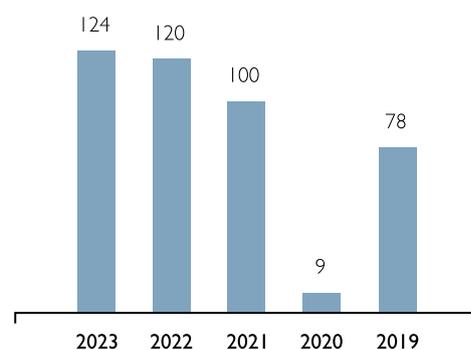
Neste intuito, em 2023 foram realizadas 35 ações de formação, incluindo uma Pós-Graduação, que deram origem a 2.905,50 horas de formação, número inferior ao de 2022, onde se pretendeu contrariar as limitações do período de pandemia, com especial incidência:

- Na proteção e segurança do universo dos/das trabalhadores/as, com ações de formação em domínios como a Movimentação Manual de Cargas, Segurança Ativa, Reciclagem Espaços Confinados e Trabalho em Altura, Combate a Incêndios e Primeiros Socorros;
- No âmbito dos principais desafios e preocupações destacam-se a realização de ações em domínios como a Igualdade de Género para todo o seu capital humano, bem como Ética e Conduta e de Cibersegurança, nestes casos em plataforma de E-learning transversal, para frequência obrigatória de todos/as os trabalhadores/as das empresas do Grupo;
- No âmbito do desenvolvimento e melhoria de processos merece destaque a nova ação de formação para melhorar a exploração da plataforma de gestão documental, assim como o início das ações de formação no âmbito das funcionalidades da nova plataforma SAP SuccessFactors.

HORAS DE FORMAÇÃO

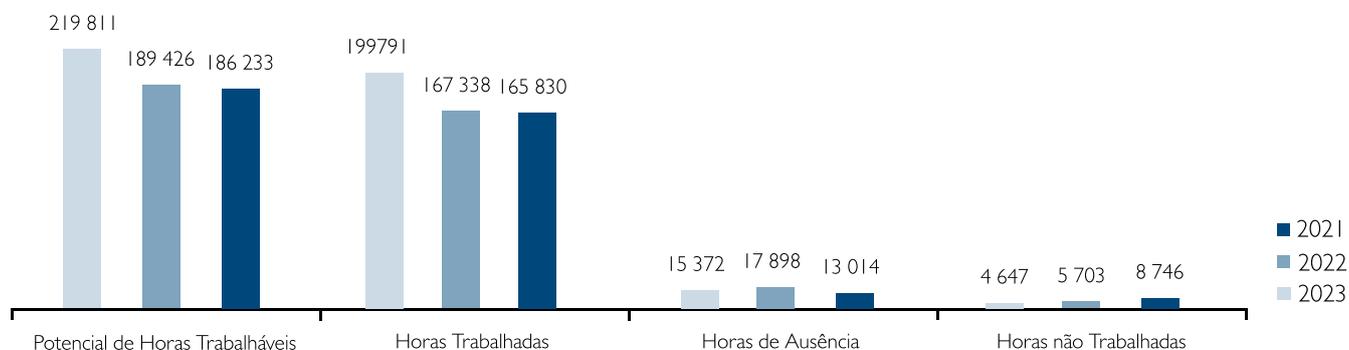


N.º TRABALHADORES ENVOLVIDOS



A empresa tem também vindo a possibilitar a formação em contexto curricular através do acolhimento de estagiários/as, com especial destaque para o Instituto Politécnico de Setúbal, tendo em 2023 ocorrido mais 2 estágios curriculares no Laboratório da Direção de Operação.

A assiduidade dos trabalhadores evoluiu em 2023 para valores mais próximos do histórico recente, após o aumento verificado em 2022. A taxa de absentismo em 2023 situou-se ao mesmo nível de 2021, para o que muito contribuiu a importante diminuição dos acidentes de trabalho com incapacidade temporária absoluta, num contexto de diminuição da sinistralidade. A persistência de situações de baixa por doença prolongada continua a pressionar a taxa de absentismo.



A importante diminuição do número de acidentes de trabalho com incapacidade temporária absoluta ocorre num contexto mais abrangente de diminuição da taxa de frequência dos acidentes e da evolução da taxa de gravidade, que representa a relação entre os dias perdidos e o número de horas trabalhadas.

ÍNDICES DE SINISTRALIDADE



Para esta evolução contribui a atuação concertada da área de sustentabilidade e da função de recursos humanos no domínio da segurança e da medicina no trabalho, onde as preocupações vão além do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, designadamente no acompanhamento e através das campanhas de vacinação.

3. OS NOSSOS STAKEHOLDERS / PARTES INTERESSADAS

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou Grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da Empresa.

A SIMARSUL está consciente das suas responsabilidades enquanto Empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

A envolvência dos stakeholders na atividade da Empresa passa por um exercício de partilha e transparência na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas por ela.

São vários os Grupos de partes interessadas com quem a Empresa se relaciona de diversas formas.



A Empresa pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos stakeholders acima descritos, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim, se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A nossa responsabilidade neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestarmos serviços de carácter público, constituindo o seu core business uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável da região.

A comunicação com as partes interessadas desenvolve-se através de múltiplos canais, diretos e indiretos, sendo o Relatório de Sustentabilidade consolidado do Grupo AdP um dos documentos principais de materialização desta política de transparência.

O relatório anual de sustentabilidade do Grupo segue as diretrizes do GRI – *Global Report Initiative* e os referenciais da ERSAR, e integra o balanço consolidado da atividade da holding e das Empresas detidas direta ou indiretamente pela AdP SGPS, evidenciando as estratégias adotadas, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas das Empresas.

4. COMO ESTAMOS ORGANIZADOS

4.1 ESTRUTURA ACIONISTA, ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ESTRUTURA ACIONISTA

A SIMARSUL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com um valor de capital social de 25 000 000,00 de euros, integralmente realizado.

A Empresa tem como acionistas a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS), que detém 51% do capital social e os Municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, que detêm os restantes 49% de acordo com a seguinte repartição do capital:

ACIONISTAS	Nº DE AÇÕES SUBSCRITAS DA CATEGORIA A	TOTAL DE CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E REALIZADO	% TOTAL DE CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
TOTAL	25 000 000	25 000 000	100,00%

ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais relativos ao mandato correspondente ao triénio 2021/2023 foram inicialmente eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, realizada a 12 de março de 2021.

Em 2023, na sequência da deliberação unânime por escrito de 21 de abril, procedeu-se à substituição do Presidente Executivo do Conselho de Administração e da vogal executiva Dra. Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança pela Dra. Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa, que viria a renunciar ao cargo com efeitos a partir de 30 de setembro. Ainda na sequência desta deliberação unânime dos acionistas, procedeu-se à substituição da Presidente da Comissão de Vencimentos.

Ainda em 23 de novembro, na sequência de deliberação unânime por escrito, foi iniciado o mandato do Conselho Fiscal para o triénio 2023-2025.

Na sequência do exposto, a composição dos órgãos passou a ser a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | Maria de Fátima de Alegria Antunes Valença Mourinho

Vice-presidente | Paulo Manuel Marques Fernandes⁸

Secretário | Ana Cristina Rebelo Pereira

⁸ O Vice-presidente apresentou a renúncia ao cargo por comunicação de 3 de janeiro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executivo | Francisco José Pinto Silva Narciso⁹

Vogal Executivo | João Afonso Almeida da Silva Luz

Vogal Não Executivo | Isidro Durão Heitor

Vogal Não Executivo | Rute Isabel Talhadas Cesário

CONSELHO FISCAL

Presidente | Maria do Carmo Mendes

Vogal Efetivo | Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho

Vogal Efetivo | João Carlos Alves Faim

Vogal Suplente | Maria Manuela Graça

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

ROC | PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. representada por José Alves Bizarro Duarte

Suplente | Carlos José Figueiredo Rodrigues

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente | Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira¹⁰

Vogal Efetivo | AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Vogal Efetivo | Joaquim Carlos Coelho Tavares

A Sociedade dispõe ainda de um Secretário e um suplente deste, designados pelo Conselho de Administração, na sua reunião de 16 de março de 2021 e de 2 de maio de 2023.

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo | Paulo Jorge Simões Ribeiro

Suplente | Cláudia Afonso de Carvalho¹¹

O Conselho de Administração da SIMARSUL atua em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos acionistas e pela Tutela Setorial e Financeira, à luz do Programa do XXIII Governo Constitucional.

⁹ Que na sequência da deliberação unanime por escrito de 21 de abril de 2023 substituiu o Dr. António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura.

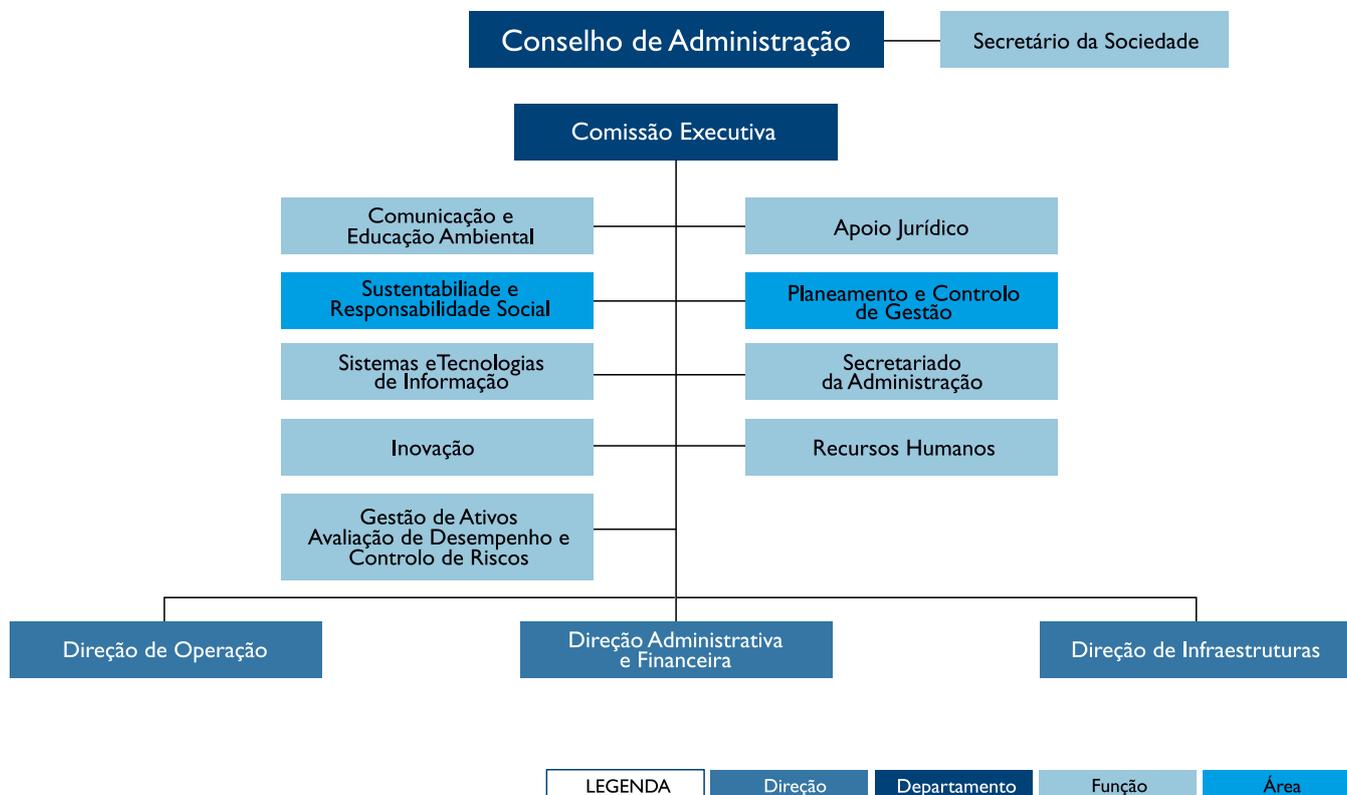
¹⁰ Que na sequência da deliberação unanime por escrito de 21 de abril de 2023 substituiu a Dra. Carla da Conceição Afonso Correia.

¹¹ Designada em reunião de Conselho de Administração de 2 de maio de 2023, na sequência da renúncia da Dra. Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel.

ESTRUTURA FUNCIONAL

O exercício da atividade é assegurado por uma estrutura organizativa com um conjunto de órgãos funcionais para apoio à gestão da empresa, responsáveis pela definição e implementação das políticas, pela gestão dos recursos humanos e pela avaliação e controlo das atividades desenvolvidas.

Desde 1 de julho de 2019, a estrutura organizacional apresenta-se como se segue:



Já no final de 2023, o Conselho de Administração deliberou a implementação de um conjunto de desenvolvimentos a esta estrutura, a implementar no decorrer de 2024, em paralelo com desenvolvimentos no seu modelo de governo.

4.2 CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS

No final do corrente exercício, a SIMARSUL detinha uma participação social no montante de 5.000 euros na S.Energia - Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita e Montijo, correspondendo a 0,86% do Fundo Patrimonial desta associação (578.287 euros). A S.Energia é uma associação privada sem fins lucrativos, criada em maio 2007. De acordo com o definido no ponto 4, do artigo 6.º dos respetivos Estatutos, “Cada Associado Fundador ou Ordinário tem direito a um voto por cada fração de Mil Euros de participação no Património Associativo Nominal”, o que no caso da SIMARSUL corresponde a 5.

A SIMARSUL não dispõe de qualquer sucursal.

5. O NOSSO PROPÓSITO

5.1 FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

A atividade desenvolvida pela SIMARSUL tem o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

Considerando os relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental, reforçamos os nossos compromissos com o ambiente, a sociedade e a governança para cumprir o nosso propósito.

5.2 COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela SIMARSUL em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade consubstanciado na Política de Integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta; Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades; Manual de Contratação Pública do Regime Geral; Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A SIMARSUL dispõe de uma Linha de Integridade, sendo este um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

5.3 COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal, em linha com os principais desafios que o Grupo enfrenta, fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos, com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas. Continuamos na prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente.

As ambições de sustentabilidade estão também alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



De forma não exaustiva, destacam-se algumas das principais ações/projetos/programas relacionados com cada uma das ambições. Sendo que o seu detalhe se encontrará explanado ao longo do presente relatório nos capítulos associados às respetivas temáticas, bem como no Relatório de Sustentabilidade corporativo das Empresas do Grupo AdP.

- A. TRABALHAR COM PROPÓSITO, Valorizar a relação com os/as trabalhadores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal.
- Política de Recursos Humanos da SIMARSUL
 - Plano para a Igualdade de Género
 - Sistema de Gestão Integrado
 - AGIR PELO CLIMA, Reduzir as emissões de GEE, mitigar os nossos impactos, adaptar as operações às alterações climáticas
 - ZERO – Programa de Neutralidade Energética
 - Certificação de Frota Move+
- B. ACELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA, Gerir o ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular.
- Plano de Ação para a Reutilização
 - Plano de Ação de Gestão de Lamas de ETAR
 - ZERO – Programa de Neutralidade Energética
 - Certificação Pioneira em Economia Circular pela ADENE
- C. VALORIZAR OS TERRITÓRIOS, Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população.
- Sistema de Gestão Integrado
 - ZERO – Programa de Neutralidade Energética
 - Projeto ENVITEJO – monitorização ambiental da qualidade da água dos meios recetores
 - Sistema de Compras Ecológicas
- D. INOVAR PARA IMPACTAR, Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e suas Empresas
- Agenda de Inovação do Grupo
 - Plano e Comité de Trabalho para a Inovação da SIMARSUL
 - Projeto SARS Control - Avaliação dos impactos no ciclo urbano da água e dos efeitos a jusante em Saúde Pública
 - Projeto-piloto de Monitorização da presença de agentes infecciosos em águas residuais.
 - Determinação do Carbono Orgânico Total como parâmetro indicador da eficácia do tratamento de uma ETAR
- E. GARANTIR ÁGUA E SANEAMENTO ALÉM-FRONTEIRAS, Cooperar internacionalmente para a promoção da gestão sustentável da água.
- Receção de comitivas
 - Participação de quadros técnicos em projetos internacionais.
- F. EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE, Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável.
- AQUAQUIZ
 - Águas 360°
 - Campanha “Lixo no Esgoto, Não!”
 - Campanha “Ontem e hoje a tratar o futuro”
 - Campanha “Amar o Mar”
 - Espaço “Crianças SIMARSUL”

- Programa “Na ETAR, como na Natureza, nada se perde, tudo se transforma...”
- Programa Bioblitz da Península de Setúbal
- Embaixadores/as da Água

5.4 RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

A SIMARSUL alcançou em 2023 a Certificação da Segurança e do seu Sistema de Gestão de Ativos, ao abrigo, respetivamente, das normas ISO 45 001 e ISO 55 001, e viu renovada a certificação dos sistemas da Qualidade e Ambiente, ao abrigo das normas ISO 9 001 e ISO 14 001, respetivamente.

Ciente da importância do desempenho energético das infraestruturas assegurámos ainda a prossecução de trabalhos que visam adicionar ao sistema de gestão, as normas de Energia (ISO 50 001).

O âmbito é a recolha em alta, tratamento e rejeição dos efluentes; projeto, construção, extensão, conservação, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras, infraestruturas e equipamentos necessários ao desenvolvimento da sua atividade.

Atenta a importância no desempenho energético e ambiental, realça-se também a renovação da certificação energética da frota da SIMARSUL como frota certificada pelo MOVE+ pela Agência de Energia ADENE e cujo processo tem, desde 2019, permitido melhorar a sua classificação energética através de uma gestão mais eficaz e eficiente, reforçando, assim, o nosso compromisso com uma mobilidade mais sustentável e obviar a emissão de 23,8 ton de Co2 em 2023.

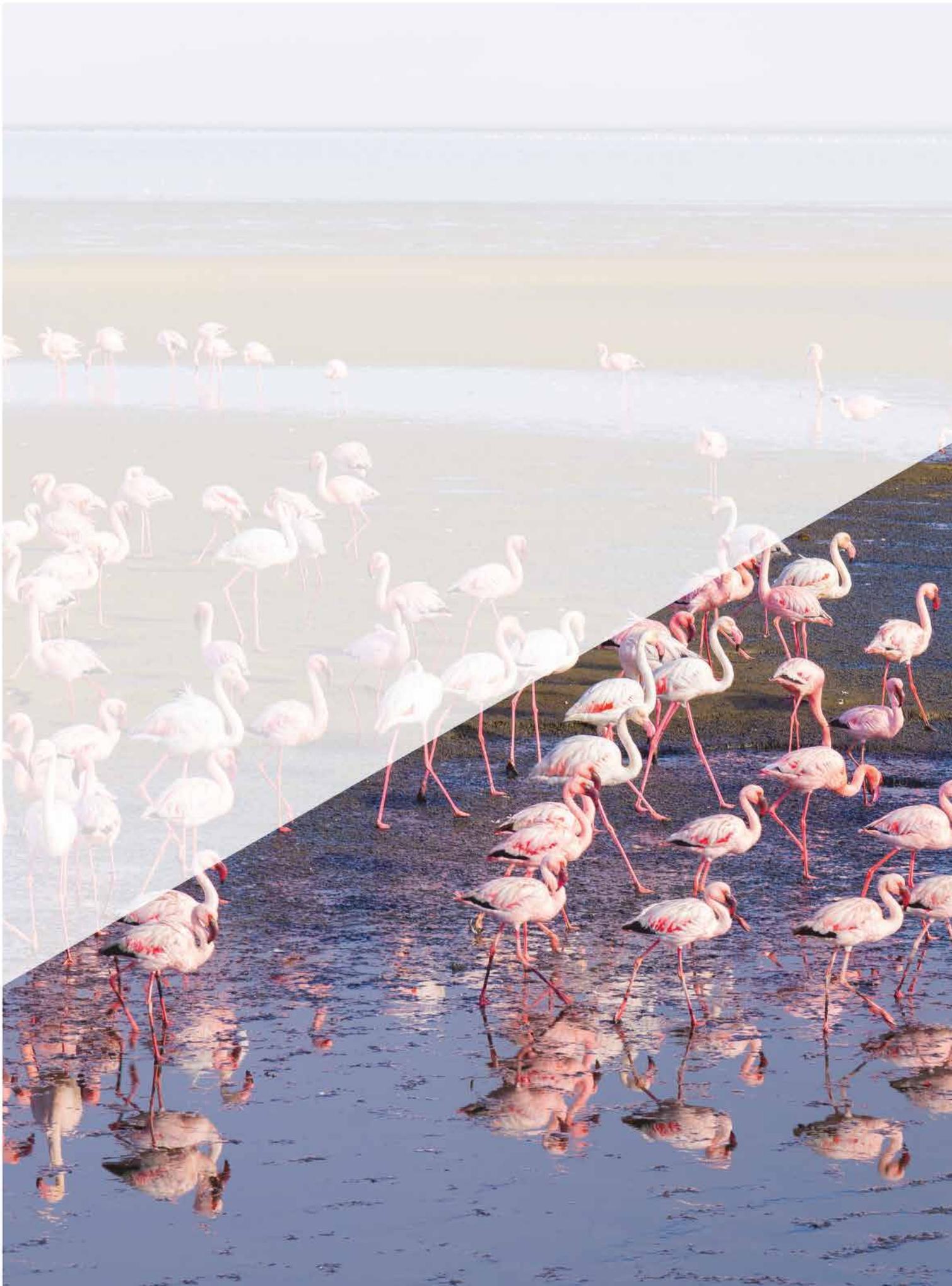
Complementarmente, a continuamos a encetar os maiores esforços para estender a certificação a noutras áreas, reforçando o nosso compromisso na melhoria contínua da eficácia do seu Sistema de Gestão e o reconhecimento do esforço no desempenho da sustentabilidade da empresa, na melhoria contínua dos processos, desempenho ambiental e energético, nas condições de segurança e saúde no trabalho, nos seus ativos, criando valor com o potencial para contribuir para a promoção da economia circular, enquadrada numa gestão sustentável.

Neste sentido destaca-se, ainda, a participação da SIMARSUL no “eCIRCULAR – Futuro mais Sustentável” da ADENE como uma das cinco entidades pioneiras, o que permitiu receber, em 2023, a “Classificação em Práticas de Gestão em Economia Circular”, na sequência da participação nos pilotos de desenvolvimento desta metodologia de classificação.

O eCIRCULAR permite uma avaliação do desempenho da circularidade das empresas e outras entidades, por auditores, com a emissão de um certificado. Esse certificado inclui a classificação obtida – de A+ (a melhor) a F (a pior) – e a indicação de possíveis melhorias.

A SIMARSUL, obteve a “classificação B” com a avaliação realizada à ETAR do Barreiro/Moita. A atribuição desta classificação permite reforçar o compromisso de sustentabilidade da empresa através da economia circular para a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais, água e energia, em fluxos circulares, visando a minimização da afetação dos recursos naturais e a redução do desperdício ou dos resíduos ao mínimo no desenvolvimento da sua atividade de serviço público de saneamento para valorização da água residual.

A Empresa dá assim o seu contributo para acelerar a economia circular da água e agir pelo clima, ambições que concretizam o nosso propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.





RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. A ENVOLVENTE

1.1 O CONTEXTO MACROECONÓMICO¹²

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o conflito iniciado em outubro de 2023 no Médio Oriente, bem como os ataques recentes no Mar Vermelho pesaram sobre a atividade económica global em 2023, e continuarão a fazê-lo em 2024.

GLOBAL

O crescimento global para o ano 2023 estima-se em 2,6% e é esperado um crescimento de 3,1% para 2024 (3,2% para 2025).

As taxas elevadas dos bancos centrais para combater a inflação e a retirada do apoio fiscal num contexto de dívida elevada pesam sobre a atividade económica.

A inflação está a cair mais rapidamente do que o esperado na maioria das regiões, num contexto de resolução de questões do lado da oferta e de uma política monetária restritiva. A inflação global deverá cair para 5,8% em 2024 e 4,4% em 2025, tendo a previsão para 2025 sido revista em baixa.

ZONA EURO

Após uma expansão robusta pós-pandemia em 2021 e 2022, a economia da UE perdeu dinamismo. O PIB real contraiu-se muito ligeiramente no quarto trimestre de 2022 e quase não cresceu nos primeiros três trimestres de 2023. O alto custo de vida teve um impacto mais pesado do que o esperado. Do lado externo, o comércio global proporcionou pouco apoio. Entretanto, a resposta da política monetária à inflação elevada está a fazer-se sentir na economia e o apoio orçamental está a ser parcialmente eliminado. Prevê-se que o crescimento do PIB da UE melhore para 1,3% em 2024, ainda abaixo do potencial e com uma revisão em baixa de 0,1 pontos percentuais. Prevê-se que ganhe ainda mais ritmo, para 1,7%, em 2025. Na área do euro, prevê-se que o crescimento do PIB seja ligeiramente inferior, de 1,2% em 2024 e 1,6% em 2025. Em 2023 o crescimento do PIB na zona euro estima-se em 0,6%.

As despesas totais de investimento deverão crescer de forma constante até 2025.

Espera-se que o aumento dos salários, o crescimento contínuo do emprego e o abrandamento adicional da inflação aumentem o poder de compra das famílias em 2024 e 2025, impulsionando o consumo.

A coexistência de um baixo desemprego e de elevadas percentagens de vagas e de escassez de mão-de-obra aponta para um mercado de trabalho ainda apertado.

A inflação medida pelo IHPC continuou a diminuir acentuadamente desde o pico de 10,6%, em termos homólogos, registado em outubro de 2022 na área do euro. Em outubro deste ano, estima-se que tenha atingido o mínimo de dois anos de 2,9%. A inflação na UE seguiu um caminho semelhante.

Prevê-se que o défice das administrações públicas da UE diminua ainda mais ligeiramente em 2023, para 3,2% do PIB, 0,1 p.p. abaixo do ano anterior.

Em 2024, o foco mudará para a inflação dos serviços, que está intimamente ligada ao mercado de trabalho. Esperamos que um abrandamento gradual do mercado de trabalho conduza a inflação subjacente para perto da meta de 2% estabelecida pelo Banco Central Europeu (BCE), até ao final do ano.

O Conselho do BCE decidiu, na reunião de 14 de dezembro de 2023, manter as três taxas de juro diretoras. Embora a inflação tenha descido nos últimos meses, é provável que volte a subir temporariamente no curto prazo.

¹² Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2023 são os seguintes:

	ESTIMATIVA 2023	ANO 2022
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,1%	6,8%
Taxa crescimento Consumo Privado	1,0%	5,6%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	5,3%	8,1%
Taxa de desemprego	6,5%	6,1%
Euribor 6 meses (fim do ano)	3,861%	2,693%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	3,24%	2,17%

Estima-se que a economia portuguesa cresça 2,1% em 2023, projetando-se um abrandamento em 2024, para 1,2%, e uma recuperação do crescimento nos anos seguintes, para 2,2%, em 2025 e 2,0% em 2026. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024 e 2,0% em 2025–2026.

A evolução recente da atividade reflete a fraqueza da procura externa, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restritividade da política monetária, que se transmitiu às condições de financiamento dos agentes económicos. A subida de taxas de juro tem um impacto negativo mais rápido no setor industrial, com os serviços a evidenciar maior resiliência. Esta resiliência dos serviços tem suportado a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho, não obstante algum abrandamento recente do emprego.

Prevê-se que o saldo orçamental atinja um excedente de 1,1% do PIB em 2023 (0,1% em 2024 e 0,2% em 2025), face ao défice de 0,3% do PIB em 2022.

1.2 A PENÍNSULA DE SETÚBAL

O PEDEPES - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal 2014-2020 caracteriza a Península de Setúbal, no contexto nacional e da Área Metropolitana de Lisboa, como uma base territorial de elevado potencial de desenvolvimento através dos seus recursos naturais, do sistema urbano de povoamento, de espaços e instalações industriais, de áreas de lazer e turismo e de redes de transporte.

A estes fatores acrescem condicionantes e recursos territoriais para a atratividade e competitividade da região, merecendo destaque os valores naturais muito significativos a nível metropolitano, nacional e mesmo internacional, ao integrar um conjunto importante de áreas de relevância ecológica (Reservas Naturais do Estuário do Tejo e do Sado, Parque Natural da Arrábida, Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, Estuários do Sado e do Tejo, Arrábida/Espichel, Fernão Ferro/ Lagoa de Albufeira).

Merecem também destaque para a competitividade da região, os investimentos realizados no passado e respetivos resultados obtidos ao nível do saneamento, da despoluição e da preservação do ambiente, o rápido crescimento populacional, os recursos humanos qualificados e a sua forte integração com o mercado de trabalho metropolitano, a população ativa fortemente terceirizada, mas vulnerável a situações de desemprego, a integração na região mais desenvolvida do país, o mercado de trabalho fortemente integrado a nível metropolitano e o potencial de inovação em crescimento, pelo facto da Península de Setúbal estar inserida na região mais inovadora de Portugal, considerada “*innovation leader*” segundo o Regional Innovation Scoreboard 2023, da Comissão Europeia (a Península de Setúbal enquanto foi uma região NUTS III, encontrava-se entre as melhores posicionadas em vários indicadores das dinâmicas de inovação).

A estes fatores juntam-se algumas condicionantes, tais como uma economia incompleta, de base industrial e residencial, o insuficiente desenvolvimento do terciário superior, uma plataforma industrial exportadora assente em grandes empresas de frágil vinculação territorial, o emprego em regressão maioritariamente da responsabilidade das grandes empresas, um desempenho económico abaixo das potencialidades e condicionado por variáveis de insuficiência no planeamento, na cooperação estratégica e estratégias coletivas dos seus agentes que permitam a adoção de um estratégia regional que reforce a autonomia da ação e influência na Região de Lisboa, junto ao poder central e de Bruxelas, já que, o atual enquadramento comunitário da Península de Setúbal é de 72% da média do PIB per capita, mas integrada em região de “Competitividade e Emprego”, penalizando assim os apoios ao seu desenvolvimento por via de Fundos Estruturais.

Com uma população residente com importante crescimento, na ordem dos 4% face a 2011, de acordo com os Censos 2021, a Península de Setúbal reveste-se de um potencial de crescimento que importa capitalizar, designadamente tirando partido das limitadas áreas disponíveis para expansão da margem norte do rio Tejo e as importantes áreas disponíveis por requalificar existentes na margem sul.

Depois da recente valorização decorrente da aposta em estruturas desportivas, é com expectativa que acompanhamos projetos como o Arco Ribeirinho Sul, seja na vertente de reforço da atratividade de atividades económicas, seja na vertente da requalificação urbanística de áreas significativas que preveem a expansão do Metro Sul do Tejo e projetos para a construção de novas ligações entre o Barreiro e o Montijo e o Barreiro e o Seixal, de um novo terminal fluvial na Moita e do 'Passeio do Arco Ribeirinho Sul', via pedonal, ciclável e de estrutura verde, garantindo a ligação de Almada a Alcochete, os seja seis municípios da Península.

Também com especial expectativa acompanhamos as apostas em torno da Economia Verde em Setúbal, inserida em intervenções mais vastas visando a transformação da zona ribeirinha de Setúbal.

Por fim, depositamos muita expectativa quanto à localização no território do novo aeroporto para servir a região de Lisboa, infraestrutura que permitirá também consolidar as necessidades de melhorar as acessibilidades à margem norte.

1.3 O SETOR

A NÍVEL MUNDIAL¹³

A água é, cada vez mais um bem escasso e a tendência é agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água e o abastecimento mantêm-se no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, e sendo objeto do ODS6, que visa o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de serem considerados resíduos.

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável,
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico,
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano,
- apenas um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados,
- e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:
- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência,
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento,
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

¹³ Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdoobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o World Bank Water Global Practise, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores; e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – uma vez que é cada vez mais evidente a sua influência na formulação de políticas.

Em março de 2023 realizou-se a primeira grande conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) dedicada à água desde 1977. A Conferência da ONU sobre Água de 2023 concentrou-se no progresso em direção às metas relacionadas à água e ao saneamento, coincidindo com a revisão abrangente de médio prazo da Década Internacional de Ação, “Água para o Desenvolvimento Sustentável 2018-2028”.

CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA¹⁴

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou o Plano REPowerEU Europeia a 18 de maio de 2022.

A este conflito juntou-se o do Médio Oriente a 7 de outubro de 2023, agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da UE. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026, para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados, no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n.º 136/2022).

Em resposta à crise geopolítica, foi publicado, a 27 setembro de 2022, o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; reduzir o consumo energético na climatização de espaços; promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); produção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; capacitar os técnicos da Administração Pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7 %.

No 15.º Relatório de progresso do Plano de Poupança de Energia, Portugal superou em 159,6% a meta de eficiência energética estabelecida para 2023. No que diz respeito à eficiência hídrica, o relatório indica que o consumo de água nos centros comerciais diminuiu 2,2%. No caso das entidades gestoras (EG) de serviços de água, o consumo de energia médio por volume de água faturada reduziu-se em 3,4%¹⁵.

¹⁴ Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

¹⁵ Nota à comunicação social de 22 de dezembro de 2023 da Adene.

O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL ¹⁶

Em Portugal, o setor envolve um número importante de intervenientes: ao nível da administração local, entidade reguladora setorial e ambiental e as entidades da Administração Central, e por um leque bastante alargado e abrangente de modelos de gestão dos sistemas que envolvem Municípios, associações de municípios, empresas municipais e intermunicipais, empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), empresas privadas concessionárias e empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de titularidade municipal e estatal.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS
9,78 milhões de habitantes servidos	8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
97% de alojamentos servidos	86% de alojamentos servidos
184 litros: consumo médio diário de água por habitante	8,7 milhões de habitante servidos com tratamento
Tarifa média ponderada: 0,558 l€/m ³	86% de alojamentos servidos com tratamento
Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,62%	1,8 milhões de m ³ de águas residuais tratadas diariamente
	Tarifa média ponderada: 0,535 l€/m

Dados RASARP 2022, relativos a 2021

O setor das águas caracteriza-se ainda pelo capital-intensivo e os períodos longos de recuperação do investimento, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e neste sentido a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos. Estas circunstâncias associadas ao importante impacto social sugerem preocupações com a evolução das tarifas e com a contenção do risco.

A 14 dezembro de 2023 foi aprovada a resolução que estabelece o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030¹⁷ estabelece o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

O Plano visa quatro objetivos estratégicos globais, materializados em 70 medidas distribuídas por diferentes níveis de prioridade:

- eficácia dos serviços;
- eficiência dos serviços;
- sustentabilidade dos serviços;
- valorização económica, ambiental e societal dos serviços.

O GRUPO ADP

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

¹⁶ Fonte: <http://www.ersar.pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série.

¹⁷ Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em “baixa” aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as ambições de sustentabilidade, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

O Grupo AdP continua a desenvolver desde 2022, um conjunto de iniciativas com vista a garantir a resiliência dos sistemas, em complemento com o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas nas empresas, de que a task force das empresas de abastecimento de água do Grupo, foi um exemplo durante o ano de 2022, com o objetivo de gerir, em situação de contingência, a seca meteorológica e hidrológica verificada em 2022, a terceira mais gravosa desde 1931.

Em 2023 e com foco na materialização de investimentos relacionados com os planos regionais de eficiência hídrica para reforço da resiliência dos sistemas de abastecimento de água, foi dada prossecução ao esforço de definição de regras e medidas adicionais de combate à seca, de que é exemplo o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que se enquadra também no âmbito do PRR.

Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, mas com especial incidência nos territórios mais críticos, tanto a norte como a sul do país.

Na dimensão da economia circular, a continuação da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

O Plano de Ação para a Reutilização do Grupo e o Programa ZERO de Neutralidade Energética foram apresentados na cimeira mundial do clima - COP'28 em dezembro de 2023.

No plano internacional, em 2023 o Grupo AdP deu continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, instituição com a qual protocolou o alargamento das atividades de parceria, nomeadamente ao nível da “Utilities of the Future”.

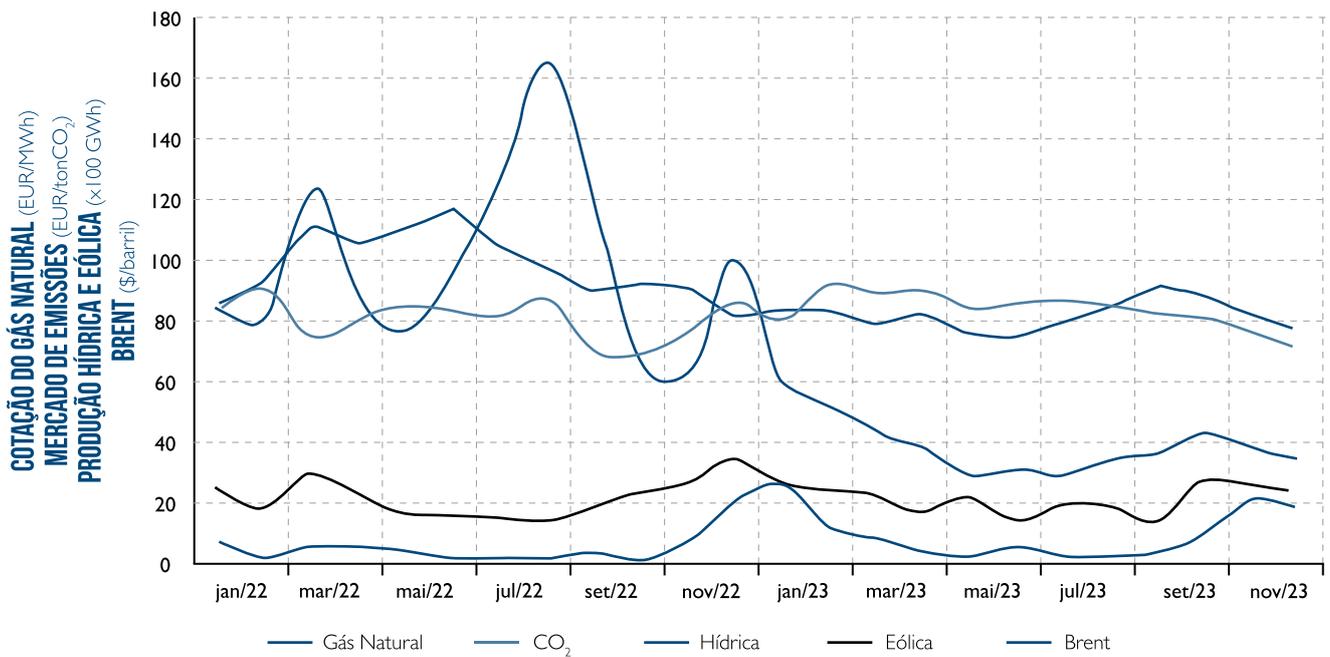
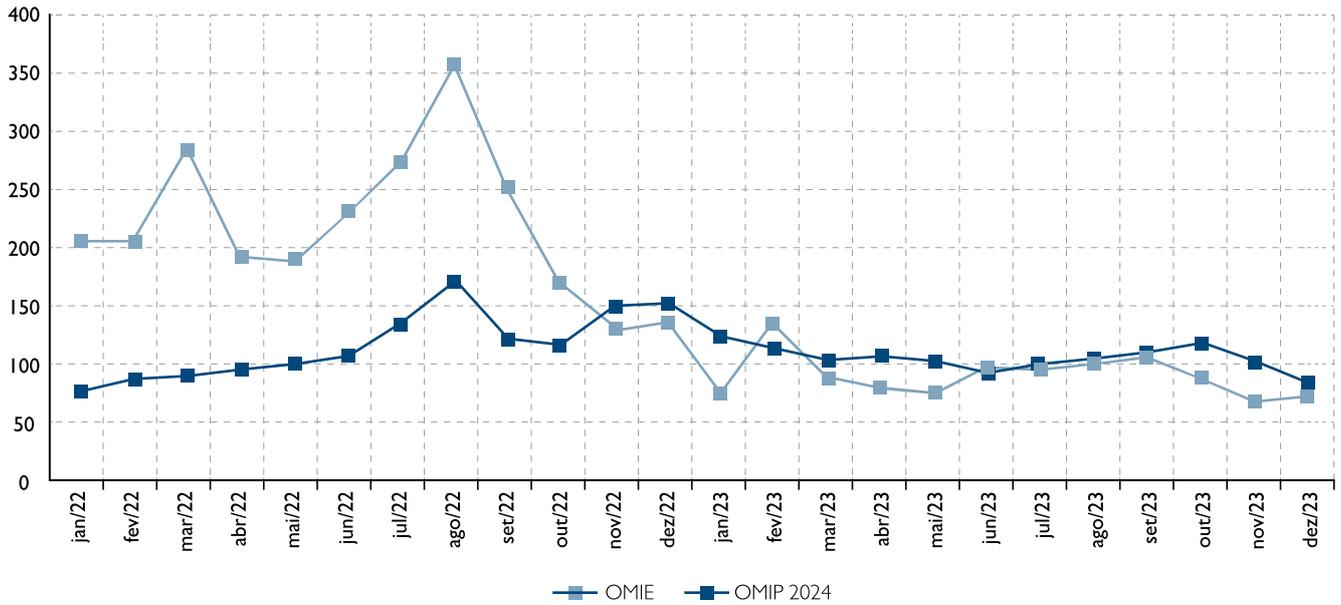
Neste âmbito, decorreu, em setembro de 2023, um programa de trabalhos promovido pelo Grupo Águas de Portugal para um grupo de técnicos do setor das águas de diversos países, envolvendo sessões de intercâmbio de conhecimentos e capacitação, permitindo que os participantes discutissem como operacionalizar e integrar estes conceitos na água urbana, refletindo sobre as suas experiências e identificando desafios e oportunidades.

1.4 A ENERGIA

O PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA EM PORTUGAL

No ano de 2023 verificou-se uma retoma gradual da estabilidade dos mercados elétricos, principalmente no 2.º semestre, face a 2022 que foi marcado por uma grande volatilidade, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, que se manteve em parte do ano de 2023, apesar do impacto significativamente menor.

COTAÇÕES (EUR/MWh)



Em 2023 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 88,27 €/MWh, face aos 217,84 €/MWh apurados em 2022, incluindo o mecanismo de ajuste ibérico. Já a cotação média em 2023 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2024 foi de 104,73 €/MWh, diminuindo -3,6% face ao ano de 2022.

Esta evolução está associada essencialmente com a redução do preço médio do gás natural, que depois de atingir máximos históricos em 2022, mostrou uma tendência de descida ao longo do ano de 2023, mas também com o aumento significativo da produção hídrica (+85,2%) e com a redução do preço médio do brent (que diminui de 98,6 \$/barril em 2022 para 82,1\$/barril em 2023). Este comportamento compensou assim o aumento da cotação mensal média do CO₂ (+3,6%) e a ligeira redução na produção eólica na Europa em 2023 (-1,5%).

Nos mercados diários europeus e em 2023, as cotações reduziram-se significativamente face ao ano anterior, resultado de um ano com maior estabilidade nos mercados, com o mercado nacional a revelar valores mais favoráveis.

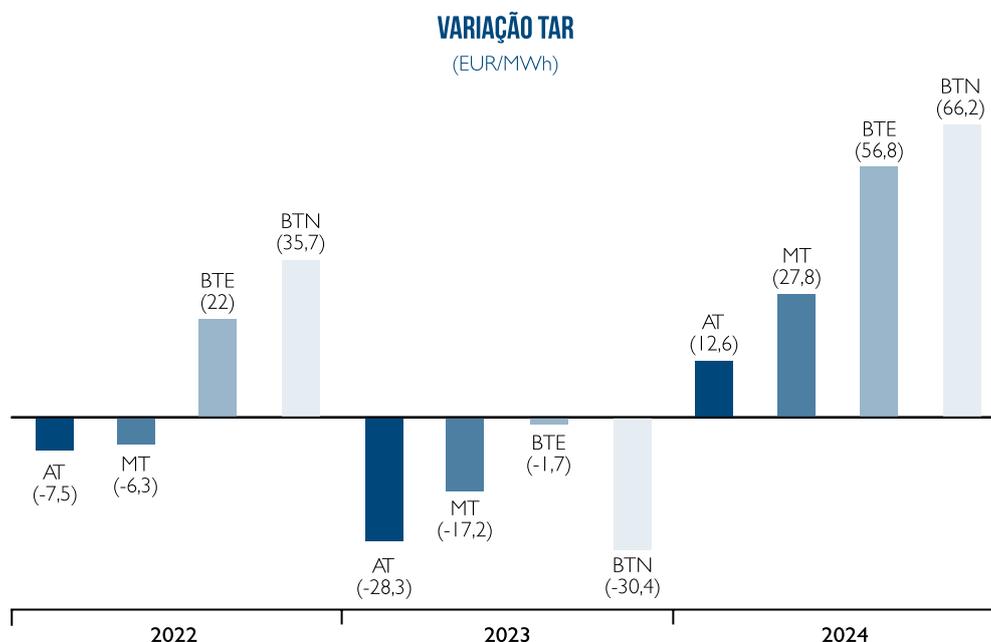
VARIAÇÃO DO MERCADO DIÁRIO	COTAÇÃO MÉDIA EM 2023 (EUR/MWH)	COTAÇÃO MÉDIA EM 2022 (EUR/MWH)	2023/ 2022
Portugal	88,27	217,84	-59,5%
Alemanha	94,92	235,46	-59,7%
França	96,60	275,89	-65,0%

A tendência de redução e de comportamento mais favorável dos preços da energia elétrica estendem-se ao mercado de futuros (OMIP) para fornecimento em 2024, embora com menor expressão na redução do que as verificadas nos mercados diários.

VARIAÇÃO DO MERCADO DE FUTUROS PARA FORNECIMENTO EM 2024	COTAÇÃO MÉDIA EM 2023 (EUR/MWH)	COTAÇÃO MÉDIA EM 2022 (EUR/MWH)	2023/ 2022
Portugal	104,73	108,67	-3,6%
Alemanha	146,87	174,19	-15,7%
França	180,24	195,58	-7,8%

O consumo nacional atingiu em 2023 os 50.728 GWh, superior em 0,8% ao registado em 2022.

No preço da eletricidade para os consumidores, como as empresas do Grupo AdP tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais. Nesta componente, o quadro regulatório nacional conduz a uma relação inversa entre a TAR e o custo da energia, pelo que a atual diminuição do custo da energia induz um aumento dos CIEG, e consequente aumento da TAR, circunstância que se irá verificar em 2024, de forma significativa.



Assim, em 2023, assistimos uma retoma gradual à estabilidade dos mercados elétricos, em simultâneo com algumas flutuações ao longo do ano, que tornaram a contratação mais complexa. Devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em 2023 e em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de dois concursos, um para o fornecimento no 1.º semestre e outro para o 2.º semestre, sem preço base e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, permanência no regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem fidelização, isto é, até que os mercados estejam perfeitamente estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

A estratégia seguida em AT, MT e BTE mostrou-se acertada, porque a opção por um único contrato anual de fornecimento teria impedido a grande redução do custo de energia verificada no 2.º semestre (o preço médio desceu de 201,43 €/MWh no 1º semestre para 111,23 €/MWh no 2º semestre).

Igualmente a opção pelo regime regulado no fornecimento em BTN revelou-se ser a melhor, uma vez que o regime liberalizado ainda não voltou a ser competitivo neste segmento.

Em 2024 e tendo em conta os resultados do contrato de fornecimento de energia contratualizado para o 1º semestre de 2024 (AT, MT e BTE), das TAR e dos preços publicados para o mercado regulado (em BTN) publicados pela ERSE, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo diminua cerca de 10 milhões de euros face a 2023, estimando-se que em 2023 seja de 101 milhões de euros.

A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

O consumo de energia elétrica é indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representando uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras.

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não podem deixar de ser tidos em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da

neutralidade energética e carbónica. Sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2023 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável (prevendo um mix integrado de produção), principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Durante o ano de 2023 concluiu-se o desenvolvimento desta ferramenta e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo AdP de 2019 (ano base do inventário) e de 2022 (último ano com dados disponíveis). Durante 2024, será concluído o inventário relativo a 2023, proceder-se-ão a pequenos ajustes na ferramenta e delinear-se-á o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

1.5 O CONTEXTO REGULATÓRIO

Em 2023, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidades atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão Empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2023, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais - SMM -, AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Nos SMM, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprecia o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2023, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário), constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2023, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta de Recomendação sobre gestão de perdas aparentes em sistemas de abastecimento de água, o Projeto de Regulamento da qualidade de serviço prestado ao utilizador final e a proposta de Recomendação sobre gestão de fossas sépticas no âmbito de soluções particulares de saneamento de águas residuais domésticas.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

SISTEMA MULTIMUNICIPAL – ATIVIDADE EM “ALTA”

A SIMARSUL é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, a atividade de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas em “alta” praticadas são avaliadas pela ERSAR sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a SIMARSUL, as tarifas encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2023, a tarifa aplicada na faturação pela SIMARSUL foi objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e de aprovação pelo Concedente.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2023, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 3,24%.

O diploma constituinte da SIMARSUL estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da SIMARSUL, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

No ano de 2023 a Empresa gerou um DRG de natureza deficitária de 1,5 milhões de euros, tendo recebido a 29 de fevereiro de 2024 o projeto de decisão da entidade reguladora a reconhecer parte do mesmo. A empresa irá pronunciar-se por escrito no prazo estabelecido de quinze dias uteis.

Em 31 de dezembro de 2023 estavam registados nas contas cerca de 66,3 milhões de euros de DRG de natureza deficitária, decorrentes da atividade da SIMARSUL.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A SIMARSUL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

A SIMARSUL recebeu a Ficha de Avaliação da Qualidade de Serviço de 2022 a 27 de outubro de 2023 para efeitos de contraditório, o qual foi remetido a 6 de novembro de 2023, tendo-se recebido a 26 de fevereiro de 2024 a ficha final de avaliação.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da SIMARSUL, disponível em <https://www.SIMARSUL.adp.pt/content/qualidade-do-servico>.

2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se a 12 de março de 2021, para o período 2021/2023.

O Conselho de Administração da SIMARSUL atua em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pela titular da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira, à luz do Programa do XXIII Governo Constitucional e das medidas excecionais aprovadas pelo Governo no atual contexto de Pandemia COVID-19, designadamente pelo(a):

- a) Cumprimento da sua missão e exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade Empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Atuação socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal dos trabalhadores, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promoção do equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adoção de metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceção e implementação de políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implementação de planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implementação de políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;

- i) Implementação e manutenção de sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

Como se sabe, o Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal Grupo Empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. E paralelamente é o maior consumidor público de energia elétrica.

Deste modo, percebe-se a significativa dimensão – económica, social e ambiental – que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias – e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto Grupo público da área do ambiente – está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados em 2020 (5%).

Desta forma, o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, assente na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo. Com este programa o Grupo pretende atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro Grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um mix integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (2021 a 2025 e 2026 a 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 – Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 – Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

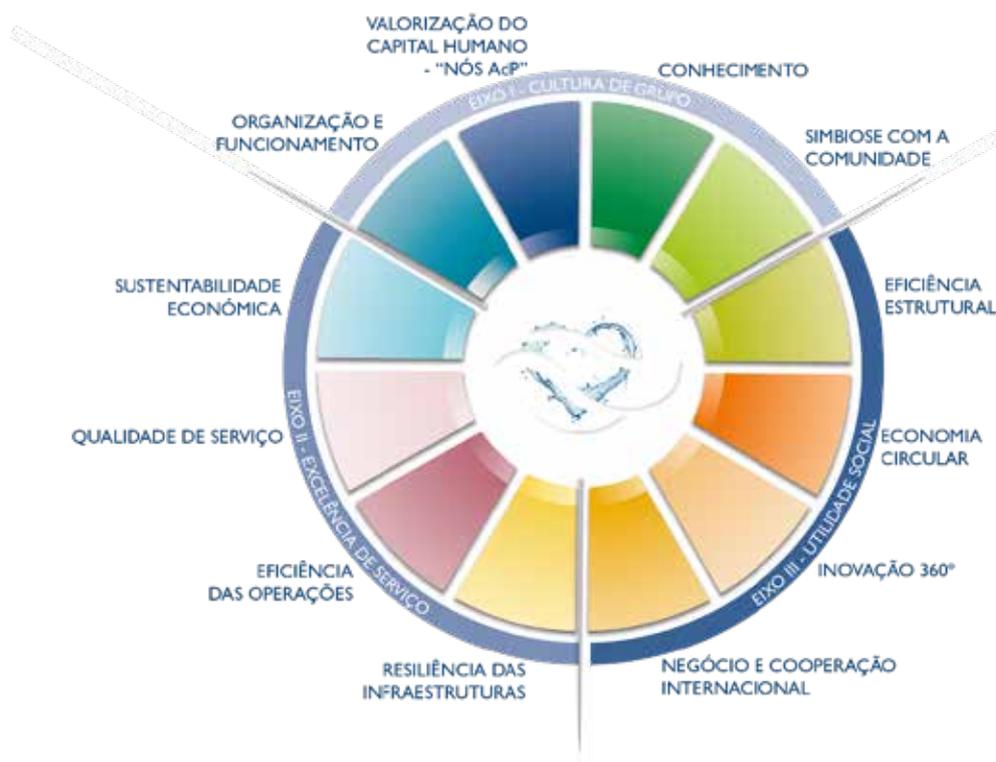
Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas Empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta será implementado um conjunto de medidas com vista à redução das emissões do Grupo.

A NOSSA ESTRATÉGIA

A SIMARSUL continuará a realizar o seu serviço essencial de saneamento centrado na geração de valor, com as prioridades bem definidas, para consolidar a sua missão pública e continuar o caminho rumo a um futuro cada vez mais sustentável, circular e inovador que contribua para o Pacto Europeu para o Clima, assumindo compromissos de Integridade e de Sustentabilidade com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

O Conselho de Administração continuará a desenvolver a sua atividade gestonária para o cumprimento do estabelecido no Contrato de Concessão assinado com o Estado Português, prosseguindo as orientações estratégicas e específicas que lhe são transmitidas, nomeadamente as aprovadas e determinadas em Assembleia Geral de Acionistas, bem como outras que lhe são pontualmente transmitidas. Revendo-se no quadro estratégico de compromisso, assumido pelo Grupo AdP, a SIMARSUL projeta o seu futuro assumindo como suas as linhas gerais de orientação estratégicas que se consubstanciam em 3 eixos fundamentais e que englobam 12 desafios estratégicos como segue.



Construir, explorar e gerir o sistema de saneamento de águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental com um elevado grau de competência, capaz de responder localmente, com eficácia e eficiência, aos grandes desafios que se colocam, em Portugal e no Mundo, no setor do ambiente são também um objetivo.

Desta forma, a SIMARSUL desenvolve a sua atividade em torno dos valores de eficiência, produtividade, inovação e desenvolvimento, e da qualidade. Pretende-se que estes valores sejam assumidos como motivação das atividades do dia-a-dia para vencer os desafios que se colocam à Empresa, entre os quais se destacam a modernização e manutenção eficaz dos seus sistemas de transporte e tratamento dos efluentes da Península de Setúbal, num quadro de racionalização do investimento e proteção do ambiente, a aposta na economia circular e combate às alterações climáticas e a continuação da implementação de políticas sociais requeridas para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030

Em particular, ciente das especificidades do Sistema e do contexto regional onde este se insere, também continuará a privilegiar o permanente contacto e o são relacionamento com os Municípios, seus acionistas e clientes, de forma próxima com as partes interessadas e em estreita colaboração com as indústrias locais, procurando encontrar sempre as melhores soluções para problemas e desafios comuns.

A nível global da Empresa, será prosseguida a atitude de contínua otimização dos recursos da organização, com vista a melhorar a eficiência do seu desempenho e a resiliência das infraestruturas, assim como uma política de sensibilização ambiental que promova a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

Além do continuado contributo da Empresa para a conservação e melhoria da condição do estuário do Tejo e do Sado, bem como das restantes massas de água da região, constitui como outro grande desafio a preservação continuada do vasto parque de infraestruturas, capazes de responder também às necessidades da reutilização de água residual tratada e da neutralidade carbónica.

Neste âmbito, encontram-se previstos no plano de investimentos importantes intervenções de reabilitação e melhoria em infraestruturas que permitirão melhorar a sua fiabilidade e resiliência e que, no plano da eficiência energética, permitirão minimizar consumos de energia.

No âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso e do seu propósito de fazer a diferença na vida das pessoas – comuns às Empresas do Grupo AdP – a SIMARSUL encetará as medidas preconizadas para reforço da capacidade de resposta à dinâmica associada às alterações climáticas, à descarbonização, à transformação digital e à economia circular nos próximos anos.

Consciente que o sucesso das organizações depende das pessoas, estamos também convictos da importância do estabelecimento de relações de proximidade e de valorizar quem diariamente desempenha as suas funções para tornar possível a realização da missão da SIMARSUL e concretizar o nosso compromisso com o ambiente e a valorização da região.

Por fim, a Empresa reafirma que continuará a ser um parceiro empenhado na procura e concretização de soluções que conduzam a uma melhoria e proteção do ambiente na defesa da saúde pública na região.

3. O NEGÓCIO

3.1 INTRODUÇÃO

A SIMARSUL é uma Empresa multimunicipal e é responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime exclusivo e por um prazo de 30 anos.

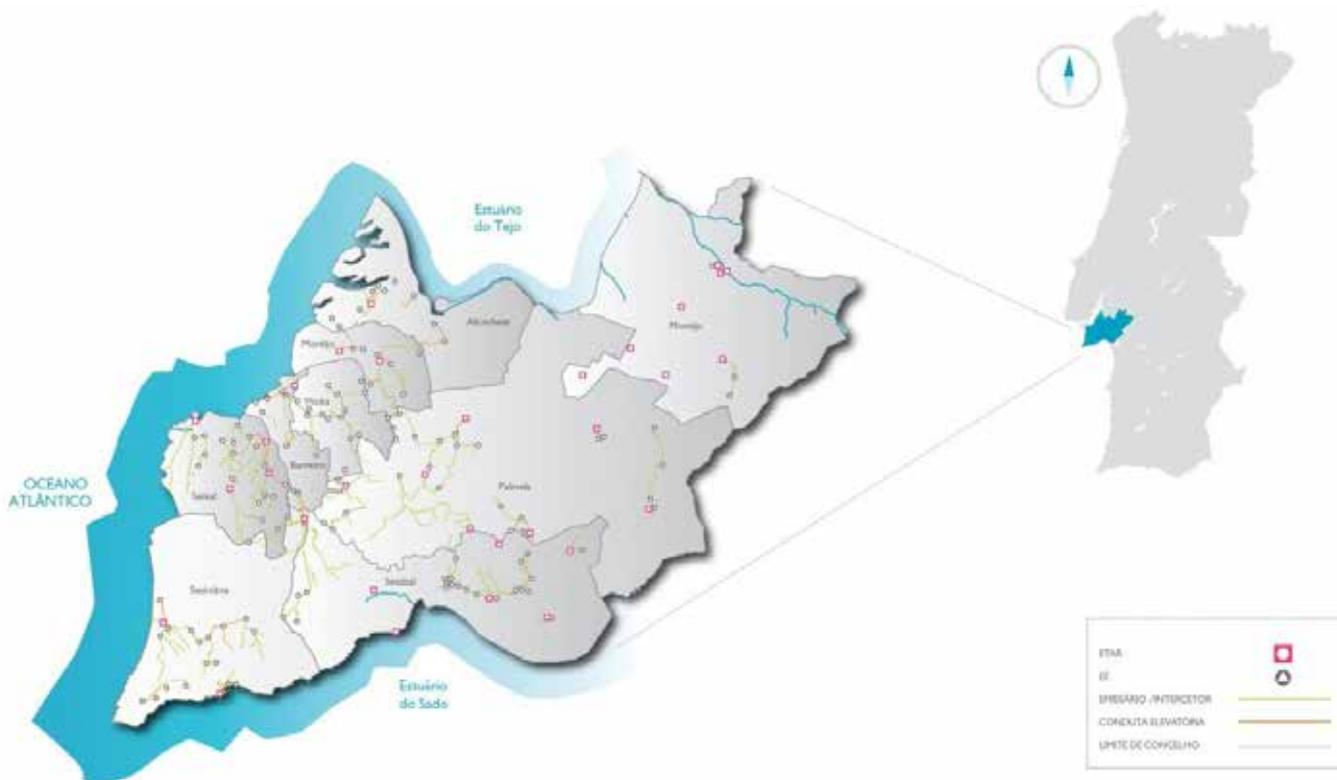
O sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal compreende a exploração e a gestão da recolha, do tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente.

A SIMARSUL rege-se pelo Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março de 2017, e pelos seus Estatutos, anexos a esse diploma, tendo os referidos Estatutos da Sociedade sido objeto de atualização por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, na sua reunião de 17 de junho de 2020, que aprovou a sua alteração.

3.2 SANEAMENTO EM “ALTA”

Estima-se em cerca de 630 mil habitantes¹⁸ a população atualmente residente nos 8 municípios abrangidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal), servindo-se atualmente a população de todos os Municípios.

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade de recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos e urbanos.



Na imagem seguinte são apresentados os grandes números associados à dimensão da Empresa, no horizonte da concessão, no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração:



¹⁸ Atualizado de acordo com os Censos de 2021.

Na sequência do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro que altera o Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho que define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, a produção de água para reutilização obtida a partir do tratamento de efluentes, bem como a sua disponibilização, passou a constituir também uma atividade principal.

A atividade da concessão atribuída à SIMARSUL pelo Estado Português compreende, em regime exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais (designados por efluentes urbanos) e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

- A conceção, construção, instalação, aquisição ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao contrato de concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, instalação e extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição;
- A conservação, reparação, renovação, manutenção, adaptação e melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos referidos anteriormente, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público, de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários legalmente em vigor;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos são descarregados;
- Oportunidades de expansão da atividade.

3.3 OUTROS NEGÓCIOS

De entre as atividades desenvolvidas classificadas como outros negócios, destacam-se a recolha e tratamento de efluentes a clientes particulares e industriais.

3.4 ATIVIDADE OPERACIONAL

3.4.1 OPERAÇÃO

ÂMBITO

A operação das infraestruturas que integram o sistema multimunicipal é assegurada pela Direção de Operação (DOP), que garante o seu adequado funcionamento, incluindo a realização de um conjunto de rotinas de manutenção e a realização e acompanhamento de um conjunto vasto de parâmetros. No exercício das suas atividades inclui-se ainda:

- a) A gestão de clientes diretos e respetivo acompanhamento das condições contratuais – atualização das tarifas, valores de caução, qualidade dos efluentes descarregados, análise do autocontrolo exigido na autorização de descarga.
- b) A gestão dos processos de licenciamento das descargas de águas residuais junto das entidades competentes e pelo acompanhamento das ligações físicas ao sistema requeridas pelos municípios.
- c) A gestão de pedidos de ligação de clientes diretos que inclui a análise da viabilidade da ligação, cálculo das tarifas a aplicar e instrução do processo junto do Concedente.
- d) A análise e acompanhamento das reclamações de serviço.

CAUDAIS RECOLHIDOS, TRATADOS E FATURADOS

No exercício de 2023, a Empresa atingiu um valor recorde em matéria de caudais recolhidos, cifrando-se estes em 35,5 milhões de m³ de caudal recolhido. Um máximo histórico de atividade, decorrente de um ano completo após a integração dos sistemas do município de Setúbal, ocorrida a 18 de dezembro de 2022. Do total de efluente recolhido, 32,5 milhões de m³ são tratados em ETAR exploradas e geridas pela empresa e o remanescente tratado na ETAR da Quinta da Bomba, gerida pelos SMAS de Almada, nos termos estabelecidos no protocolo de exploração, celebrado entre os SMAS de Almada, o município do Seixal e a SIMARSUL.

2023 constituiu um ano de consolidação da integração do município de Setúbal, com um aumento expressivo de atividade, na ordem dos 17% em termos de caudal afluente ao sistema, do importante parque de ativos integrados, 4 ETAR e 17 estações elevatórias, e criação do Centro Operacional Setúbal. Para suportar esta face mais visível do impacto, foi desenvolvido um conjunto vasto de iniciativas de integração, destinadas designadamente a:

- Implementar os procedimentos existentes na SIMARSUL;
- Formar a equipa de operação;
- Celebrar os contratos de prestação de serviços necessários à condução dos diversos processos;
- Inventariar necessidades de reparação e de substituição de equipamentos e adquirir materiais diversos, para promover a qualidade do serviço prestado pela SIMARSUL e o bem-estar dos trabalhadores.

Num processo de integração com um contexto particularmente desafiante, cumpre-nos salientar o espírito de parceria e total cooperação, que culminaram no final do ano na realização de umas jornadas técnicas conjuntas com os Serviços Municipalizados de Setúbal, onde a agenda se estendeu a preocupações com diferentes horizontes temporais, designadamente eficiência e resiliência, com uma articulação próxima para as profundas intervenções de reabilitação que se estão a planear.

O nível de atividade alcançado ainda que constitua um recorde no nosso histórico, encontra-se ainda abaixo das nossas expetativas. Assim, e contrariamente à tendência global de aumento dos caudais registada na grande maioria dos utilizadores municipais, constatámos uma redução substancial do caudal afluente de um dos principais municípios utilizadores, circunstância que impediu que tivéssemos ultrapassado os 37 milhões de m³.

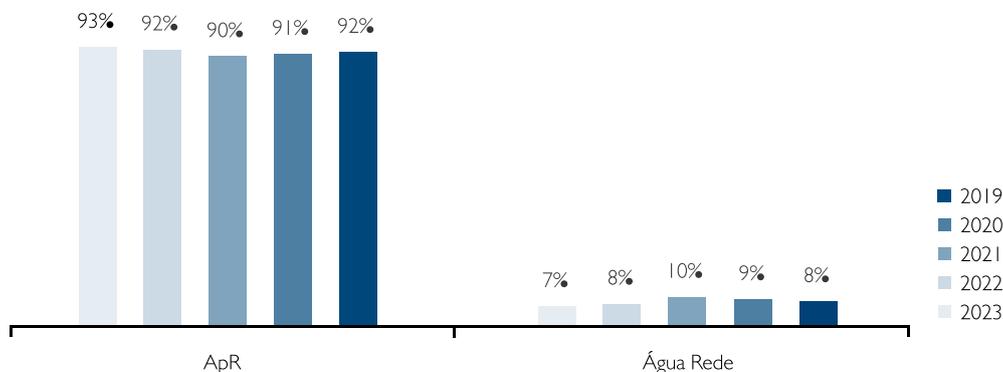
EVOLUÇÃO DO DO VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL (Milhões de m³)



ÁGUA PARA REUTILIZAÇÃO

A nível interno a utilização de água para reutilização continua a constituir um exemplo para a Sociedade e para as Comunidades que servimos. A elevada preponderância nos usos totais continua a constituir uma marca, em linha com os nossos compromissos de sustentabilidade.

ORIGEM DE ÁGUA UTILIZADA NAS ETAR



Muito cientes do impacto do aumento de frequência e intensidade dos fenómenos associados às alterações climáticas, designadamente a escassez de água e as secas, a Empresa continua fortemente comprometida com a prioridade da política pública de produção e fornecimento de água para reutilização como atividade principal. A direção de Operação participou no Plano de Ação para a Reutilização nas ETAR do Grupo AdP, onde se materializa a caracterização e balanço da nossa situação, e se procura compatibilizar o potencial de procura com a capacidade instalada atual e a prazo no universo das ETAR, integrando compromissos decorrentes dos TURH, designadamente em termos de caudais ecológicos, bem como alterações dos respetivos sistemas de tratamento.

Adicionalmente, acompanhámos o desenvolvimento do novo regime jurídico que regulará a atividade, através da estrutura interna do Grupo Águas de Portugal dedicada à temática.

O domínio da produção de água para reutilização tem sofrido importantes avanços, desde logo, com a aprovação do respetivo regime jurídico através do Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, estabelecendo o quadro normativo de âmbito geral para que as águas residuais tratadas possam ser reutilizadas, sempre que tal seja possível ou adequado, apostando numa estratégia de promoção da reutilização de água para diminuir a pressão sobre os recursos hídricos, o que implica a definição do seu enquadramento regulatório.

Desta forma, considerando que as águas residuais tratadas nas ETAR constituem um dos potenciais meios de reutilização de águas, configurando-se como uma das soluções mais eficientes, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista ambiental, para a otimização dos recursos hídricos locais, é determinante para a SIMARSUL acelerar os projetos com maior maturidade, com a identificação das ações transversais que permitam maior agilidade desses projetos.

É neste contexto que temos acompanhando, em especial, a dinâmica de desenvolvimento de projetos industriais de interesse nacional no concelho de Setúbal ligados à produção de hidrogénio e de lítio, assim como dedicámos toda a nossa atenção às manifestações de interesse noutras partes do território, cientes também da oportunidade de capitalizar a aposta inicial dos parceiros de instalação de rede de distribuição. Neste último domínio merece relevo as manifestações de interesse para fins agrónomicos como a rega de vinha, para usos turísticos como a rega de campos de golfe ou para usos municipais como a rega de espaços verdes, a lavagem de pavimentos e de viaturas operacionais.

QUALIDADE DA ÁGUA RESIDUAL REJEITADA E DAS LAMAS PRODUZIDAS

A população servida com tratamento satisfatório atingiu os 616.598 habitantes equivalentes, correspondendo a 96,90 % do total, nível de desempenho ambiental muito em linha com o histórico mais recente. As principais preocupações em termos de desempenho ambiental estiveram associadas a descargas de limpa fossas e à necessidade de intervenção numa das ETAR.

ANOS	Nº DE ETAR CONSIDERADAS	HAB. EQ. SERVIDOS	HAB. EQ. C/ TRATAMENTO SATISFATÓRIO
2023 ^(*)	25	636 325	616 598
2022 ^(*)	25	593 673	583 523
2021 ^(*)	21	598 404	583 460
2020 ^(*)	21	554 994	501 030
2019 ^(*)	21	559 954	547 487

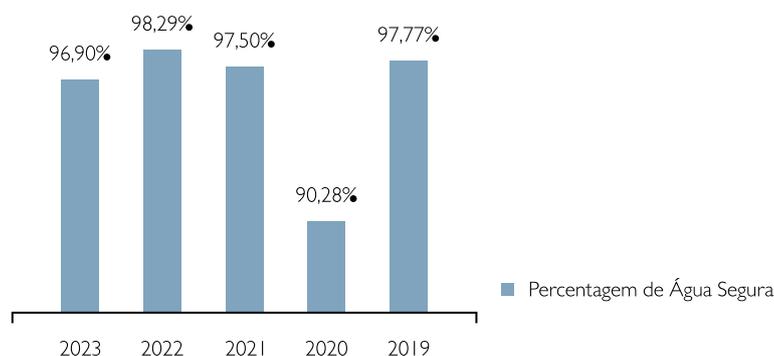
(*) - conforme definido nos indicadores de Gestão

(*) - conforme definido nos indicadores de Qualidade de Serviço da ERSAR (3ª Geração)

No nosso laboratório foram realizados 17 409 ensaios analíticos, incluindo ensaios físicos, químicos e biológicos, no que se refere ao controlo da qualidade dos processos de tratamento da água residual, bem como das lamas produzidas.

Ainda no âmbito do nosso laboratório, releva-se a participação no Ensaio de Comparação Interlaboratorial, promovido pela RELACRE, tendo-se verificado um desempenho satisfatório de 90%. Na 1.ª distribuição, ocorrida em maio, foram submetidos a avaliação 12 parâmetros analíticos, tendo-se obtido um desempenho satisfatório de 84%, no universo de 41 participantes. Na 2.ª distribuição, ocorrida em novembro, foram submetidos a avaliação 8 parâmetros analíticos, com um desempenho satisfatório de 100% no universo de 51 participantes a nível nacional.

CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE DESCARGA

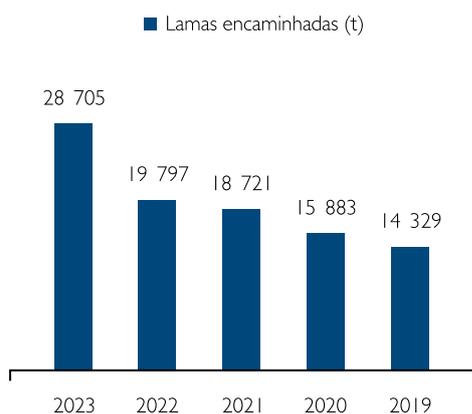


Ao nível do nosso laboratório releva-se também a realização de dois estágios, com duração de 700 e 600 horas, respetivamente, em colaboração com Instituto Politécnico de Setúbal e com a Escola Superior de Tecnologia do Barreiro.

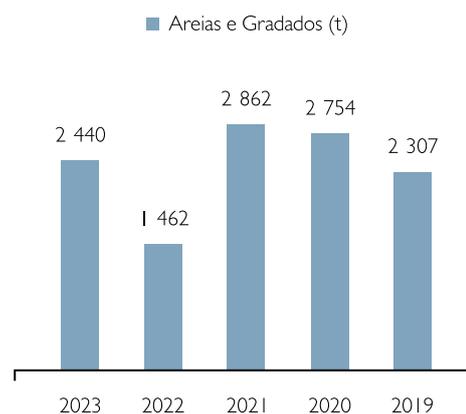
GESTÃO DE LAMAS E RESÍDUOS

A evolução do encaminhamento de encaminhamento lamas está associado à integração das infraestruturas de Setúbal e ao histórico de algumas vicissitudes operacionais.

LAMAS ENCAMINHADAS A DESTINO FINAL



AREIAS E GRADADOS



OUTRAS ATIVIDADES A DESTACAR

No corrente exercício merecem ainda destaque, o desenvolvimento das seguintes atividades:

- A participação ativa no Comité Especializado de Operação de Saneamento do Grupo Águas de Portugal, vocacionado para conferir maior eficácia na implementação de normas transversais, na fluidez dos processos de comunicação, no estudo de propostas de integração de processos/funções e no aprofundamento da partilha de boas práticas nas Empresas do Grupo Águas de Portugal. Neste âmbito, destaca-se a elaboração da revisão técnica do Regulamento de Exploração Tipo, a aplicar por todas as empresas operacionais do Grupo AdP.
- Envolvimento em projetos de I&D, internos e externos à empresa, em estreita colaboração com as instituições de ensino.
- Participação na sessão técnica das XIII Jornadas de Engenharia, organizadas pela Direção de Engenharia e Operação da AdP Valor através de apresentação “Determinação do Carbono Orgânico Total como parâmetro indicador da eficácia do tratamento de uma ETAR”.
- Participação no grupo de trabalho para a definição de estratégia do Grupo AdP para a reutilização de águas residuais tratadas.
- Participação no grupo de trabalho para elaboração da estratégia do Grupo AdP para eliminação dos incumprimentos legais de qualidade em ETAR até 2026.
- A continuidade no desenvolvimento de medidas de gestão do processo de tratamento, tendo em vista a otimização dos consumos de energia, água e dos reagentes químicos de processo, com especial atenção na articulação com os municípios servidos pelo sistema, aspeto determinante para a resolução de inúmeras questões que ainda afetam o desempenho junto das populações, mantendo-se como objetivo prioritário proceder à identificação, caracterização e eliminação das afluentes indevidas.
- No acompanhamento do processo de Gestão de Ativos e participação ativa na Avaliação Funcional realizada no ano 2023.

3.4.2 INFRAESTRUTURAS

ÂMBITO

A conceção, construção e reabilitação e a manutenção das infraestruturas que integram o sistema multimunicipal é assegurada pela **Direção de infraestruturas**, que integra os departamentos de Manutenção e Engenharia e tem a responsabilidade de assegurar o planeamento e a realização das ações de conservação e reparação e o desenvolvimento dos investimentos novos e de reabilitação necessários à gestão eficiente dos ativos explorados, de forma a continuar a satisfazer os interesses, objetivos e expectativas dos acionistas e demais partes interessadas e na prossecução de um serviço público essencial.

INVESTIMENTO

O exercício de 2023 é marcado por um duplo sentimento. Por um lado, uma execução do investimento em infraestruturas manifestamente abaixo dos objetivos e compromissos estabelecidos. Por outro lado, um desempenho ambiental consistente, traduzido em muito pontuais incumprimentos e num nível de tratamento bastante elevado, circunstância que se reveste de reforçada importância, atento o significativo aumento de atividade e de infraestruturas exploradas.

O esforço continuado de preservação e boa gestão das infraestruturas, seja através de empreitadas com importantes intervenções de reabilitação, seja em intervenções de manutenção mais profundas, como as já concretizadas nas infraestruturas de Setúbal, permitiram não só recuperar parte da erosão, como também gerir a pressão de preços ao nível das empreitadas, com sucessivas repetições de importantes procedimentos de contratação. Também um outro conjunto de fatores ajudam a compreender o desfazamento temporal na execução temporal que tem caracterizado esta nova fase da empresa, designadamente a necessidade de revisão de um conjunto amplo de estudos e projetos, a necessidade de novos investimentos de reabilitação, os imprevistos em licenciamentos e articulação com intervenções nas redes de drenagem ou as próprias limitações de recursos e a formação de novos quadros.

É neste contexto que se insere o valor do investimento executado em 2023 de 2,06 milhões de euros, do qual 0,52 milhões de euros são ressarcidos por valores decorrentes da ativação de garantias.

EMPREITADAS EM EXECUÇÃO EM 2023

VALOR DE ADJUDICAÇÃO

UN: MILHARES DE EUROS SUBSISTEMA

Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão	1 099	Global
Empreitada de Reabilitação e Substituição de Infraestruturas da SIMARSUL nos Municípios de Palmela e Sesimbra – Emissário de Palmela, Pinhal Novo Norte, Poceirão e Intercetor Quinta do Conde 2ª EM Pinhal Novo Norte / EM Poceirão / INT Quinta do Conde 2ª	443	Lagoinha, Pinhal Novo, Poceirão e Quinta do Conde
[GB] - Empreitada de Reabilitação no Âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR Barreiro/Moita e do Sistema de Drenagem e Elevatório do Barreiro/Moita - Lote I	1 100 (1 100)	Barreiro/Moita
[GB] - Reabilitação no âmbito do período de garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR da Quinta do Conde	1 125 (668)	Quinta do Conde
TOTAL	3 767 (1 768)	

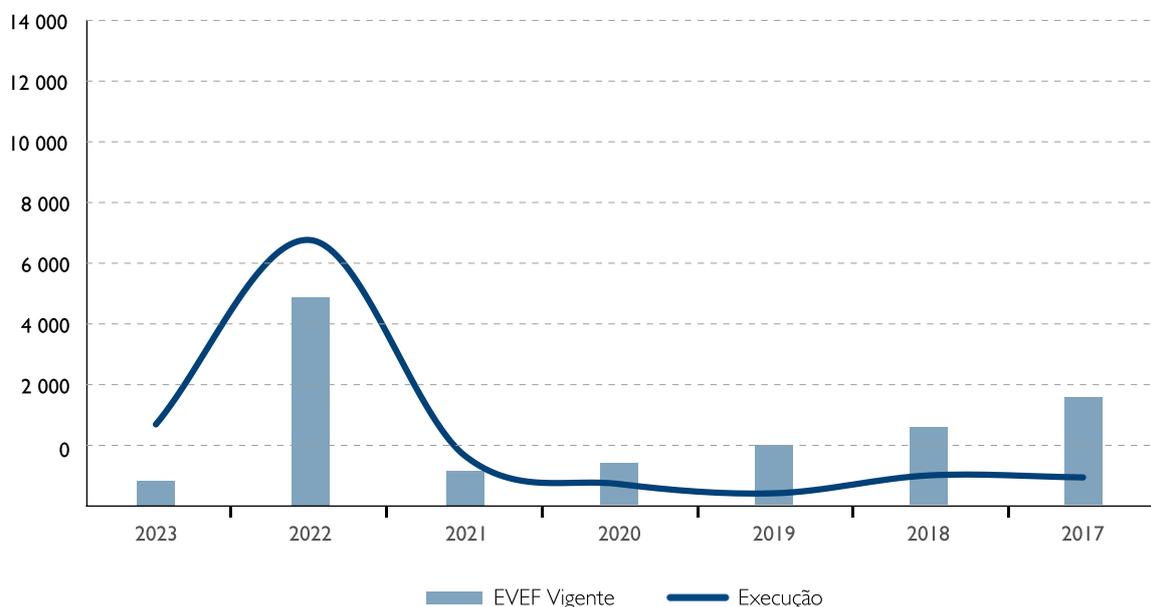
Ainda no âmbito das empreitadas executadas e/ou concluídas em 2023, designadamente da Empreitada de Reabilitação e Substituição de Infraestruturas da SIMARSUL nos Municípios de Palmela e Sesimbra, destaca-se a eliminação da EE Poceirão (antiga) e EE Pinhal Novo Norte, no âmbito da reengenharia de processos.

É com base no exposto que o investimento acumulado associado ao empreendimento se eleva para 229,8 milhões de euros.

Também a captação de financiamentos continua a merecer toda a atenção. Depois da apresentação da candidatura submetida ao âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, eixo prioritário 3 “Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência dos Recursos” do Fundo de Coesão, com a designação “Execução do Emissário Cárcamo Lobo”, e código POSEUR-03-2012-FC-001575, e que foi objeto de decisão de aprovação condicionada a disponibilidade orçamental, por parte da Autoridade de Gestão do POSEUR, no valor global de 0,645 M€, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, submetemos em 25 de agosto de 2023 o respetivo Relatório Final da Candidatura.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO

(milhares de euros)



Também a preparação do lançamento de empreitadas continua a merecer particular atenção, tendo em vista o lançamento de investimentos acima dos 20 milhões de euros.

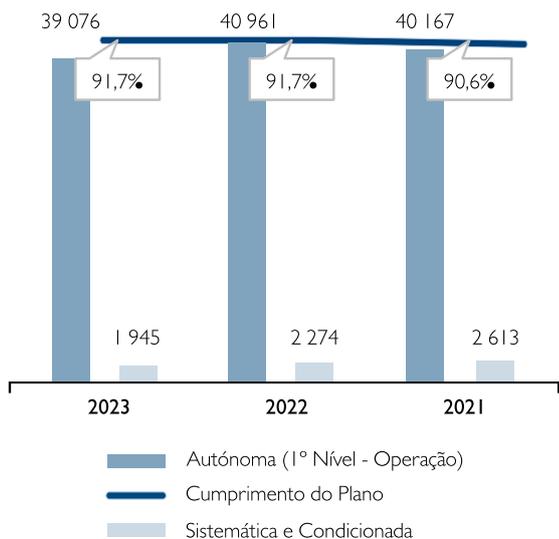
PROJETOS EM EXECUÇÃO EM 2023	VALOR GLOBAL ESTIMADO	SUBSISTEMA
Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de drenagem e elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Bacia A	725	Quinta da Bomba
Empreitada para Reabilitação do Interceptor da Amora	800	Seixal
Empreitada de Execução para Conclusão dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema da Quinta do Conde - Fase I - Alto das Vinhas	600	Lagoa/Meco
[GB] - Reabilitação no âmbito do período de Garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Fernão Ferro	1 100 (379)	Fernão Ferro
Empreitada de Construção do Sistema de Drenagem e Elevatório da Baixa de Palmela	952	Setúbal
Empreitada de Construção dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema do Pinhal Novo - Remodelação do Emissário Pinhal Novo Norte 2	700	Pinhal Novo
Empreitada para Substituição do Sistema de Arejamento da Vala de Oxidação, substituição do Circuito de Escorrências e Beneficiações Gerais da ETAR de Pinhal Novo	1 103	Pinhal Novo
Empreitada para Alteração da Etapa de Desidratação, Flexibilização do By-Pass da ETAR e Desinfecção da Água de Serviço na ETAR de Sesimbra	650	Sesimbra
Empreitada de Construção do Sistema de Drenagem e Elevatório da Lançada	561	Afonsoeiro
Beneficiação das ETAR e EEAR do Subsistema de Setúbal – elaboração dos termos de referência com o apoio da AdP Valor, para contratação do Projeto de Reabilitação	17 212	Setúbal
Eliminação de Odores na Rua das Flores	184	Lagoa/Meco
Dimensionamento de ESP nas EE Amieira e Pinhal de Aiana	5	Lagoa/Meco
TOTAL	23 492	

Apesar do atraso verificado na execução face ao previsto, as perspetivas são de podermos atingir o montante previsto para investimento em infraestruturas para todo o período da concessão até ao final do 1.º período tarifário, 2026, circunstância que torna mais oportuna a reavaliação em curso de parte dos termos do contrato de concessão, designadamente do estudo de viabilidade económica e financeira.

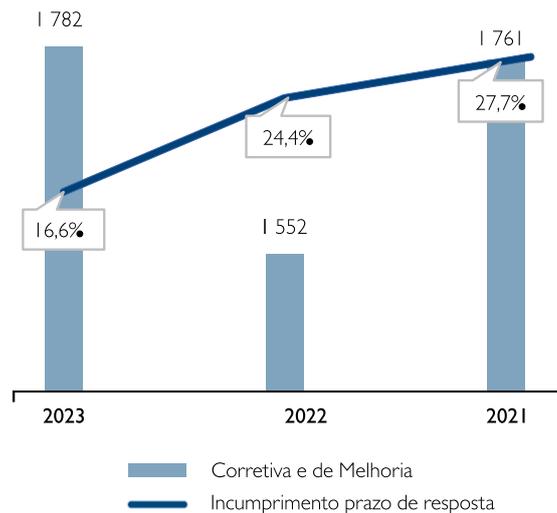
MANUTENÇÃO

A manutenção seja desenvolvida pelas equipas de operação, designada como de 1.º nível, como a assegurada de forma dedicada e especializada por equipas internas e subcontratada é um dos pilares do nosso desempenho, como atesta a expressão das intervenções que diariamente são realizadas, sejam preventivas, sejam curativas, nas mais diversas especialidades.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA



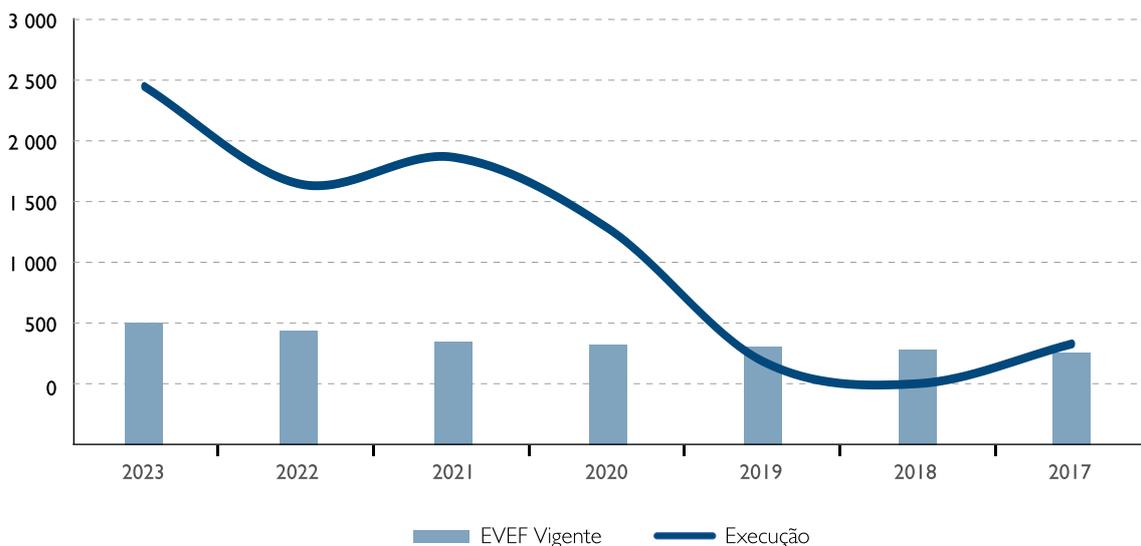
MANUTENÇÃO CORRETIVA E DE MELHORIA



A importância da mesma tem sido particularmente notória na resposta à integração das infraestruturas de Setúbal com intervenções de várias centenas de milhares de euros.

É assim com a consciência da expressão crescente dos ativos que temos sob a nossa responsabilidade, que rondam os 400 milhões de euros, de alguma erosão dos anos recentes e das características de uma indústria de serviços de infraestruturas de rede com exigências crescentes de continuidade e bom desempenho, assim como de forte compromisso com as populações e o ambiente, ajudam a compreender o esforço que tem vindo a ser prosseguido.

MANUTENÇÃO - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO (milhares de euros)



OUTRAS ATIVIDADES A DESTACAR

Para além da execução de investimentos e da gestão da manutenção, o ano de 2023 destaca-se ainda pela continuidade de importantes iniciativas de modernização e digitalização de processos, como de aprimoramento da metodologia de gestão de ativos, a saber:

- A receção provisória da obra “Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL” (047/CPQI/2020) que ocorreu em 22/12/2023. Trata-se de uma infraestrutura informática industrial, que garante, não só uma gestão técnica eficaz e integrada, mas também uma gestão económica e estatística, sobre as infraestruturas do Sistema. Inclui a implementação de uma base de dados de histórico que agrega todos os dados recolhidos das diversas instalações, assegurando o rigor e fiabilidade da informação. A gestão técnica é feita pelo tratamento da informação em tempo real, ou quase real, proveniente das instalações remotas (unidades locais). A gestão estatística, realizada através da análise de dados históricos e de informação que contribui para o planeamento e tomada de decisões sobre futuros investimentos;
- A obtenção de licenças e arranque da implementação do módulo SAP EAM (*Enterprise Asset Management*), concretizando diligências de vários anos, incluindo implementação do módulo SAP PM (*Plant Maintenance*), para tornar o processo mais consistente e fiável, tendo em consideração os aspetos técnicos e económicos e inovadores da solução e com o objetivo de disponibilizar uma solução de mobilidade integrada na gestão das infraestruturas geograficamente dispersas do Sistema;
- A aprovação da “Proposta de Ações para a Implementação do BIM (*Building Information Modeling*) no Grupo AdP” e na SIMARSUL. O BIM é uma metodologia de trabalho assente num sistema integrado de gestão de informação de todo o ciclo de vida de um empreendimento e de todos os ativos que o integram, desde a fase de conceção, posterior construção e exploração, até à sua desativação. No âmbito deste plano e até 2025 deve ser desenvolvido um projeto piloto na SIMARSUL. A partir de 2026, esta metodologia deve ser aplicada a todos os novos projetos.
- Prosseguimos o desenvolvimento da metodologia de priorização de investimentos baseada na avaliação de risco, para suportar a tomada de decisão. O planeamento e acompanhamento dos investimentos, em novo e de substituição, é efetuado com base numa avaliação prévia de criticidade das infraestruturas, ponderando o Contrato de Concessão (CC), os Relatórios de Avaliação Funcional (RAF) realizados e os constrangimentos operacionais verificados, os investimentos comparticipados, os investimentos que decorrem da integração de património e outros investimentos não previstos no CC sujeitos a prévia aprovação. Assegura-se a sua articulação com as prioridades de intervenção previstas pelos municípios nas suas redes em baixa. O planeamento dos investimentos contempla ainda o desenvolvimento da nova atividade principal de Água para reutilização (ApR) e os compromissos de neutralidade energética e economia circular, bem como de redução dos gases com efeito de estufa (GEE) e a expansão da digitalização.

3.4.3 GESTÃO DE ENERGIA

A ESTRATÉGIA

O consumo de energia elétrica é indissociável da nossa atividade, representando uma parcela substancial nos gastos e, conseqüentemente, uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de águas e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões.

É longo percurso do Grupo Águas de Portugal neste domínio, com crescente preponderância, assumindo-se nos últimos anos como uma das nossas prioridades estratégicas, traduzida no estabelecimento na meta de atingir a neutralidade em 2030, através do Programa ZERO, de redução dos consumos energéticos e do aumento da produção própria de energia 100% renovável.

O Programa de Neutralidade Energética da SIMARSUL consolidado no final de 2021 e desenvolvido em conjunto com a AdP Energias teve no final de 2023 autorização para o seu arranque, tendo sido possível desencadear o reforço da equipa destinada ao seu acompanhamento, na sequência da aprovação do plano de atividades e orçamento para 2023.

Este Programa terá um importante contributo para os exigentes objetivos ambientais definidos para Portugal, nomeadamente para a neutralidade energética, por via da eficiência energética e da incorporação de uma percentagem elevada de energia obtida a partir de fontes renováveis, e para a neutralidade carbónica em resultado da forte redução de emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) que serão induzidas pela concretização das ações/medidas que integram este ambicioso Programa. A SIMARSUL pretende concretizar este programa através das seguintes medidas:

- Aumento da produção de energia a partir de recursos disponíveis nas suas instalações, como por exemplo, o biogás produzido nas ETAR;
- Utilização da energia solar fotovoltaica, num mix energético integrado que visará a maximização do autoconsumo;
- Implementação de procedimentos de eficiência energética e de substituição de equipamentos dos processos operativos por equipamentos energeticamente mais eficientes.

- O desenvolvimento do Programa ZERO na SIMARSUL obriga à implementação de ações/medidas que se estima que venham a atingir cerca de 6,4 milhões de euros, e que serão desenvolvidas em dois períodos de investimento. Este investimento conduzirá a uma poupança, por via de custos evitados com a aquisição de energia elétrica da rede, que se estima na ordem dos 16,4 milhões de euros até ao final da concessão. Proporcionará ainda um conjunto de rendimentos, por via da venda de energia elétrica sobrança a uma Comunidade das Energias Renováveis (CER) que disponibilizará a outras Empresas do Grupo e a parceiros que se queiram associar ou à rede elétrica nacional, que se estima na ordem dos 2,4 milhões de euros até ao final da concessão.

ATIVIDADE

Para suportar e apoiar o desenvolvimento de projetos de energia encontra-se a decorrer uma Prestação de Serviços Especializados com a AdP Energias, que também dinamiza no seio do Grupo Águas de Portugal um conjunto de iniciativas, merecendo especial destaque em 2023:

- O Programa Neutro, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE, tendo-se concluído em 2023 o desenvolvimento de uma ferramenta para suportar a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de GEE.
- O Plano de Poupança de Energia-PPE 2022-2023, ao encontro do PPE 2022-2023, previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2022, e que contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade.
- Instrução junto da E-Redes do licenciamento da ETAR da Quinta do Conde referente ao "Projeto para certificação da instalação de produção de energia elétrica para autoconsumo (UPAC) e ligação à Rede Elétrica de Serviço Público (RESP)", visando maximizar a produção de energia através da cogeração, atualmente apenas destinada a autoconsumo.
- A conversão das centrais de microprodução da EE ZI Cascalheira (Subsistema Pinhal Novo) e da EE Saldanha (Subsistema Seixalinho) para UPAC, processo que ficou concluído em 2023 junto da DGEG.
- A disponibilização de uma plataforma com atualização semanal dos consumos e produção de energia.
- No âmbito da nossa participação no projeto europeu EUniversal a convite da E-Redes, financiado pela União Europeia H2020, na área da Investigação e Inovação, foi dada autorização em 2022 para a recolha e disponibilização de dados de consumo referentes à ETAR de Alcochete e Estação Elevatória de Alcochete no âmbito do projeto, o qual tem como objetivo promover e desenvolver uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos energéticos a nível global, permitindo uma melhor perceção dos desafios e do potencial benefício que pode ser obtido por se participar num mercado de flexibilidade. Em novembro de 2023 teve início a fase de demonstração na zona de Alcochete, sendo a validação da flexibilidade efetuada a partir do diagrama de cargas com a utilização do contador existente atualmente.

No decurso das principais atividades merece ainda referência:

- A realização de auditorias energéticas no âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE), com a submissão e posterior aprovação dos respetivos Planos de Racionalização do Consumo de Energia (PREn), às duas infraestruturas com consumo superior a 500 Tep, a ETAR do Barreiro/Moita e a ETAR de Setúbal.
- No âmbito do SGCIE e do Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril, foram efetuadas vistorias no terreno às ETAR de Setúbal, Afonsoeiro, Quinta do Conde, Alcochete e Seixalinho.
- A interação com as agências de energia locais, nomeadamente a S.Energia – Agência Regional de Energia para os Concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo e a AMESEIXAL - Agência Municipal de Energia do Seixal, onde a SIMARSUL integra as respetivas Assembleias Gerais.

FROTA

O reforço do nosso compromisso de sustentabilidade estende-se à nossa frota, atento o efeito relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil.

Neste sentido as Empresas do Grupo Águas de Portugal definiram como um dos seus objetivos, a certificação energética das suas frotas, de forma a analisar e a melhorar as práticas adotadas na gestão das viaturas, no desempenho dos condutores, na otimização dos consumos e nos cuidados com a manutenção.

O nosso percurso desde a certificação obtida em 2019, evidencia uma melhoria nos indicadores energéticos da frota, traduzida na obtenção de uma classificação na classe D em 2019, classe C em 2020 e classe B em 2021 e 2022, merecendo especial referência para este desempenho:

- A aposta em 11 viaturas 100% elétricas e 1 plug-in, de um total de 46, permitiu que em 2023, as viaturas totalmente elétricas, percorrendo 183.398 km e consumido 36.049 kWh, tenham evitado a emissão de 23,8 ton CO₂.

- A realização de formação em condução com recursos a demonstrações e exercícios práticos de condução em circuito de formação.
- A sensibilização e acompanhamento tendo em atenção a idade e quilometragem da nossa frota.

Desde o primeiro ano, a certificação energética de frotas permitiu assegurar:

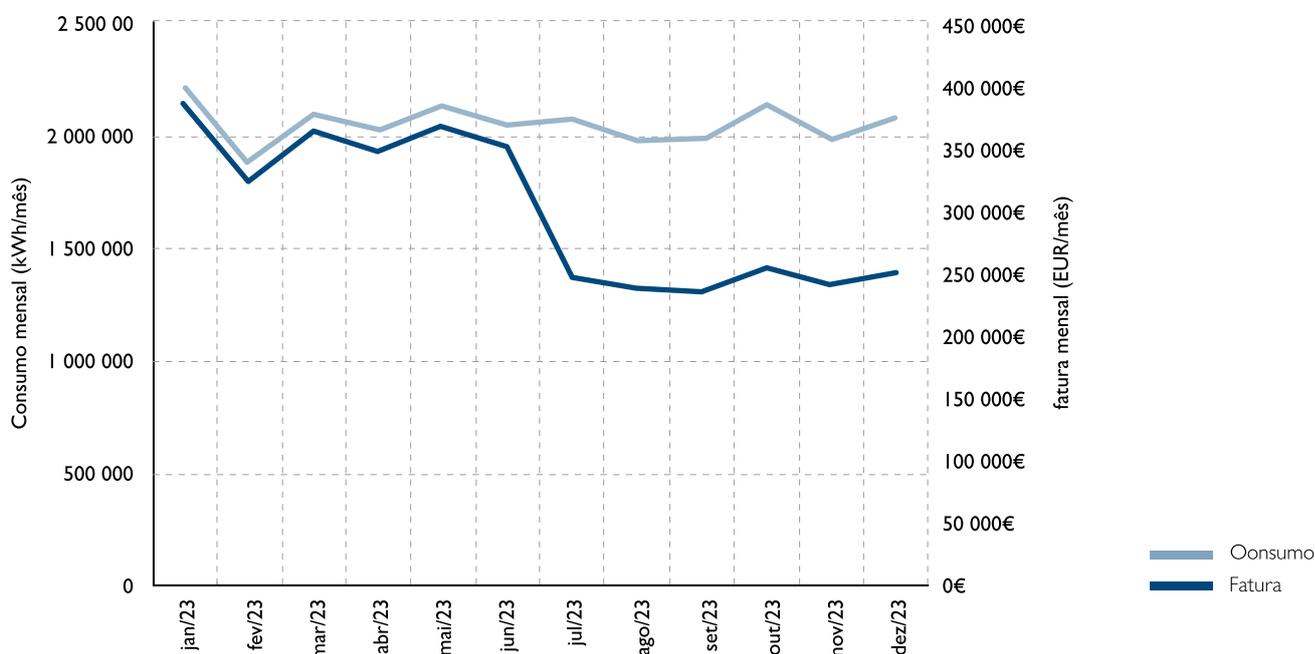
- Demonstrar, de forma simples e clara, o seu empenho em reduzir a pegada ecológica da frota;
- Contribuir ativamente para a redução de emissões de CO2 resultado da sua frota;
- Aproveitar as oportunidades na otimização de custos (combustível, etc.) e reduzir emissões de CO2;
- Melhorar a forma de aquisição da sua frota, dando relevância à eficiência energética e ambiental das viaturas;
- Motivar trabalhadores/as, clientes, fornecedores e parceiros para uma mobilidade mais sustentável.

É com base neste desempenho que apostamos no reforço ao longo dos próximos anos, com incentivo reforçado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 28 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP – processo integrado no Programa de Neutralidade Energética, com vista à implementação de uma Frota Verde visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

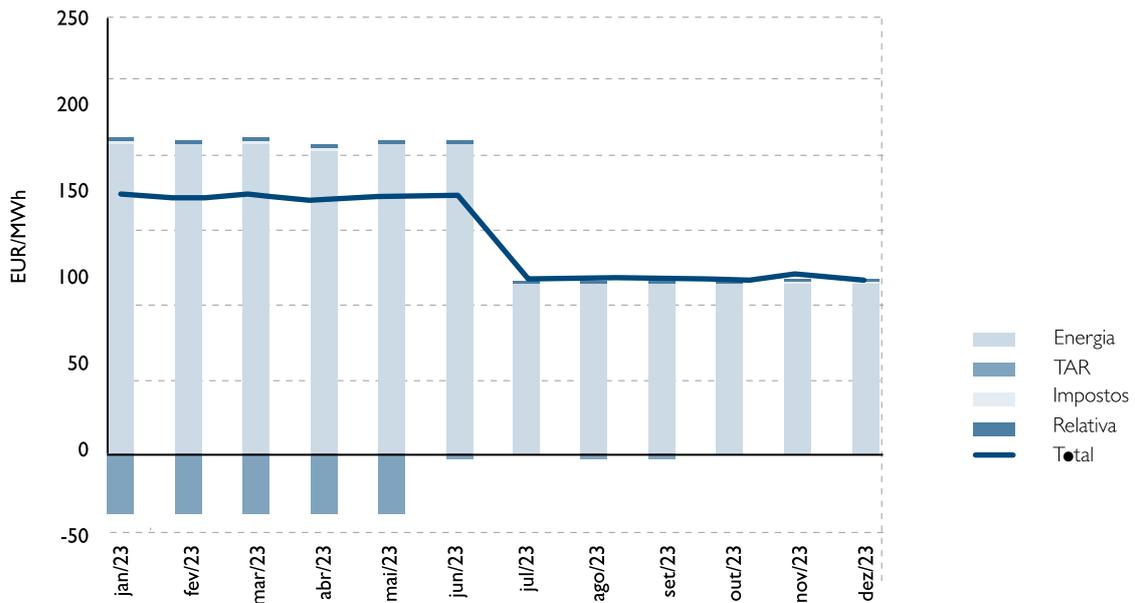
CONSUMO DE ENERGIA

A SIMARSUL acompanha com maior proximidade, desde meados de fevereiro de 2022, o consumo energética de 77 infraestruturas abastecidas em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE), através do acesso aos diagramas de carga do dia anterior. No caso dos consumos em Baixa Tensão Normal (BTN) é rececionada a telecontagem de 34 CPE, dum total de 65 CPE, aguardando-se a conclusão do roadmap de conversão em 2024.

CONSUMO E FATURA TOTAIS



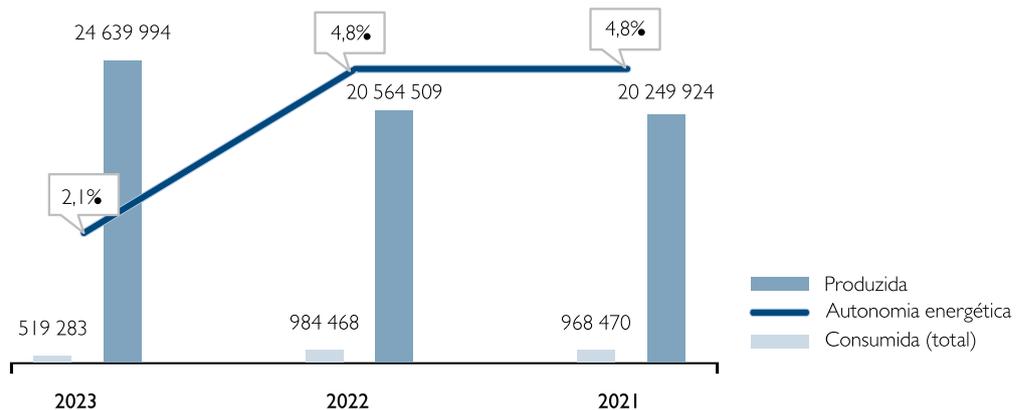
PREÇOS UNITÁRIOS (AT, MT E BTE)



A evolução ao longo de 2023 está essencialmente associada à evolução dos preços unitários de energia, designadamente à variação do preço unitário verificada no 2.º semestre de 2023 por via de um novo contrato de fornecimento de energia em MT e BTE celebrado pelo Grupo Águas de Portugal e à revisão das Tarifas de acesso à rede (TAR), e ao aumento de cerca de 17% na energia consumida decorrente da integração das infraestruturas de Setúbal.

A evolução da produção de energia está relacionada com a empreitada de reabilitação que ocorreu na ETAR Barreiro/Moita e que incluiu os digestores bem como uma avaria crítica do equipamento de cogeração em 2023.

CONSUMO DE ENERGIA VS ENERGIA PRODUZIDA (kWh)



3.4.4 GESTÃO DE ATIVOS

O exercício de 2023 constituiu mais um marco nos antecedentes de aposta estratégica de uma gestão integrada das infraestruturas.

Assim e depois da aposta em abordagens integradas e pluridisciplinares participadas que caracterizam há muito o nosso processo de planeamento, bem como da aposta numa perspetiva integrada do projeto, obra e manutenção inerente à Direção de Infraestruturas, iniciámos uma aposta no aprimoramento da metodologia de priorização das intervenções, tendo com papel dinamizador a função de Gestão de Ativos.

À função de Gestão de Ativos, Avaliação de Desempenho e Controlo de Riscos (GAT) compete a definição, implementação, coordenação e acompanhamento das atividades preconizadas pelo Sistema de Gestão de Ativos (SGA), garantindo a sua adequabilidade para com os requisitos e objetivos de sustentabilidade e operacionalidade do Sistema Multimunicipal, em conformidade com os termos da Concessão e a estratégia definida pela empresa.

Para o efeito e de forma holística foi preparado o “PP005_02 – Plano Estratégico de Gestão de Ativos” o qual teve a sua primeira aprovação em 20 de outubro, após os contributos da Auditoria Interna realizada em maio, e dos diferentes segmentos da organização a fim de, não só, ir de encontro aos requisitos da Norma ISO 55 000, como dos processos implementados.

Com o Plano Estratégico de Gestão de Ativos passámos a dispor de um instrumento que evidencia o estabelecimento das orientações de planeamento, construção, operação, manutenção e desativação dos ativos operacionais que suportam a nossa atividade, de acordo com a Política da Sustentabilidade e Responsabilidade Social e os Objetivos Estratégicos da Empresa, com particular enfoque na gestão dos seus Ativos Operacionais – As Infraestruturas

Com o intuito de avaliar e monitorizar cada um dos objetivos identificados é complementarmente definido um conjunto de critérios e métricas de avaliação, que afetos de ponderações, constituem uma ferramenta de validação do cumprimento das metas estabelecidas, tendo para tal sido criados e desenvolvidos os Processos “P038_02 Indicadores de GA, Critérios de Monitorização” e “P039_01 Priorização de Ações a Desenvolver”.

Foi, ainda, formalizada a constituição da Equipa de Gestão de Ativos (EGAct), cujos elementos, no seu conjunto, são responsáveis pela implementação efetiva das atividades da Gestão de Ativos e pela obtenção da melhoria do desempenho da gestão de ativos. Esta é uma equipa pluridisciplinar onde estão representados os segmentos da organização envolvidos no ciclo de gestão de ativos.

Nas reuniões da EGAct da SIMARSUL, que ocorrem com uma periodicidade mínima trimestral, são analisados os indicadores de monitorização e das ações a desenvolver, com o objetivo de avaliar se ações a desenvolver vão de encontro à melhoria contínua dos indicadores.



De salientar que a participação no SGA não se esgota na referida EGAct, mas alarga-se a toda a empresa. Nesse sentido, em 2023 realizou-se uma ação de formação/sensibilização da norma ISO 55 001 e do próprio SGA, aos quadros da empresa, estando previsto estender em 2024 aos restantes trabalhadores/as.

Em outubro, realizou-se a Auditoria Externa por parte de APCER aos subsistemas de Barreiro/Moita, Quinta do Conde e Seixal, tendo sido levantada apenas uma não conformidade menor, pelo que foi obtida a certificação, o que valida a conformidade do SGA implementado na SIMARSUL para com os pressupostos da NP EN ISO 55 001.

Ainda no âmbito da nossa atividade em torno do Plano de Execução dos Relatórios de Aptidão Funcional, entre 13 e 23 de novembro, foram realizadas visitas às infraestruturas dos subsistemas de Lagoa/Meco, Sesimbra e ZI Autoeuropa, o que representa três ETAR e 22 Estações Elevatórias, na sequência das quais prevemos a entrega dos respetivos relatórios no início de 2024.

Para o ano de 2024, os nossos esforços estarão concentrados na consolidação e otimização dos processos integrantes do SGA, nomeadamente dos “P038_02 Indicadores de GA, Critérios de Monitorização”, assim como do “P039_01 Priorização de Ações a Desenvolver”, através das respetivas reuniões do Comité de GA e do Plano de Execução dos Relatórios de Aptidão Funcional, visando a sua expansão às Infraestruturas Lineares por meio de um Plano dedicado, como também tirar partido da implementação das novas plataformas de suporte em SAP. Esta circunstância remete-nos para momento posterior a extensão da certificação a todos os subsistemas.

Os desafios incluem o foco no Planeamento, em articulação com as áreas de Manutenção e Engenharia, e na disseminação de informação não apenas para auxiliar na tomada de decisões, mas também para apoiar as diversas unidades funcionais. Outros objetivos são a otimização da Documentação Técnica e de seus fluxos, bem como a otimização e consolidação do Cadastro e Inventário.

3.5 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INOVAÇÃO

A promoção da Inovação na empresa está sustentada na visão estratégica da SIMARSUL, promovendo a valorização dos trabalhadores/as e dos seus clientes e acionistas, sendo objetivo inovar nas várias vertentes, ou seja, nos seus serviços e nos seus processos de gestão interna.

A atividade da SIMARSUL assenta na conceção, construção, operação e manutenção de infraestruturas de cariz tecnológico, pelo que se torna importante, não só o acompanhamento dos desenvolvimentos tecnológicos associados ao tratamento de águas residuais, mas também a procura contínua de otimização da gestão operacional, a integração de novos sistemas de informação e a gestão de energia.

Existe, assim, uma aposta clara no envolvimento de todos os trabalhadores/as como potencial génese de criação de inovação, através da geração de ideias que posteriormente são analisadas e capitalizadas em benefício da eficácia e da eficiência da SIMARSUL.

Sendo a Inovação igualmente uma aposta estratégica do Grupo AdP, este ano foi realizado o primeiro Concurso de Inovação Proativa do Grupo Águas de Portugal. O Concurso AdP Inovação Proativa, previsto na Agenda de Inovação, teve a sua primeira call em 2022. Disponibilizando um fundo de 800 mil euros para o desenvolvimento de projetos inovadores de sistemas, produtos ou serviços em três áreas estratégicas da nossa agenda de inovação: Economia Circular, Neutralidade Energética e Carbónica e Resiliência e/ou Eficiência dos Sistemas e Operações, por parte de consórcios de empresas do Grupo, a iniciativa tem como objetivo tirar partido da complementaridade das empresas do Grupo, promover sinergias e, de forma colaborativa, criar produtos e conhecimento que tornem as empresas do Grupo cada vez mais fortes e mais competitivas.

A SIMARSUL acabou por ter uma participação intensa, fazendo parte de 5 agrupamentos distintos que apresentaram projetos inovadores no âmbito deste Concurso, em colaboração com diversas empresas do Grupo AdP, tais como a EPAL, Águas do Vale do Tejo, Águas do Douro e Paiva, Águas do Tejo Atlântico, Águas de Santo André e Águas do Centro Litoral.

Os projetos versaram diversas temáticas, dentro das áreas estratégicas previstas, incidindo em áreas tais como a digitalização e otimização de processos, aproveitamento de recursos na ótica da economia circular, neutralidade energética ou criação de modelos preditivos, entre outros.

Em 2023 foram apresentados os resultados de uma parceria iniciada em 2022, entre a SIMARSUL e o Global Biosciences Center da SGS Portugal, com objetivo de estabelecer um projeto-piloto de monitorização da presença de agentes infecciosos em águas residuais.

A pandemia por Covid-19 veio demonstrar claramente que a análise sistemática da presença de agentes infecciosos em águas residuais tem o potencial de fornecer um alerta precoce sobre a possibilidade de surtos infecciosos, contribuindo para melhorar a resposta das diferentes autoridades e para o reforço da saúde pública. A SGS tem estabelecidas metodologias para monitorizar a presença de SARS-CoV-2 em águas residuais que já estão a ser utilizadas com muito sucesso por exemplo em regiões da Alemanha ou da Suécia. Pretende-se continuar a desenvolver e aumentar a capacidade desta tecnologia, expandindo o número de agentes infecciosos a monitorizar, para incluir por exemplo o vírus da varíola dos macacos, Influenza, RSV entre outros.

Com a implementação deste projeto piloto, estabelecendo uma recolha e análise mais sistemática de águas residuais e trazendo uma combinação única de habilidades, tecnologia e análise de dados, foi possível obter resultados oportunos e de alta qualidade com o objetivo de desenvolver novas metodologias para deteção de vários agentes infecciosos em águas residuais.

Ao longo do ano de 2023, a SIMARSUL continuou os trabalhos relativos à empreitada para o “Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL”, no âmbito do processo de reconfiguração e uniformização das suas plataformas tecnológicas, abrangendo a reformulação do seu atual Sistema de Telegestão com a integração das instalações ainda não monitorizadas/integradas, bem como a requalificação dos sistemas de supervisão e automação locais, por forma a responder às necessidades da atividade de exploração, de gestão de ativos e gestão da energia de todo o sistema de recolha, transporte, tratamento e rejeição final de águas residuais sob a sua concessão.

O sistema de telegestão da SIMARSUL apresenta um carácter inovador uma vez que o seu Centro de Operações Unificado (*Unified Operations Center – UOC*) é uma solução desenvolvida para a gestão de desempenho operacional em tempo real nas infraestruturas de abastecimento e saneamento, destinada a fornecendo a visibilidade a toda a empresa, de modo a permitir a otimização dos ativos e das operações.

Com base em uma abordagem do tipo “Sistema de Sistemas”, o UOC permite a integração de soluções já desenvolvidas numa única plataforma, que incluem modelos, relatórios, *dashboards* e KPI operacionais. A inclusão de análise preditiva, *big data* e ferramentas de realidade aumentada permitem a transformação de aplicativos HMI e SCADA tradicionais na convergência ideal de Tecnologia IT/OT.

Esta abordagem inovadora na implementação de um processo de transição digital permite a otimização do negócio, tornando as operações manuais mais automatizadas e partilhadas e combina tecnologia, processo, pessoas, sites e ativos.

Com base em uma arquitetura flexível, esta solução UOC é agnóstica e independente do hardware ou software existentes, assegurando a integração com qualquer tecnologia ou fabricante, de modo a satisfazer os requisitos de melhoria na formação de operadores, da visibilidade e integração da operação em tempo real e da gestão de ativos, a redução da pegada de carbono, o diagnóstico preditivo e o incremento dos índices de satisfação dos clientes.

Para melhor perceber o potencial de otimização da nova plataforma SCADA incorporada no âmbito da telegestão, a SIMARSUL esteve representada no evento AVEVA Day Iberia, onde foi possível contactar com diversos casos estudo de aplicações práticas de sistema de telegestão que integraram a plataforma SCADA Aveva que a SIMARSUL adquiriu no âmbito desta empreitada.

Em março de 2023, a SIMARSUL aceitou o convite do *Center for Environmental and Sustainability Research (CENSE)* da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, para integrar, enquanto parceiro associado, o consórcio para o Programa Interreg-Sudoe através da proposta “*TARGET - TerritoriAl stRateGy for watEr scarciTy*”.

A proposta “*TARGET - TerritoriAl stRateGy for watEr scarciTy*” tem como principal objetivo o desenvolvimento de modelos de planeamento para a gestão sustentável dos recursos hídricos e a prevenção de situações de crise relacionadas com a escassez de água.

De entre os resultados previstos estão incluídas estratégias de planeamento territorial para gestão sustentável do recurso e prevenção de situações de escassez; uma ação piloto sobre o modelo de planeamento estratégico local para a gestão sustentável dos recursos hídricos, assim como para o modelo de planeamento estratégico a nível de bacia hidrográfica.

Dentro desta temática, a SIMARSUL foi convidada pelo Instituto Politécnico de Setúbal para realizar, no dia 22 de junho de 2023, uma apresentação sobre o tema Circularidade da Água – a Experiência da SIMARSUL, no âmbito do curso BUILD2050 - Formação para a Construção Sustentável e Saudável para 2050.

Também dentro da temática da Economia Circular, de destacar o facto de a SIMARSUL ter recebido no dia 5 de julho, na ETAR Barreiro/Moita da SIMARSUL, a apresentação pública da iniciativa “*eCIRCULAR – Futuromais Sustentável*” da ADENE, um sistema de classificação de desempenho em economia circular, que visa promover a transição das organizações para um modelo económico alinhado com os princípios da circularidade, tendo a SIMARSUL sido umas das pioneira do Projeto de Classificação em Economia Circular, tendo os bons resultados da auditoria realizada permitido à SIMARSUL obter a “classificação B”.

Noutro campo, a SIMARSUL manteve uma cooperação contínua com a comunidade científica, ao nível da promoção e acompanhamento de teses e estágios e na divulgação dos respetivos trabalhos, bem como no estabelecimento de parcerias com centros de conhecimento, desde os níveis académicos base, representados por estabelecimentos de ensino técnico e profissional, até aos de excelência, representados pelas Universidades e Centros de Investigação.

A este nível, foram acompanhadas três dissertações de Tese do Curso de Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente, realizadas em colaboração entre a SIMARSUL e o Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, com as seguintes temáticas.

- “Otimização e Modelação de Tratamento Primário Avançado da ETAR Barreiro/Moita”;
- “Análise da Correlação entre Turbidez e Outros Parâmetros em Águas Residuais Tratadas”;
- “Análise de Utilização de Ciclos Intermitentes de Arejamento em Reator Biológico com Enquadramento de Tarifa Energética Variável”.

Os trabalhos em causa tiveram como intuito principal produzir conhecimento que ajude à revisão, otimização ou implementação de processos operacionais, tendo sido efetuados com recurso a dados provenientes de diversas infraestruturas sob a exploração da SIMARSUL.

Foi igualmente recebido um estagiário do Instituto Politécnico de Setúbal que teve oportunidade de realizar um trabalho sobre o tema “Análise da presença de celulose em ETAR – Caso estudo ETAR Setúbal”.

No âmbito do Projeto ENVITEJO, desenvolvido em parceria com a APA/ARH Tejo e Águas do Tejo Atlântico, mantiveram-se as campanhas de monitorização ambiental da qualidade da água dos meios recetores, tendo sido realizadas quatro campanhas de monitorização no decurso de 2023.

Em novembro de 2023, a SIMARSUL esteve presente no ENEG 2023 – Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento, com a apresentação do estudo “Determinação do Carbono Orgânico Total como parâmetro indicador da eficácia do tratamento de uma ETAR”.

Decorrente da obrigatoriedade imposta pela Agência Portuguesa do Ambiente, na Licença de Utilização de Recursos Hídricos da ETAR da Quinta do Conde, referente à monitorização em contínuo do efluente final desta instalação, foi necessária a aquisição de uma sonda de determinação de Carbono Orgânico Total (COT). Este trabalho teve como objetivo dar a conhecer os equipamentos de medição de COT disponíveis no mercado, a tecnologia selecionada, quais os dados obtidos e a interpretação dos mesmos, assim como os desafios para o futuro.

De salientar também durante o ano de 2023, a ocorrência de diversas visitas técnicas, contactos e colaborações com instituições e empresas, tendo sido realizadas visitas técnicas às ETAR da Companhia no Algarve e à Fábrica de Água de Beirolas, em Lisboa. Foram recebidas na SIMARSUL, para apresentações de tecnologia e serviços, empresas como a Defining Future Options, a Nordic Water, a Tecnilab ou a AdP Energias, que permitiram contacto com um conjunto de tecnologias e soluções inovadoras para o setor.

Em termos de financiamento, em maio de 2023 foi concluído mais um processo de submissão processo de candidatura ao SIFIDE, Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial II, relativa a 2022. O SIFIDE visa aumentar a competitividade das empresas apoiando o seu esforço em Investigação & Desenvolvimento através da dedução à coleta do IRC de uma percentagem das respetivas despesas de I&D (na parte não comparticipada a fundo perdido pelo Estado ou por Fundos Europeus).

Igualmente em maio, foi recebida a resposta relativa à candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e ao Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), respeitante Exercício de 2021. Nesta resposta foi estabelecida e intenção de proceder ao deferimento total do pedido submetido, no valor de 119 388,28 € correspondente às atividades consideradas elegíveis.

Por fim, de salientar a continuação dos trabalhos do Comité de Inovação da SIMARSUL e para a presença de elementos da SIMARSUL no Comité de Inovação do Grupo Águas de Portugal, coordenado pela AdP Valor e com a presença de todas as empresas do Grupo AdP, visando a concretização da Agenda de Inovação de Grupo, bem como a harmonização e aceleração dos processos de Inovação, considerando que “A Visão Estratégica do Grupo ADP” define a Inovação como um dos seus pilares.

3.6 SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

A digitalização foi associada à resiliência e continuidade dos negócios, como uma das principais lições aprendidas com a pandemia de Covid-19. Também a necessidade de antecipar e melhor acompanhar um conjunto de eventos, a par da otimização e eficiência na utilização dos recursos estão presentes como preocupações.

A aposta estratégica no reforço da digitalização foi particularmente notória no corrente exercício, através da aprovação do Plano Estratégico de Sistemas de Informação e na conclusão, no essencial, do importante investimento destinado a permitir a centralização dos sistemas de monitorização, supervisão e telegestão, neste caso, num investimento global superior a um milhão de euros.

Com os mesmos, passamos a dispor de um instrumento essencial de orientação da nossa estratégia de aposta reforçada na digitalização e na elevação da qualidade da informação, assim como, a conclusão do importante e expressivo investimento na componente mais industrial de OT, operational technology, potenciam importantes desenvolvimentos na nossa arquitetura tecnológica, como nas rotinas de exploração.

Na mesma linha temos em curso e planeado um conjunto de iniciativas, designadamente:

- a) A operacionalização do módulo SAP *Plant Maintenance* (PM) e a implementação do módulo *Enterprise Asset Management* (EAM), iniciada no final do corrente ano, permitindo concretizar a operacionalização de um piloto único no Grupo, para de seguida abordarmos o alinhamento do nosso cadastro com o módulo *Asset Accounting* (FI-AA).
- b) Aprofundar a possibilidade de estender a nova plataforma EAM às operações, complementando os Sistemas de Supervisão e Aquisição de Dados (SCADA), como alternativa a outras plataformas existentes no mercado.

- c) Neste mesmo sentido, estamos também a diligenciar a supressão de outras lacunas e excessiva proliferação de folhas de cálculo por potenciar as soluções SAP, desde informação de gestão, à gestão do laboratório, ou melhorar o acompanhamento do processo de compras.
- d) A continuação da aposta na otimização operacional é também uma preocupação, e nesse sentido, a disponibilização da solução desenvolvida pela AdP Energia para acompanhamento, por diferentes tipos de utilizadores, do consumo e produção de energia, constituiu um importante salto na facilitação do acesso e proliferação pela empresa. Também neste domínio, acompanhamos com interesse as possibilidades de implementação de plataformas dedicadas à otimização energética e dos processos de tratamento.
- e) Tal como no passado, continuaremos empenhados em participar ativamente nos projetos e demais iniciativas corporativas, onde o arranque da solução SAP *SuccessFactors*, para a gestão de recursos humanos, é já uma realidade, mas também ao nível da contabilidade de gestão, onde a prioridade em melhor explorarmos o módulo SAP *Controlling* (CO) é para nós particularmente crítica para acompanhar os desenvolvimentos da regulação económica, como também o aprofundamento da exploração da plataforma de gestão documental implementada desde 2021, onde se inclui a sua articulação também com o SAP.

As iniciativas abrangem ainda a arquitetura e a segurança, assim como o estreitar da nossa relação com utilizadores e clientes, circunstância que juntamente com esforço acrescido no domínio da OT para assegurar a integração das infraestruturas integradas de Setúbal e o reforço da monitorização, nos remete para um investimento até 2030 estimado em cerca de 2 milhões de euros.

É no quadro desta aposta estratégica que se inserem as diligências em curso destinadas a reforçar a equipa interna e os desenvolvimentos em termos organizacionais e nos processos internos associados, de modo a respondermos às crescentes exigências do contexto, materializadas na inclusão da nossa atividade no leque das entidades críticas.

3.7 SUSTENTABILIDADE

3.7.1 INTRODUÇÃO

A água é um recurso essencial à existência da vida no nosso planeta e ao desenvolvimento sustentável, com importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e assumindo um papel cada vez mais destacado no quadro da urgência da ação climática.

A SIMARSUL e as Empresas do Grupo AdP têm a Sustentabilidade no seu ADN e prosseguem uma missão de serviço público, com uma visão de longo prazo, assente num modelo organizacional robusto e numa cultura ética forte, sustentando a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

A profunda transformação que ocorreu em Portugal nas últimas décadas no setor do abastecimento de água e do saneamento, veio elevar o padrão de qualidade e a cobertura destes serviços, estabelecendo e promovendo condições de saúde pública, de desenvolvimento económico e coesão regional e de preservação do ambiente.

Através das Empresas de base regional, como a SIMARSUL, integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos stakeholders, também elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS.

Na gestão da água, o trabalho nunca está terminado e sobressai, em especial neste setor de serviços públicos essenciais, a enorme responsabilidade de antecipar cenários, avaliar riscos, desenvolver soluções e agir consequentemente.

Assim, cientes da responsabilidade que nos é dada pela nossa missão e por sermos parte do Grupo Empresarial com maior impacto na vida dos portugueses, reforçamos a nossa capacidade de resposta aos desafios acrescidos associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente.

Assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade em ambos os planos da ação climática: no que respeita à adaptação, dando ênfase à resiliência dos sistemas, ao estabelecimento de um modelo de economia circular que promova a eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e ainda à sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente.

Quanto à mitigação, temos por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030, através do programa ZERO, que envolve a SIMARSUL e todas as Empresas e atividades do Grupo e integra a redução dos consumos energéticos e o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável.

A estratégia de sustentabilidade até 2025 do Grupo e das suas Empresas, nomeadamente da SIMARSUL, está apresentada no relatório de sustentabilidade consolidado do Grupo Águas de Portugal.

3.7.2 ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

De forma a enfrentar os grandes desafios sociais associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente, decorreu uma evolução do paradigma, rumo assumido no Quadro Estratégico de Compromisso, onde a SIMARSUL e as Empresas do Grupo AdP sistematizaram a visão coletiva para 2030.

A SIMARSUL, enquanto Empresa pertencente ao universo AdP, desenvolve uma gestão sustentável dos recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado a melhores tarifas para a comunidade, e antecipando os novos desafios, em especial os decorrentes das alterações climáticas.

3.7.3 GESTÃO SISTEMA INTEGRADO

Na gestão do sistema integrado de gestão é dedicada especial atenção, designadamente através da área de sustentabilidade e responsabilidade social e da função de recursos humanos, à prioridade na promoção e enfoque na segurança e saúde no trabalho, através designadamente da(e):

- Promoção de ações de sensibilização e comunicação, para as regras e medidas a adotar visando minimizar os riscos e maximizar a segurança, nomeadamente na participação na revisão e elaboração das matrizes de perigos e riscos, mas também estendendo-se a outros domínios do bem-estar e saúde, como a campanha interna de sensibilização para a proteção solar.
- Promoção e realização de diversas ações de formação, com especial incidência na reciclagem das temáticas dos “Espaços confinados e Trabalhos em altura” e “Planos de Segurança”, nas medidas de autoproteção, com o objetivo de contribuir para a prevenção de acidentes e promover uma efetiva cultura de segurança.
- Reforço na aquisição e distribuição de equipamentos de proteção individual para sua proteção e redução do risco, com destaque para os equipamentos associados aos trabalhos de altura/espacos confinados.
- Fortalecimento também na aquisição de proteção coletiva, em particular sinalética, equipamentos de combate a incêndios, material de socorro (boias e varas de salvamento);
- Continuidade à revisão das Medidas de Autoproteção das Infraestruturas, Matrizes de Perigos e Riscos e respetivas medidas de controlo, Manuais ATEX, Procedimentos e Instruções de trabalho.
- Avaliação de níveis de exposição ao ruído nos locais de trabalho dos centros operacionais e escritórios, com recurso a dosímetros de ruído – equipamento portátil distribuído às equipas operacionais para medir a exposição de ruído a que está exposto/a o/a trabalhador/a móvel e a utilização de sonómetro que se destina à medição de ruído em postos de trabalho fixos;
- Acompanhamento da medicina do trabalho aos postos de trabalho.
- Realização de diversas inspeções aos equipamentos de trabalho no âmbito do Decreto-Lei nº 50/2005, de 25 de fevereiro e respetivo Plano de Ações e acompanhamento das medidas, em colaboração com os diversos segmentos organizacionais.

3.7.4 INICIATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Na quadra Natalícia, para além de serem ofertados cabazes de Natal solidários, foi também renovada a participação no projeto social do Grupo AdP “Plataforma para envio dos Cartões Eletrónicos de Natal 2023” que permite atribuir, anualmente, Bolsas de Estudos para os filhos/as dos trabalhadores/as das Empresas do Grupo AdP.

Manteve-se a disponibilização de oferta do “Cabaz de Nascimento” com produtos de puericultura e um voucher no valor de 200€, destinado aos filhos/as dos trabalhadores/as nascidos/as anualmente, tendo em vista promover o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Foi disponibilizado o programa de ocupação de tempos livres infantil e juvenil, entre os 6 e os 17 anos de idade, com a possibilidade dos trabalhadores/as interessados/as inscreverem os seus filhos/as.

Reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais, bem como na vida familiar, a SIMARSUL pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade, em linha com o ODS 5. Neste sentido, foi alcançado um índice de cumprimento de cumprimento de 87% das medidas que integravam o Plano para a Igualdade de Género 2023, cujo autodiagnóstico e planificação para 2024, encontram-se disponibilizados no sítio de Internet da SIMARSUL.

Neste domínio merece ainda especial referência, em 2023, a realização de programas de formação sobre igualdade de género, ética e conduta no Grupo AdP, condução defensiva, com o objetivo de sensibilizar os/as trabalhadores/as e promover uma cultura mais inclusiva, combater estereótipos, prevenir o assédio e promover oportunidades iguais para todos/as e promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Foram realizadas reuniões em modo remoto e presenciais com os trabalhadores/as e chefias para informar e envolver todos os interessados nos assuntos de gestão corrente e recursos humanos da Empresa.

A Empresa prosseguiu com a estratégia de acompanhamento e orientação de estágios profissionais e curriculares, em estreita colaboração com as instituições de ensino.

Nesta temática, de salientar, também, o acolhimento na SIMARSUL de Lucinda Livete - uma "Girl MOVE" moçambicana - que realizou parte do seu estágio de vida no Grupo Águas de Portugal, no âmbito do programa Change da Girl MOVE Academy. Esta é uma iniciativa apoiada pelo Grupo AdP desde 2016, como parte do compromisso para concretizar os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, neste caso apoiando a educação de qualidade (#ODS4) e a igualdade de género (#ODS5) de forma a promover que as mulheres tenham acesso a oportunidades para serem líderes de referência no desenvolvimento das suas comunidades.

No domínio da proteção ambiental e das compras ecológicas e tendo por objetivo sensibilizar e contribuir para a erradicação de plásticos de utilização única na Empresa, a par de outras medidas implementadas e legalmente previstas, mantiveram-se os procedimentos e os requisitos internos associados a novas aquisições de bens e serviços sempre que necessário e aplicável.

Reforçando a sua estratégia de proximidade contínua à comunidade e de reforço do seu papel ativo no envolvimento da população para as questões ambientais e sociais, e tendo em vista a inclusão social, a Empresa encetou a colaboração com o Projeto Municipal do Parque Agrícola da Quinta da Princesa, no Seixal – onde as hortas comunitárias têm uma função social, orientadas para complemento ao rendimento familiar; uma função recreativa para o contacto com a natureza e o recreio, e uma função terapêutica e pedagógica, como resposta terapêutica nas áreas da doença mental, deficiência e da pedagogia. A SIMARSUL tem contribuído, em estreita articulação com o Município do Seixal, para que sejam criadas as melhores condições para que, reforçando os princípios ecológicos e de salubridade, o território seja utilizado pela população para o cultivo.

Em 2023, a Quercus e a SMARSUL deram continuidade à sua parceria na campanha "Praias Qualidade de Ouro" para promover o galardão a nível regional e aumentar o seu reconhecimento naquele que é um importante destino balnear português. Nomeadamente, as bandeiras "Qualidade de Ouro 2023" hasteadas nas praias dos municípios da península de Setúbal, da área de intervenção da SIMARSUL (Praias das Bicas, da Lagoa de Albufeira-mar e do Moinho de baixo-Meco) foram personalizadas com o logótipo da SIMARSUL, uma vez que a atividade da Empresa é fundamental para garantir que as águas tratadas e devolvidas ao meio natural cumprem requisitos satisfatórios em termos ambientais, de forma a não comprometer a qualidade das águas balneares e o equilíbrio ecológico do meio marinho. Esta importante missão viu a sua divulgação reforçada na cerimónia pública de hastear da bandeira em praias costeiras 2023, no município de Sesimbra, na Praia das Bicas.

No âmbito da Responsabilidade Empresarial, a Empresa reforçou o compromisso da sua governação com os mais elevados padrões éticos, de transparência e excelência nas práticas de gestão pública, de igualdade de género e de integridade do serviço essencial que presta à população ao prosseguir o Compromisso de Integridade do Grupo AdP e o Global Compact das Nações Unidas para reforçar a responsabilidade Empresarial ao nível dos Direitos Humanos, do Trabalho, da Proteção do Ambiente e de Mecanismos Anticorrupção.

3.7.5 COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A articulação da função de Comunicação e Educação Ambiental (CEA) com as direções e áreas da Empresa é imprescindível ao desempenho das atividades transversais de comunicação e educação ambiental da SIMARSUL.

De entre as várias atividades constam a organização e o desenvolvimento de campanhas e eventos, a coordenação de iniciativas e ações, a produção de conteúdos para os canais de comunicação internos e externos, a divulgação institucional dos objetivos, atividades, investimentos, empreitadas e missão da Empresa, bem como a prossecução de políticas e ações de sensibilização, educação ambiental e estratégia de sustentabilidade, tendo em vista a promoção do propósito, visão e valores da SIMARSUL junto dos seus públicos externo e interno, alinhadas com a identidade corporativa do Grupo AdP e os respetivos compromissos e práticas de governança, de forma próxima com os municípios e stakeholders da Empresa.

A Educação Ambiental representa um importante pilar com a comunidade e com o ambiente na estratégia de sustentabilidade, para promover uma aproximação crescente à comunidade e prosseguir políticas ambientais que visem a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento, o envolvimento ativo da população para as questões sociais, a partilha do conhecimento, a valorização das massas de água, a minimização da produção de resíduos e a valorização dos subprodutos, assim como a promoção da conservação da biodiversidade, do ambiente e da saúde pública.

A preservação do ambiente, assente num modelo de desenvolvimento sustentável, é um dos propósitos da educação para a sustentabilidade e representa um desafio relacional com as partes interessadas, para a promoção de valores e a mudança de comportamentos no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As atividades de educação ambiental contribuem, desta forma, para divulgar os resultados da missão, a qualidade e a fiabilidade operacional, para potenciar o futuro circular e o bem-estar sustentável, assim como promover ações de proximidade e de envolvimento com a comunidade com enfoque nas temáticas das boas práticas ambientais, da água para reutilização, do combate às alterações climáticas, da descarbonização e energia verde, da ecoeficiência e da colocação indevida de resíduos nas redes de saneamento.

No período pós-pandémico foi possível retomar, no ano em análise, a progressiva normalidade das atividades e iniciativas programadas com as partes interessadas no âmbito da comunicação e da educação ambiental, através do restabelecimento do calendário educativo de visitas às infraestruturas, da programação de ações de comunicação e educação ambiental, assim como da habitual participação e colaboração institucional da Empresa em projetos e parcerias com diversas partes interessadas e que estiveram temporariamente suspensas ou em fase de reorganização pelas entidades. Das mesmas, destacam-se como segue.

- O desenvolvimento de atividades em estreita colaboração com a AdP - Águas de Portugal e as direções e áreas da Empresa, no âmbito da comunicação interna e externa, destacando-se, entre outras, a Campanha de âmbito nacional “Água é Vida”, a campanha interna de divulgação de boas práticas “Fazer a diferença” e a participação na programação e desenvolvimento de ações celebrativas dos “30 anos do Grupo AdP”.
- O processo de planeamento, interno e participativo, para a proposta de conceção e programação da campanha de comunicação celebrativa, em 2024, dos 20 Anos do Sistema Multimunicipal da SIMARSUL – “20 Anos a tratar o Futuro” - incluindo a sua identidade visual e divulgação, a produção de suportes comunicacionais associados, a ofertas para os trabalhadores/as, uma *mailing news* dedicada, uma decoração temática para as instalações e a organização logística da sessão interna de arranque das comemorações – realizada no dia 8 de novembro - entre outras atividades correlacionadas.
- O desenvolvimento de suportes de comunicação da campanha comemorativa do início da gestão do sistema de saneamento em alta do Município de Setúbal “Estamos cá para proteger o ambiente”, bem como da campanha corporativa nacional de sensibilização para o valor e a poupança da água “Água é Vida”, por via da imprensa e da comunicação social online regional, dos mídias sociais e de suportes digitais e respetivas ações de proximidade de ativação de marca, à população, em eventos regionais.
- A prossecução de divulgações diversas nas redes sociais e nos canais digitais de conteúdos de sensibilização ambiental e cívica sobre a importância de comportamentos corretos para a proteção do ambiente e da saúde pública e sobre a Missão e os investimentos da SIMARSUL.
- O desenvolvimento de parcerias com os municípios da área de influência da SIMARSUL e com outros stakeholders, destacando-se as ações conjuntas para comemoração dos principais dias temáticos sob o lema “Na ETAR, como na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma” e “Água é Vida”, a realização de atividades lúdico-pedagógicas e ações de sensibilização ambiental das quais se destacam, entre outras, as ações em praias no âmbito da campanha “Amar o Mar”, sessões realizadas na comunidade escolar e ações em eventos públicos.
- No âmbito das celebrações do Dia Nacional da Água foi renovada a parceria com o município de Sesimbra, através da participação direta de representantes da SIMARSUL e do Grupo Águas de Portugal no evento da Travessia a nado da Baía de Sesimbra. A parceria visa promover hábitos saudáveis e sensibilizar a comunidade para o valor da água e o contributo da atividade da SIMARSUL, no âmbito do tratamento de águas residuais na Península de Setúbal, para a preservação dos ecossistemas e da melhoria da qualidade da água balnear da região. Através da divulgação de suportes de comunicação e materiais da SIMARSUL associados à prova, foi sensibilizada a comunidade para a importância da preservação e valorização do recurso água no âmbito da campanha nacional “Água é Vida”, mas em especial para o papel que cada um tem para que seja assegurada a qualidade deste serviço público essencial de saneamento, apelando para que não sejam deitados resíduos nas redes de saneamento.
- As visitas às Estações de Tratamento de Águas Residuais realizadas por públicos diversos, no âmbito escolar, técnico, institucional e social. Estas ações têm como principal objetivo a sensibilização para o uso eficiente da água, a divulgação do papel da Empresa na gestão do ciclo urbano da água e na circularidade dos seus recursos, a sua importância para a preservação dos recursos hídricos, dos ecossistemas, da biodiversidade e do meio ambiente da região.
- Em estreita proximidade com a sua comunidade envolvente, a SIMARSUL procurou continuar a dar resposta às necessidades do público escolar, assegurando palestras no auditório da ETAR do Barreiro/Moita e ações presenciais em escolas sobre eficiência hídrica e sensibilização para o valor da água, a importância das ETAR e do serviço público essencial de saneamento mantendo, também, a sua participação e colaboração com diversos Conselhos de Ecoescolas que integra em escolas da região.
- A prossecução da ação “SIMARSUL online” em parceria com a comunidade educativa, através da disponibilização de sessões, materiais de sensibilização ambiental e visitas virtuais à ETAR, recorrendo a diversos conteúdos pedagógicos digitais da SIMARSUL e da AdP - Águas de Portugal - tais como e entre outros a plataforma Aquaquiz em forma de jogo online sobre o valor da água.

- Participação do “Espaço Crianças SIMARSUL” com materiais lúdico-pedagógicos e jogos ambientais, tais como a presença da “Torre do Valor da Água” em ações escolares e públicas por ocasião do Dia Mundial da Água na Escola Pedro Lobato, da Amora no Seixal e no evento “Ecotejo – Rio Limpo + Vida” na Moita.
- O prosseguimento, em estreita articulação com os municípios, da campanha regional “Superamigo - Lixo no Esgoto, Não!” no âmbito da educação cívica com o objetivo de sensibilizar a comunidade da Península de Setúbal sobre a colocação indevida de resíduos nas redes de saneamento e o seu impacto no processo e nas infraestruturas que encaminham e tratam as águas residuais. Trata-se de uma campanha de proximidade à comunidade e parceiros para consciencializar e envolver os intervenientes para a mudança de comportamentos. A divulgação da campanha prosseguiu em 2023 nos mídias sociais, com uma mensagem veiculada através de uma história de monstros, heróis e superamigos, e na qual participaram trabalhadores e os seus familiares nos suportes de informação produzidos, entre os quais o vídeo da campanha.
- Complementarmente, a exposição itinerante “Vamos acabar com os monstros dos esgotos” da referida campanha prosseguiu, com os parceiros municipais, a sua participação na região tendo assegurado uma presença renovada no município do Montijo. Da exposição constam imagens, fotografias e amostras dos monstros reais – resíduos indevidamente lançados nas redes de saneamento - e dos seus impactos nocivos, que apelam à alteração de comportamentos de forma lúdica, mas séria.
- Destacam-se, também, iniciativas no âmbito da sensibilização associadas ao Dia Mundial do Saneamento junto da comunidade, numa atuação próxima e concertada com as suas partes interessadas enquanto agentes promotores da proteção do ambiente e da sustentabilidade, tais como a visita guiada ao Laboratório da SIMARSUL para a alunos e professores do núcleo de Curso de Tecnologia de Laboratório Químico e Biológico da ESTBarreiro do Instituto Politécnico de Setúbal, a palestra para jovens técnicos formandos de restauração e operadores de armazém do Centro de Formação Profissional na Cercizimbra e a receção na ETAR da Quinta do Conde da Comitiva da Coca-Cola no âmbito da sua licença ambiental e procedimentos enquanto utilizadora do sistema público de drenagem, entre outros.

Para o desenvolvimento da função e das atividades de comunicação e educação ambiental importa referir, também, a participação contínua da CEA, desde o segundo semestre de 2021, no Comité Especializado de Comunicação e Educação Ambiental do Grupo AdP que integra os/as responsáveis de Comunicação das Empresas do Grupo, assim como a participação nos grupos de trabalhos temáticos para o desenvolvimento do Plano de Atividades e de comunicação corporativa no âmbito do Plano Global de Comunicação Corporativo e do “Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP”.

Para além da gestão corrente das atividades de comunicação e de educação ambiental, a função associada tem, também, assegurado resposta ao processo de gestão de reclamações e à solicitação de outras necessidades diversas na empresa.

A empresa prossegue ainda o desenvolvimento do seu propósito de fazer a diferença na vida das pessoas em simbiose com a comunidade onde se insere, em parcerias colaborativas em estreita articulação com as suas partes interessadas, promovendo a colaboração com atividades e eventos de natureza ambiental, científica, tecnológica e sócio cultural, onde a Empresa assegura a respetiva divulgação da sua atividade, missão e dos benefícios associados para o meio ambiente da região, assim como uma mensagem de educação cívica para a sustentabilidade, destacando-se, entre outras, as seguintes atividades:

- Desenvolvimento da componente educativa “Cidade SOM” no âmbito do Festival Outfest da Associação Cultural OUTRA, em parceria com o Município do Barreiro, associada à sensibilização ambiental e social através da documentação e retrato sonoro (cuja realização já contou desde 2017 com a participação da ETAR do Barreiro/Moita), em escolas secundárias do Barreiro.
- A travessia da Baía de Sesimbra em parceria com o município e inseridas nas celebrações da Empresa do Dia Nacional da Água para promover hábitos saudáveis e sensibilizar a comunidade para o contributo da SIMARSUL no âmbito do tratamento de águas residuais na Península de Setúbal, na preservação dos ecossistemas e na melhoria da qualidade da água balnear da região, através da divulgação de materiais e atividades de educação ambiental que apelam para o uso eficiente do recurso água e para o papel da SIMARSUL na sua preservação e reutilização.
- A colaboração com o Projeto Municipal do Parque Agrícola da Quinta da Princesa no Seixal no qual a SIMARSUL tem contribuído, em estreita articulação com o Município, para que sejam criadas as melhores condições para que, reforçando os princípios ecológicos e de salubridade, o território seja utilizado pela população para o cultivo.

4. RISCO E CONTROLO

4.1 CONTROLO DO RISCO

A SIMARSUL e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção as temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a SIMARSUL se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas Empresas, em 2022 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na Empresa, conforme é visível abaixo.



- **AMBIENTE DE CONTROLO**

Deve refletir a importância CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **AVALIAÇÃO DOS RISCOS**

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

- **ATIVIDADES DE CONTROLO**

Correspondem às atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas dos processos de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

• **INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Componente instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

• **MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES**

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCl ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2023 foi dada continuidade à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCl, com o mapeamento, de parte dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

A conclusão deste mapeamento ocorrerá em 2024, sendo esse o momento em que será também efetuada a atualização do Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos que se encontram a ser elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Será efetuada a verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno que permitirá, aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do Controlo Interno.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da SIMARSUL sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, prevista nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da SIMARSUL, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

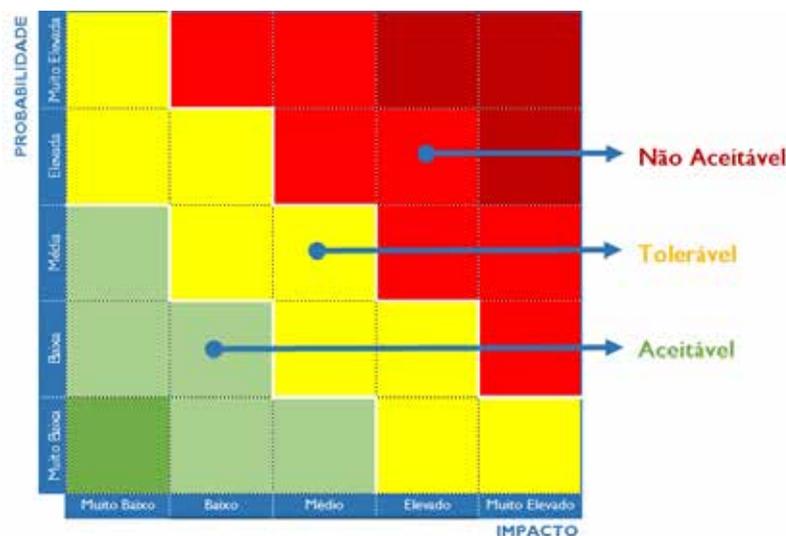
Com efeito, a implementação de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, atendendo à necessidade de evolução identificada, encontra-se em processo de alteração, em todas as suas vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, a qual foi revista no decurso de 2023, passando pela metodologia implementada e a definição do modelo de governo da gestão de risco que se pretende implementar. Encontrando-se alinhado com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, as quais, de acordo com a nova matriz de risco, são as observam abaixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM <i>STAKEHOLDERS</i> E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com <i>Stakeholders</i>	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspectiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita. É a área de auditoria interna da AICR que procede à verificação e validação da implementação e funcionamento dos controlos de modo a aferir a eficácia dos mesmos e a identificação das insuficiências existentes.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela SIMARSUL, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a sua abordagem, além de ser assegurada pela SIMARSUL e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi dada continuidade em 2023 ao projeto de revisão do referido modelo, o qual compreendeu a revisão e atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP, com base no levantamento, análise e sistematização dos riscos, realizado junto de 8 empresas do Grupo AdP.

Será dada continuidade ao projeto já iniciado através das seguintes fases/atividades:

- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno
- A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e Key Risk Indicators a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após ter sido realizado em 2022 o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021, foi efetuada a avaliação do risco em 2023, assente na nova matriz de risco, a qual possibilitou também concluir sobre a sua aderência à realidade das empresas do Grupo.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a SIMARSUL se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada relativamente a 2023:

- [R.1.3.2] – Atração e retenção de talento – Risco de inexistência ou falhas nas competências e qualificações necessárias à prossecução da estratégia definida devido à incapacidade de atração, contratação, desenvolvimento e retenção de talento.
- [R.2.1.1] – Contexto externo - Risco de inexistência ou falhas nas competências e qualificações necessárias à prossecução da estratégia definida devido à incapacidade de atração, contratação, desenvolvimento e retenção de talento.
- [R.2.3.1] – Financiamento e Taxa de Juro - Risco de incapacidade de obter financiamento, incapacidade de suportar o serviço de dívida e/ou diminuição dos resultados financeiros.
- [R.3.1.3] – Água para Reutilização - Risco de incumprimento dos parâmetros exigíveis de águas para reutilização.
- [R.3.3.1] – *Supply Chain* - Risco de interrupção da cadeia de distribuição devido à indisponibilidade, atrasos na entrega, ou custo inacessível de matéria-prima, equipamentos críticos e/ou prestadores de serviço.
- [R.3.3.3] – Segurança de Informação - Risco de perda de confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade de informação devido à ocorrência de eventos não autorizados ou acidentais que explorem vulnerabilidades de segurança nas tecnologias de informação e comunicação.

4.2 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

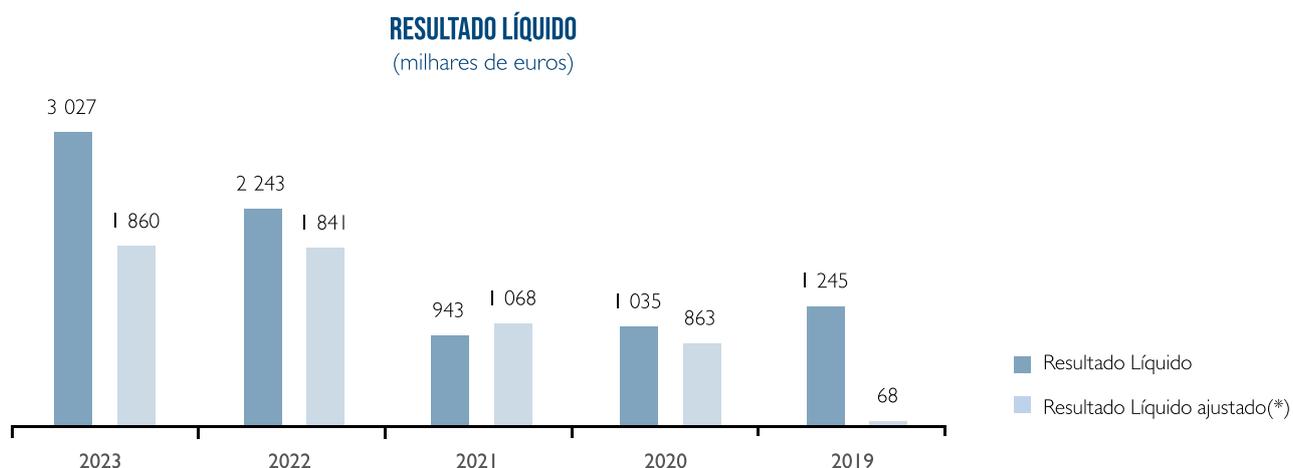
A Gestão do Risco Financeiro é abordada e desenvolvida no #2 do capítulo 12 – Cumprimento das orientações legais, bem como no Anexo ao Relatório nas Notas respetivas.

5. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

DESEMPENHO ECONÓMICO

Nos termos do contrato de concessão, o resultado líquido anual equivale à remuneração acionista que é calculada com a rentabilidade média das Obrigações do Tesouro (OT) Português a 10 anos acrescidas de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data de realização do capital social.

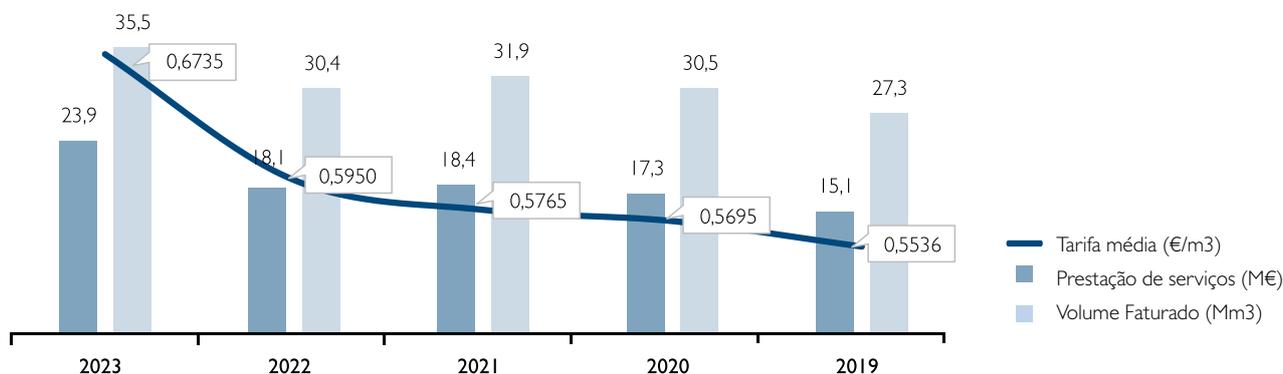
A SIMARSUL encerrou o exercício de 2023 com um resultado líquido de 3.027 mil euros superior ao do ano transato, decorrente do aumento da taxa média de OT a 10 anos, no pressuposto de aprovação da proposta e fundamentação apresentada para o desvio de recuperação de gastos.



(*) - deduzido do Desvio de Recuperação de Gastos Líquido

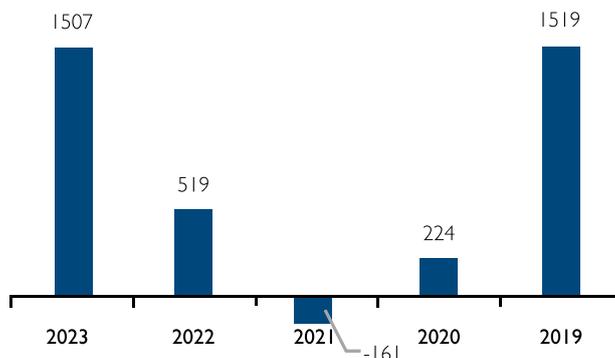
Num exercício marcado por um importante aumento do volume de negócio e forte impacto da fatura energética, o EBITDA, deduzido do desvio de recuperação de gastos (deficitário), atingiu os 8,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 6,1% relativamente ao ano anterior.

VOLUME DE NEGÓCIO



DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

(milhares de euros)

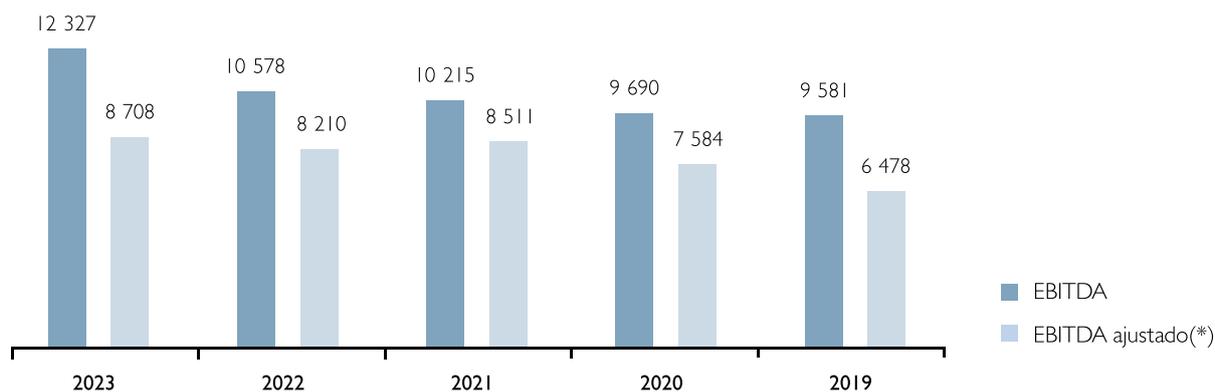


(*) - deduzido do Desvio de Recuperação de Gastos Líquido

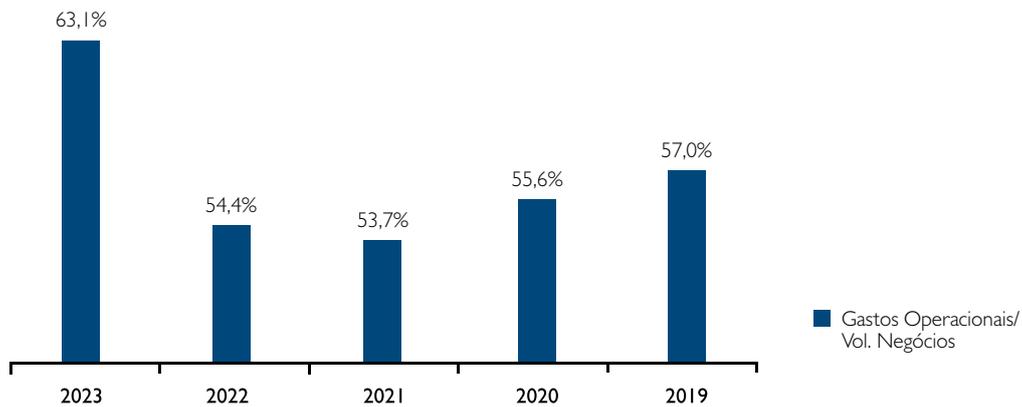
O importante e expressivo do volume de negócios, que ascendeu a 23,9 milhões de euros, na ordem dos 32,2%, resultou do efeito combinado, e praticamente, equitativo, do aumento de caudal decorrente, essencialmente da integração das infraestruturas de Setúbal, e da atualização da tarifa. Tal como já referido, não tivesse ocorrido uma redução anómala dos caudais afluentes de um dos utilizadores, o volume de negócios rondaria os 25 milhões de euros e o caudal teria rondado os 37 milhões de m³.

EBITDA

(milhares de euros)



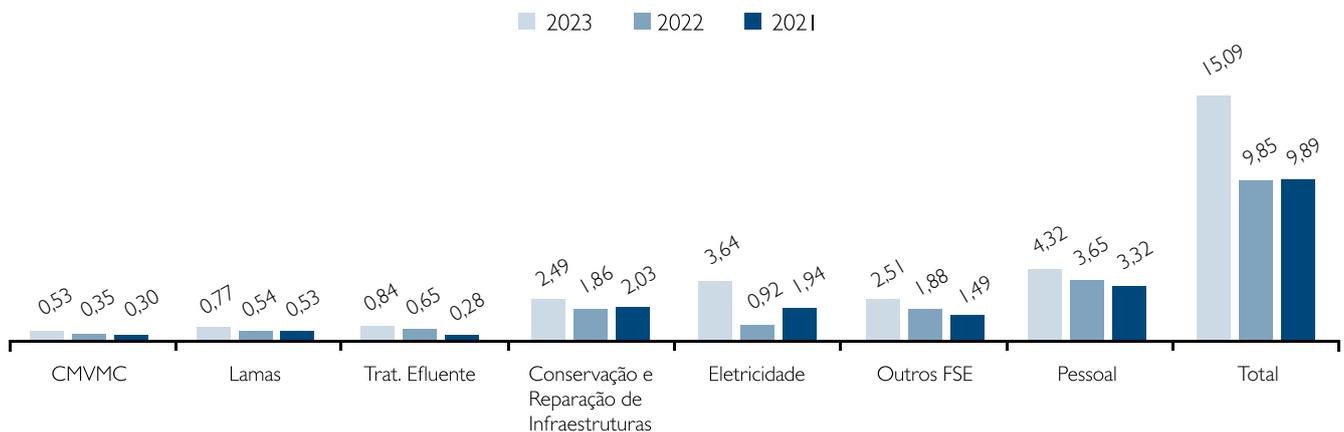
GO/VN



O conjunto de gastos operacionais aumentou de forma significativa, devendo-se maioritariamente ao efeito da plena exploração das infraestruturas integradas do Município de Setúbal, bem como do aumento dos gastos com eletricidade decorrentes da conjuntura geopolítica internacional, bem como do esforço acrescido com manutenção e com o serviço de tratamento de efluentes por parte dos Serviços Municipalizados de Almada.

ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS

(M€)



Este aumento relevante dos gastos está na origem da alteração da trajetória de cobertura de gastos operacionais pelo volume de negócios (GO/VN)²¹, apesar do significativo aumento do volume de negócios.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O ativo líquido total diminuiu cerca de 3,12 milhões de euros, como resultado das variações conjugadas do ativo corrente (+ 1,65 milhões de euros) e do ativo não corrente (- 4,75 milhões de euros), justificado no primeiro caso pelo aumento da dívida de clientes e no segundo pela desmobilização das aplicações financeiras referentes ao antigo Fundo de Reconstituição de Capital (FRC) para amortização parcial do empréstimo do Banco Europeu de Investimentos.

DISTRIBUIÇÃO DO ATIVO



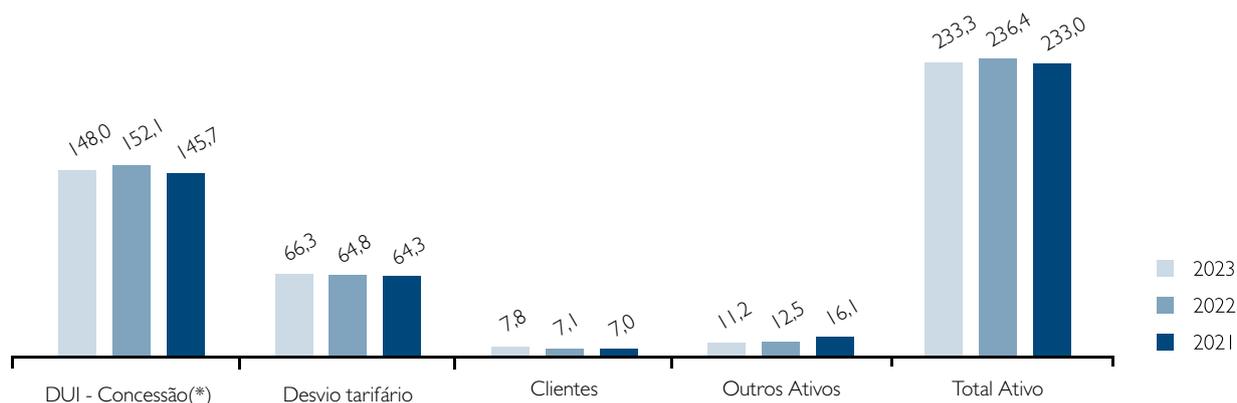
COMPOSIÇÃO DO ATIVO



²¹ GO/VN = (CMVMC+FSE+GP)/PSERV.

COMPOSIÇÃO DO ATIVO

(M€)

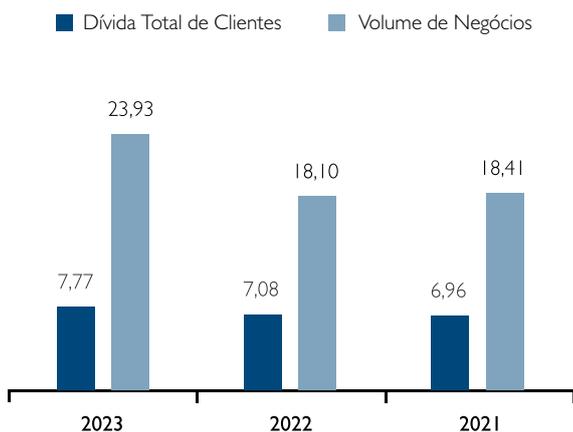


(*) - Direito de Utilização de Infraestruturas

A dívida de clientes aumentou em cerca de 9,8%, significativamente abaixo do aumento da faturação, circunstância que evidencia o importante esforço dos nossos utilizadores e clientes no pagamento atempado dos serviços, em particular dos utilizadores que representam a esmagadora maioria da faturação e consequentemente da nossa carteira de crédito.

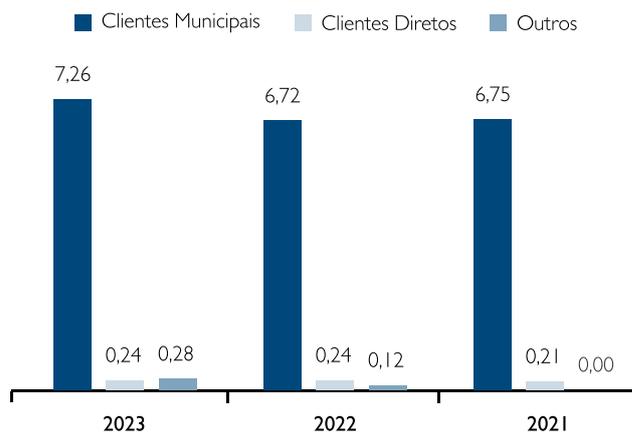
DÍVIDA TOTAL VS VOLUME DE NEGÓCIOS

(milhões de euros)



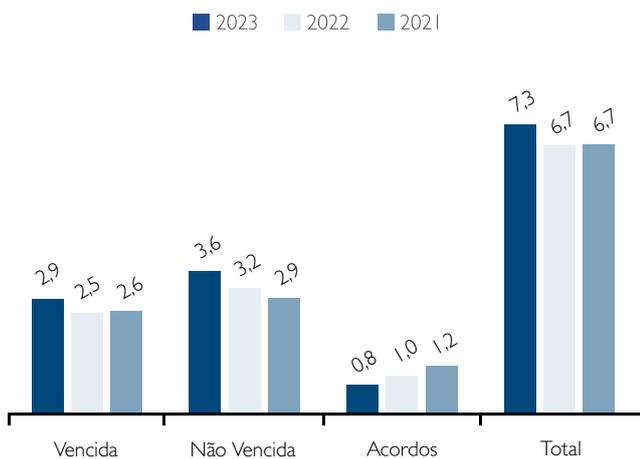
DECOMPOSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL

(milhões de euros)



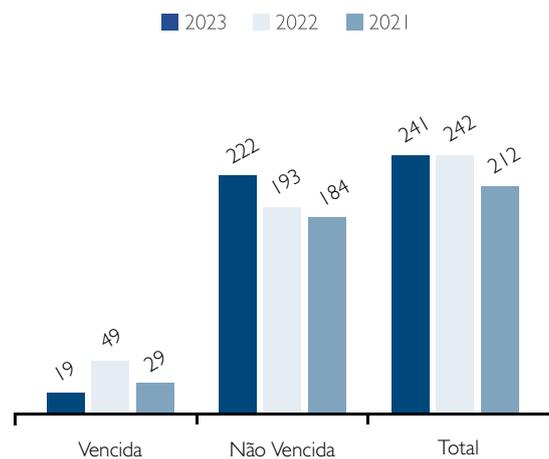
DECOMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE CLIENTES MUNICIPAIS

(milhões de euros)



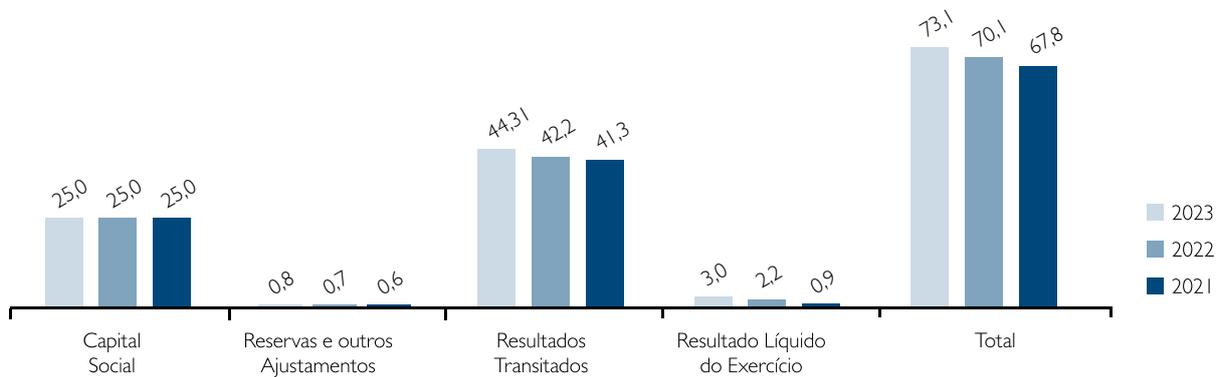
DECOMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE CLIENTES DIRETOS

(milhares de euros)



○ Capital Próprio aumentou no exercício para cerca de 73,1 milhões de euros por via do resultado líquido do exercício.

DECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO (M€)



○ Passivo Total diminuiu 3,7%, passando para 160,2 milhões de euros, decorrente essencialmente da diminuição dos empréstimos em 5,1 milhões de euros.

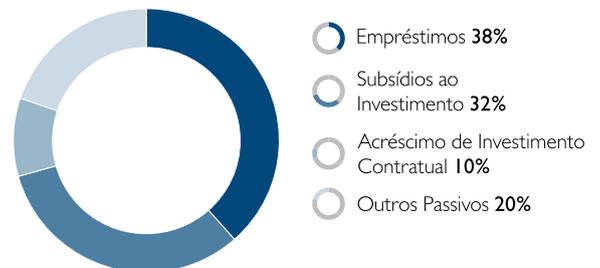
○ Passivo não corrente no valor de 148,2 milhões de euros representa 92% do passivo, sendo composto essencialmente por: (i) empréstimos no valor de 56,0 milhões de euros, (ii) subsídios ao investimento no valor de 51,5 milhões de euros, e (iii) acréscimos de gastos de investimento contratual no valor de 15,3 milhões de euros.

○ Passivo corrente no valor de 12,0 milhões de euros representa 8% do passivo, sendo composto essencialmente por: (i) empréstimos no valor de 5,6 milhões de euros, e (ii) fornecedores no valor de 6,4 milhões de euros.

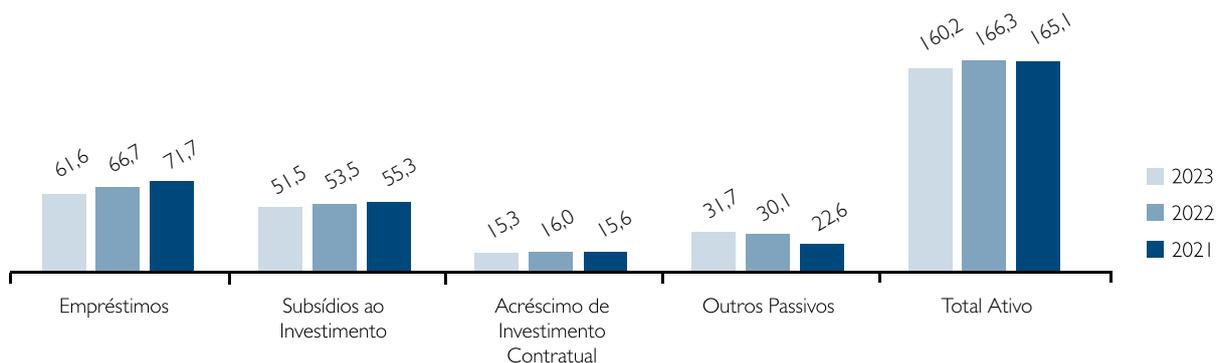
DISTRIBUIÇÃO DO PASSIVO



COMPOSIÇÃO DO PASSIVO



COMPOSIÇÃO DO PASSIVO (M€)



6. EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES

À data do presente relatório, a Administração da SIMARSUL não tem conhecimento, de qualquer evento subsequente com impacto significativo nas contas apresentadas.

Há ainda a referir que relativamente ao DRG do exercício de 2023, a SIMARSUL enviou o seu cálculo e fundamentação à ERSAR para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro.

A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data da emissão das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva (ver nota 8).

7. PERSPETIVAS FUTURAS

São de grande complexidade os tempos que atravessamos que convergem no moldar de uma década única, incerta e turbulenta.

2024 é particularmente marcado pelo recorde de eleições a nível global, em que mais metade da população é chamada a votar. Também em Portugal estamos perante um ano especial de eleições, circunstância que deve ser relevada quando assinalamos os 50 anos da democracia.

Muito cientes da maturidade e consistência de desempenho já atingido, mas também que o mesmo não constitui uma garantia absoluta para um futuro particularmente incerto e complexo, tal não impede que encaremos com serenidade e confiança os desafios que enfrentamos, onde se reveste de particular criticidade a nossa capacidade de antecipação e proatividade.

Nesse sentido, sempre focados na valorização ambiental do território e na prestação qualificada de um serviço público de tratamento de águas residuais, continuamos apostados em percorrer um caminho com prioridades estabelecidas no crescimento da atividade, no incremento da eficiência sem prejudicar a eficácia, na satisfação dos nossos utilizadores e clientes, no desenvolvimento, robustecimento organizacional e bem-estar dos trabalhadores e na preservação e resiliência dos ativos, base essencial desta indústria de serviços de infraestruturas de rede com especiais desafios societários.

No que se refere ao aumento de atividade, acompanhamos com particular proximidade as oportunidades proporcionadas pela agenda da neutralidade carbónica e da economia circular, designadamente na produção e fornecimento de água para reutilização, seja na valorização das lamas de ETAR, onde em particular projetos como de produção de hidrogénio e de conversão de lítio assumem especial atenção, atenta a relevância nacional, assim como as manifestações de interesse dos nossos utilizadores, tendo em conta as expectativas criadas com as perspetivas de desenvolvimento do modelo de negócio. Também com uma perspetiva temporal diferente acompanhamos com atenção, as perspetivas de desenvolvimento e o alcance de projetos como o Arco Ribeirinho Sul e a decisão do novo aeroporto da região de Lisboa.

Ao nível do incremento da eficiência e eficácia, mas também da satisfação dos utilizadores e da população, depositamos expectativas em elevar o nosso desempenho, dando continuidade à aposta na digitalização e na inovação, bem como em iniciativas conjuntas para a mitigação do impacto das afluências indevidas, onde os cenários progressivamente mais próximos de alocação especializada de colegas aos principais desafios e oportunidades, antecipam possibilidades acrescidas de potenciar a nossa proximidade e tornar mais evidente a importância deste instrumento para o território.

A alocação dedicada de recursos a iniciativas como a neutralidade carbónica, a valorização de lamas, à inovação e a um acompanhamento dedicado ao desempenho de todo o sistema multimunicipal, juntamente com o reforço de áreas como de sistemas de informação, em particular, constituem passos indispensáveis para elevar a nossa capacidade de resposta, numa organização onde a evolução da idade média e a erosão das remunerações constituem também preocupações centrais que iremos continuar a dedicar particular atenção. É neste quadro que também a preparação de uma agenda de bem-estar para as nossas trabalhadoras e trabalhadores se reveste de particular importância, conjugando maior visibilidade e participação a uma preocupação há muito existente, e relativamente à qual, daremos continuidade à melhoria das instalações, incluindo a avaliação dos cenários relativos à nova sede.

É também com expectativa que acreditamos podermos evoluir nos termos do Protocolo relativo ao Investimento e Exploração da ETAR da Quinta da Bomba, que desde 13 de março de 1987 regula a sua partilha entre os Municípios de Almada e do Seixal, e desde 7 de fevereiro de 2007 envolve a SIMARSUL, no sentido do adaptarmos aos desenvolvimentos e desafios mais recentes, em especial na resposta a cenários climáticos mais adversos, em benefício das comunidades e do ambiente.

É também com intuito de reforçar os laços internos e com as comunidades que planeamos um conjunto de iniciativas, passando em revista o nosso percurso, homenageando os protagonistas e projetarmos o(s) futuro(s). A associação aos 50 anos do 25 de abril de 1974 e aos 30 anos do Grupo Águas de Portugal são coincidências de marcos temporais que abraçamos, muito cientes da nossa responsabilidade com as pessoas e com o território que servimos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas, entende o Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta e indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos.

Num cenário exigente, a Empresa e os seus trabalhadores e trabalhadoras continuaram a assegurar o tratamento das águas residuais, os investimentos e os trabalhos em curso para a reabilitação de infraestruturas, previstos no plano de investimento, assim como a qualidade e a continuidade do serviço público.

É com satisfação que o Conselho de Administração da SIMARSUL entende renovar o seu profundo reconhecimento a todos aqueles/as que, direta ou indiretamente, contribuíram, de forma empenhada e com sentido de missão acrescida, para ultrapassar os desafios e as dificuldades e assegurar a ininterruptibilidade do serviço essencial prestado pela Empresa, a proteção do ambiente e a saúde pública no exercício em análise.

Assim, é devido um agradecimento a todos/as quantos contribuíram para que a SIMARSUL cumpra, com espírito de responsabilidade reforçada pela pandemia e pela crise mundial, a sua missão e os objetivos no desempenho diário do serviço público de saneamento da Península de Setúbal, com qualidade, eficiência e segurança, seguindo-se, também, um profundo reconhecimento a todas as partes interessadas.

Aos membros dos restantes Órgãos Sociais, pelo acompanhamento da gestão da Empresa e espírito de colaboração evidenciado nas suas atividades próprias.

À Tutela Governamental, pela sua permanente disponibilidade habitual e empenho no acompanhamento das atividades e dos desafios da Empresa, assim como pelo clima de reconhecimento e confiança mantidos.

Aos Municípios e à AdP – Águas de Portugal, pela cooperação estabelecida assim como pelo permanente e empenhado acompanhamento das atividades e evolução dos projetos do sistema multimunicipal e da SIMARSUL.

Às entidades reguladoras do setor, ERSAR e APA – Agência Portuguesa do Ambiente, bem como aos diversos organismos e serviços da Administração Pública, que são igualmente merecedores de reconhecimento pela interajuda, disponibilidade e interesse evidenciados nas relações mantidas.

O nosso agradecimento aos fornecedores e prestadores de serviços, assim como às seguradoras e instituições bancárias, pela eficiência das suas respostas às necessidades da Empresa e às contingências deparadas.

Aos utilizadores do sistema, o registo do nosso renovado apreço pela compreensão, pelo diálogo e pela confiança demonstrados, sem esquecer a permanente cooperação que estabelecemos, sem a qual não teríamos ultrapassado os desafios e alcançado os resultados e objetivos apesar do continuado impacto da pandemia e de uma nova crise mundial.

Por fim, e em especial, aos trabalhadores e trabalhadoras da Empresa e aos seus familiares, em mais um ano atípico de desafios que se revelou igualmente difícil, a todos/as agradecemos a coesão e resiliência demonstradas que permitiram assegurar em continuidade e com excelência e segurança, nas mais diversas atividades operacionais e de suporte, o serviço essencial de saneamento, tendo de inovar e fazer sempre melhor de forma eficiente e sustentável.

Porque o futuro das próximas gerações depende do que é feito no presente, é responsabilidade de todos, e de cada um, continuar a fazer a sua parte, para que juntos continuemos No Presente a Tratar o Futuro.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto no artigo 30.º dos Estatutos da SIMARSUL, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2023, no montante de 3.027.372,32 euros (três milhões, vinte e sete mil, trezentos e setenta e dois euros e trinta e dois cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- **151.368,62 euros** (cento e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos) para constituição da **Reserva Legal**;
- **2.876.003,70 euros** (dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil e três euros e setenta cêntimos) para **Resultados Transitados**.

Seixal, 5 de março de 2024

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco José Pinto Silva Narciso
Presidente Executivo

João Afonso Almeida da Silva Luz
Vogal Executivo

Isidro Durão Heitor
Vogal Não Executivo

Rute Isabel Talhadas Cesário
Vogal Não Executivo

10. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

1. INTRODUÇÃO

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2023.

2. ATIVIDADE

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhamos a gestão da Empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. PARECER

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da Empresa.

Seixal, 5 de março de 2024

OS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

Isidro Durão Heitor

Rute Isabel Talhadas Cesário

11. DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A SIMARSUL cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre assente no princípio da transparência e assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

12. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

#1 Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE e Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro) e Plano de Atividades e Orçamento

- a) Indicar os objetivos de gestão definidos pelo acionista para 2023, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas e/ou aplicar

O Conselho de Administração em funções a 31 de dezembro de 2023, foi eleito a 12 de março de 2021, para o mandato 2021/2023. Em 21 de abril de 2023, face à renúncia de António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura, ao cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração, por carta dirigida à sociedade, no dia 22 de março de 2023, bem como de Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança, ao cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração, por carta dirigida à sociedade, no dia 22 de março de 2023, os acionistas aprovaram a eleição de Francisco José Pinto Silva Narciso, para o cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração e de Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa, para o cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração da sociedade, ambos pelo restante período do mandato em curso (2021-2023). A administradora Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa, em 30 de setembro, cessou as suas funções por renúncia da própria.

Na Assembleia-Geral de 25 de junho de 2021, foram fixados pelos acionistas um conjunto de Orientações Gerais e Específicas e Objetivos de Gestão, para o mandato 2021-2023. A determinação do grau de cumprimento dos objetivos de gestão e resultados definidos pelos acionistas na Assembleia-Geral da SIMARSUL, de 25 de junho de 2021, é da responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco (também designada por AICR) da AdP SGPS que, tendo procedido ao respetivo exercício de avaliação dos referidos indicadores, chegou aos valores que apresentam o quadro seguinte:

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	PONDERAÇÃO SIMARSUL *	RESULTADO	AVALIAÇÃO	PONDERAÇÃO
OBJETIVOS FINANCEIROS					
Eficiência de gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	13,33%	-1,54pp	3	0,40
Dívida comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	13,33%	114,1%	1	0,13
Limite ao endividamento	$Endividamento = [\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] - 1 * 100$	13,33%	-7,7%	3	0,40
Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ao PAO	13,33%	-20%	2	0,27
Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	13,33%	1319%	1	0,13
OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SERVIÇO					
Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	13,33%	91,7%	3	0,40
Qualidade das águas residuais	$AQAR = QAR (\text{Ano N})$	20,00%	96,9	3	0,60
		100,00%			2,3

«Nos termos do disposto no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o Conselho de Administração deve submeter junto da UTAM, uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e respetivas metas, para o mandato. Após análise e escrutínio, a referida entidade formula uma proposta, a ser expressamente aprovada pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade da empresa.»

O Presidente Executivo Francisco José Pinto Silva Narciso, eleito em 21 de abril de 2023 para o mandato 2021-2023, deu cumprimento ao disposto no n.º 13 do art.º 3º do referido normativo, submetendo a 23 de outubro de 2023 para a UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, proposta de contrato de gestão, respetivos objetivos, indicadores e metas, aguardando a respetiva aprovação da proposta apresentada.

Sem prejuízo do que antecede, o grau de cumprimento dos objetivos propostos, seria em 2023 o seguinte:

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	PONDERAÇÃO SIMARSUL *	RESULTADO	AVALIAÇÃO	PONDERAÇÃO
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO GESTOR					
Redução das afliências indevidas	Elaboração de estratégia e plano de ação para as afliências indevidas	31,25%		3	0,94
OBJETIVOS SETORIAIS					
Qualidade das Águas Residuais / Satisfação dos Clientes	AQAR = QAR (Ano N)	25,00%	96,9%	3	0,75
Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	12,50%	91,7%	3	0,38
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
Eficiência de Gestão	PRC = [(GV+FSE+GP)/VN] Variação face ao PAO proposto	25,00%	-1,54pp	3	0,75
Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ao PAO	6,25%	-9	3	0,19
		100,00%			3,00

Relativamente aos indicadores com menor avaliação de desempenho, em 2024 o Conselho de Administração procurará desenvolver ações que visem a sua melhoria, tendo presente, designadamente o seguinte:

- Dívida comercial de devedores municipais, ainda que associado ao importante aumento do volume de negócios, continuar a diligenciar para a necessidade do cumprimento dos prazos de pagamento previstos, disponibilizando-se ainda para identificar em conjunto soluções que possam contribuir para a sua concretização.
- Rentabilidade: Apesar de se ter verificado uma redução da Prestação de Serviços face ao previsto no PAO, em grande medida decorrente de uma redução anómala e imprevista no caudal afluente de um dos nossos utilizadores municipais, o Resultado Operacional apresentou uma melhoria face ao previsto, por via da não execução dos Gastos Operacionais estimados em sede de PAO.

Com base no resultado obtido no exercício de avaliação, no que respeita aos indicadores e respetivas metas aprovados para o mandato, conclui-se que o desempenho dos gestores da SIMARSUL, no ano de 2023, foi adequado face aos objetivos traçados.

DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2023, no exercício das funções, o Conselho de Administração da SIMARSUL teve em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos da Empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.



- b) Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2023, caso este tenha sido aprovado, designadamente quanto ao volume de negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando, para o efeito, os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2023 (PAO 2023), foi aprovado pelo despacho n.º 304/2023 – SET de 20 de julho 2023, do Secretário de Estado do Tesouro e despacho conjunto do SET e SEAMB coberto pelo ofício ref.ª 93.04.02.06 de 24 de julho de 2023 do Secretário de Estado do Ambiente.

Assim, e no que respeita ao cumprimento do PAO 2023 encontram-se indicadas no quadro do final do presente capítulo as respetivas execuções, face às previsões constantes do PAO.

Da análise dos resultados da execução do ano de 2023 verifica-se:

INDICADORES	PAO 2023	EXECUTADO 2023	DESVIO	OBSERVAÇÕES
Resultado Líquido	2 425 716	3 027 372	601 657	O desvio decorre da taxa média de OT considerada na elaboração do PAO (inferior à que se verificou em termos reais)
EBITDA	14 202 193	12 327 158	-1 875 035	
EBITDA ajustado(1)	8 566 056	8 708 399	142 342	
Resultado operacional (EBIT)	5 082 028	5 445 108	363 081	
Resultado operacional (EBIT) ajustado(2)	1 755 204	3 938 433	2 183 229	
Volume de Negócios(3)	42 578 630	28 931 041	-13 647 589	
Endividamento	69 047 382	61 623 918	-7 423 464	O desvio decorre essencialmente do atraso na execução do investimento
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	477%	482%	5%	
Dívida Financeira Líquida / EBITDA ajustado(1)	791%	682%	-109%	
Disponibilidades	1 300 100	2 200 673	900 573	
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	3 326 824	1 506 676	-1 820 148	
Gastos Operacionais	39 989 879	25 648 119	-14 341 760	
Gastos Operacionais ajustados(4)	26 828 899	20 042 784	-6 786 115	

(1) - deduzido dos Subsídios ao investimento e do Desvio de Recuperação de Gastos

(2) - deduzido do Desvio de Recuperação de Gastos

(3) - inclui Rendimento de Construção - Ativos Concessionados e Desvio de Recuperação de Gastos

(4) - deduzido dos Gastos de Construção e dos Subsídios ao investimento

- c) No que aos investimentos diz respeito, proceder à apresentação de um quadro, devendo, nos casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederem o valor orçamentado, explicitando se os mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos.

INVESTIMENTO / PROJETO	PAO 2023	EXECUTADO 2023	DESVIO	OBSERVAÇÕES
Investimento em Edifícios e Outras Construções	7 094 972	1 290 158	-5 804 814	
Investimento em Equipamento Básico	2 613 310	654 109	-1 959 201	
Outros	1 143 385	112 511	-1 030 874	
Património Integrado	-	1 436 401	1 436 401	
Investimento realizado não constante do PAO 2023	-	-	-	Não foi realizado investimento não previsto
TOTAL	10 851 668	3 493 180	-7 358 488	

#2 Gestão do Risco Financeiro

FATORES DE RISCO

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco financeiro que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

RISCO DE MERCADO

- Risco de taxa de juro**

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da SIMARSUL.

		31.12.2023	31.12.2022
Juros Suportados	Real	2 295 483	2 139 876
Juros Suportados	Tx Média + 1%	2 911 722	2 807 201
Juros Suportados	Tx Média - 1%	1 679 244	1 472 551

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

- Risco de taxa de câmbio**

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2023 e 2022 não foram contratados swaps cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

- **Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)**

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

- **Risco de liquidez e de capital**

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos.

As responsabilidades da SIMARSUL por intervalos de maturidade residual contratual, constantes do quadro que se apresenta, correspondem aos montantes de fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro.

	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 anos	5 287 618	5 197 897
De 1 a 2 anos	5 523 315	5 523 315
De 2 a 3 anos	6 114 490	5 771 585
De 3 a 4 anos	6 416 570	6 114 490
De 4 a 5 anos	7 095 795	6 416 570
Superior a 5 anos	30 937 860	37 708 616
	61 623 918	66 732 473

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

ANO FIM DO PERÍODO EM VIGOR PARA A ATUAL TAXA DE JURO	CAPITAL EM DíVIDA EM 31.12.2023	VALOR DO CAPITAL NO ANO DE REFIXAÇÃO DE TAXA
2023	61 859 615	61 859 615
2024	56 336 300	56 336 300
2025	50 564 715	50 564 715
2026	44 450 225	44 450 225
2027	38 033 655	38 033 655
2028	30 937 860	30 937 860
2029	23 638 345	23 638 345
2030	16 144 535	16 144 535
2040	-	-

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos obrigacionistas) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2023 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2023 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Em setembro de 2017 a AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches: (i) transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A; (ii) prorrogação da data final de disponibilidade do financiamento até 14 de setembro de 2023; (iii) waiver ao covenant "Net debt/EBITDA" relativo ao ano 2023. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo AdP tem utilizados 320,6 milhões de euros da tranche A e 49,3 milhões de euros da tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas e não utilizadas:

	31.12.2023	31.12.2022
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	1 000 000	1 000 000
	1 000 000	1 000 000

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos não Correntes	56 043 706	61 534 576
Empréstimos Correntes	5 580 212	5 197 897
Disponibilidades	-2 200 673	-2 304 649
Dívida	59 423 245	64 427 824
Subsídios ao Investimento	51 528 958	53 504 624
Total do Capital Próprio	73 116 509	70 089 137
Total do Capital (Subsídios + Total Capital Próprio)	124 645 467	123 593 761
DÍVIDA TOTAL DO CAPITAL	0,48	0,52

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e obrigacionistas, no capital próprio e, em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

- **Risco de crédito**

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

- **Contraparte de exploração**

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes do Grupo AdP tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais e abastecimento de água bruta.

i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais ("Municípios")

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da SIMARSUL entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

ii. Estado e Setor Público, Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito "forward looking".

iii. Grandes Clientes Industriais e outras entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

SEGMENTO DE NEGÓCIO	NEGÓCIO "ALTA"			
	MUNICIPIOS ⁽¹⁾	GRANDES CLIENTES INDUSTRIAIS E OUTRAS ENTIDADES	EMPRESAS DO GRUPO	TOTAL
Risco	Baixo	Médio	Baixo	
Exposição bruta	7 255 368	517 027	330	7 077 725
Imparidade	-1 304	935	-	-2 311
Exposição líquida (31.12.2023)	7 254 064	516 092	330	7 770 485

⁽¹⁾ Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

	NÃO VENCIDA	VENCIDA ATÉ 90 DIAS	VENCIDA DE 90 A 120 DIAS	VENCIDA DE 120 A 240 DIAS	VENCIDA DE 240 A 360 DIAS	VENCIDA À MAIS DE 360 DIAS	TOTAL VENCIDO	TOTAL DA DÍVIDA	TOTAL FATURADO 2023
Município Alcochete	68 734	-	-	-	-	2 280 368	2 280 368	2 349 102	802 025
Município Barreiro	1 090 583	380 040	-	-	-	-	380 040	1 470 623	1 909 715
Município Moita	238 212	3 105	-	-	-	-	3 105	241 317	2 403 246
Município Montijo	542 710	-	-	-	-	-	-	542 710	2 739 695
Município Palmela	380 498	-	-	-	-	-	-	380 498	2 013 021
Município Seixal	1 240 876	-	-	-	-	-	-	1 240 876	6 269 816
Município Sesimbra	423 255	234 302	-	-	-	-	234 302	657 556	2 262 078
Município Setúbal	369 929	-	-	1 452	-	-	1 452	371 382	4 356 823
	4 354 797	617 446	-	1 452	-	2 280 368	2 899 266	7 254 064	22 756 419

- **Contraparte de depósitos**

A seguinte tabela representa a exposição máxima da SIMARSUL a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2023 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	31.12.2023
Depósitos à Ordem	1 700 573
Depósitos Prazo (1)	500 000
Caixa	100
	2 200 673

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	RATING	31.12.2023
BCP	BBB-	14 488
BPI	BBB+	32 635
Montepio Geral	B+	24 999
CGD	BBB	152 487
Bankinter	A-	2 069
IGCP	A-	1 473 895
Depósitos à Ordem		1 700 573
BCP	BBB-	-
BPI	BBB+	-
Montepio Geral	B+	-
CGD	BBB	-
Bankinter	A-	-
IGCP	A-	500 000
Depósitos a Prazo		500 000

No que se refere à SIMARSUL, esta apresenta uma diminuição da taxa média anual de financiamento em 2021, decorrente da renegociação de uma das linhas contratadas, cujo efeito permitiu ainda acomodar os desenvolvimentos mais recentes em termos de política monetária, bem como os efeitos decorrentes da revisão da taxa de atualização das rendas do património integrado e a conclusão da valorização das infraestruturas recentemente integradas do Município de Setúbal, conforme é possível ver pelos valores apresentados no quadro seguinte:

ANOS	2023	2022	2021	2020	2019
Encargos Financeiros (€)	2 295 483	2 139 876	2 661 128	2 669 413	3 256 812
Taxa Média de Financiamento (%)	3,72%	3,21%	3,71%	3,52%	4,09%

RISCO DE EXPLORAÇÃO

- **Risco de catástrofe**

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

- **Risco regulatório**

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

#3 Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º I do artigo 35.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, a qual aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2023 (LOE2023), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º I do artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO 2023):

ANO	2023	2022
Capital Social / Capital Estatutário	25 000 000	25 000 000
Financiamento Remunerado	61 623 918	66 732 473
Novos investimentos com expressão material em 2023	-	-
Varição do Endividamento	-5,57%	

A SIMARSUL e o Grupo AdP têm adotado uma posição conservadora, com especial atenção às características de longo prazo dos ativos, tendo vindo a privilegiar a obtenção de financiamentos de longo prazo, em detrimento dos de curto prazo, com particular ênfase no BEI.

A Empresa tem vindo a apresentar uma redução do seu endividamento, de acordo com o plano de pagamento que se encontra contratualizado.

#4 Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro; com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

O cálculo do PMP foi efetuado conforme estipulado no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, tendo-se verificado em 2023 uma diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores para 36 dias, consubstanciando-se numa diminuição de 12% face a 2022.

PMP	2022	2021	VARIÇÃO 23/22	
			VALOR	%
Prazo (dias)	41	37	-6	-11%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição, sendo que os valores vencidos a mais de 90 dias respeitam essencialmente a serviço e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda concluída e/ou prestada:

DÍVIDAS VENCIDAS	VALOR (€)	VALOR DAS DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 DIAS	90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	> 360 DIAS
Aq. de Bens e Serviços	182 424	456	-	-	5 141
Aq. de Capital	8 461	-	-	-	-
TOTAL	190 885	456	-	-	5 141

Tendo em conta que o PMP da SIMARSUL é inferior a 60 dias, conforme estabelecido, não foram publicadas as dívidas existentes.

#5 Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do “acionista” emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas (se aplicável) e,

#6 Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas (se aplicável).

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

#7 Remunerações/honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo (Apêndice I)

- a) Órgãos Sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2023 (Conselho de Administração e Conselho Fiscal/ROC ou Fiscal Único);

Foram cumpridas todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado.

As reduções remuneratórias aplicadas foram as indicadas no quadro constante no final do presente capítulo, sendo que se apresenta em seguida a restante informação aplicável, conforme disposto no apêndice I das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

De acordo com o definido na Comissão de Vencimento, por Deliberação Unânime por Escrito, emitida em 29 de dezembro de 2021, os membros da Mesa da Assembleia Geral não recebem qualquer retribuição.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º dos Estatutos da Sociedade, compete à Assembleia Geral eleger de entre os membros do Conselho de Administração o respetivo presidente, que dispõe de voto de qualidade, e o presidente do Conselho de Administração pode designar um vice-presidente, o qual o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de março de 2021, foi eleito o Conselho de Administração para o triénio 2021 - 2023, composto por cinco membros, dois não executivos e três executivos (e de entre os quais se encontra o presidente executivo do Conselho de Administração).

De 01/01/2023 a 20/04/2023

REMUNERAÇÃO MENSAL FIXADA - ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

MEMBRO DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA €*	
			VENCIMENTO	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	S	B	4 864	1 946
João Afonso Almeida da Silva Luz	S	B	3 891	1 557
Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança	S	B	-	-
Isidro Durão Heitor	S	B	973	-
Rute Isabel Talhadas Cesário	S	B	973	-

Legenda:

(*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Em 21 de abril de 2023, face à renúncia de António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura, ao cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração, por carta dirigida à sociedade, no dia 22 de março de 2023, bem como de Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança, ao cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração, por carta dirigida à sociedade, no dia 22 de março de 2023, os acionistas aprovaram a eleição de Francisco José Pinto Silva Narciso, para o cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração e de Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa, para o cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração da sociedade, ambos pelo restante período do mandato em curso (2021-2023).

O Conselho de Administração em funções a 31 de dezembro de 2023, foi eleito a 12 de março de 2021, para o mandato 2021/2023.

De 21/04/2023 a 31/12/2023

REMUNERAÇÃO MENSAL FIXADA - ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

MEMBRO DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA € *	
			VENCIMENTO	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO
Francisco José Pinto Silva Narciso (**)	S	B	5 966	2 029
João Afonso Almeida da Silva Luz	S	B	4 057	1 623
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa (***)	S	B	4 564	1 825
Isidro Durão Heitor (****)	S	B	-	-
Rute Isabel Talhadas Cesário	S	B	1 014	-

Legenda:

(*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória), em conformidade com esclarecimentos prestados pela DGTF

(**) Remuneração tendo em conta a opção pela remuneração na origem, e sem entendimento de início de 2024 da DGTF.

(***) Vencimento na qualidade de Vice-Presidente.

(****) Administrador não executivo que não auferiu vencimento no período indicado.

MANDATO	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO			OPRLO ⁽²⁾	
			FORMA ⁽¹⁾	DATA	SIM/NÃO	ENTRADA DE ORIGEM	ENTIDADE PAGADORA (O/D) ⁽³⁾
2021-2023	Presidente Executivo	António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura ⁽⁴⁾	AG	12/03/2021	Não	n.a.	D
2021-2023	Presidente Executivo	Francisco José Pinto Silva Narciso	DUE	21/04/2023	Não	AdP	D
2021-2023	Vogal Executivo	João Afonso Almeida da Silva Luz	AG	12/03/2021	Não	n.a.	D
2021-2023	Vogal Executivo	Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança ⁽⁴⁾	AG	12/03/2021	Sim	AdCL	O
2021-2023	Vice-Presidente	Ana Carmen Monteiro do Carmo Cisa ⁽⁵⁾	DUE	21/04/2023	Sim	AdP	D
2021-2023	Vogal Não Executivo	Isidro Durão Heitor	AG	12/03/2021	Sim	AdP	O
2021-2023	Vogal Não Executivo	Rute Isabel Cesário	AG	12/03/2021	Não	n.a.	D

Legenda:

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem

(3) O/D – Origem / Destino

(4) Renunciou em 22 de março de 2023

(5) Renunciou em 30 de setembro de 2023

Dois dos membros do Conselho de Administração da SIMARSUL não auferem remuneração pelo cargo desempenhado, sendo o valor correspondente à remuneração de vogal executivo e de vogal não executivo, respetivamente, integralmente suportados pela Empresa Águas do Centro Litoral e pela AdP.

A administradora Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa, em 30 de setembro, cessou as suas funções por renúncia da própria.

Apresenta-se seguidamente o quadro com os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração em simultâneo com outras entidades, dentro e fora do Grupo devidamente repartido pela vigência dos mandatos da administração.

REMUNERAÇÃO ANUAL AUFERIDA (€)

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL	VALOR BRUTO
Isidro Durão Heitor	Assembleia Municipal do Barreiro	Membro	Público
João Afonso Almeida da Silva Luz	Assembleia Municipal de Setúbal	Membro ⁽¹⁾	Público

Legenda:

(1) Desde a integração do Município de Setúbal no sistema tem o mandato suspenso

Relativamente às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração da SIMARSUL, incluindo remuneração fixa e variável, devidamente repartidas pela vigência dos mandatos da administração, foram as seguintes:

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	REMUNERAÇÃO ANUAL AUFERIDA (€)				
	FIXA	VARIÁVEL	VALOR BRUTO	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS	VALOR BRUTO FINAL
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura ^(a)	29 776	-	29 776	1 083	28 693
Francisco José Pinto Silva Narciso ^(b)	84 027	-	84 027	2 915	81 111
João Afonso Almeida da Silva Luz	76 750	-	76 750	3 448	73 302
Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança ^(c)	-	-	-	-	-
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa ^(d)	37 489	-	37 489	1 686	35 803
Isidro Durão Heitor	4 553	-	4 553	-	4 553
Rute Isabel Talhadas Cesário	14 262	-	14 262	616	13 646
			246 856	9 748	237 109

Legenda:

(a) Renúncia ao cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(b) Eleição para o cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(c) Renúncia ao cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(d) Eleição para o cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023 e Renúncia ao cargo a 30 de setembro de 2023

Os benefícios sociais anuais na SIMARSUL dos membros do Conselho de Administração foram os seguintes:

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)							
	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL		SEGURO DE VIDA	SEGURO DE SAÚDE	OUTROS	
	VALOR/DIA	MONTANTE PAGO ANO	IDENTIFICAÇÃO	ENCARGO ANUAL			IDENTIFICAÇÃO	VALOR
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura ^(a)	7,14	486	Seg. Social	7 248	386	247	-	-
Francisco José Pinto Silva Narciso ^(b)	7,14	1 221	Seg. Social	19 157	1 345	803	-	-
João Afonso Almeida da Silva Luz	7,14	1 771	CGA/ADSE	18 002	2 393	832	-	-
Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança ^(c)	-	-	Seg. Social	-	-	-	-	-
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa ^(d)	7,14	793	Seg. Social	8 531	443	635	-	-
Isidro Durão Heitor	-	-	Seg. Social	1 073	-	-	-	-
Rute Isabel Talhadas Cesário	-	-	Seg. Social	3 241	-	-	-	-
		4 270		57 252	4 566	2 516		-

Legenda:

(a) Renúncia ao cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(b) Eleição para o cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(c) Renúncia ao cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(d) Eleição para o cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023 e Renúncia ao cargo a 30 de setembro de 2023

Os encargos com viaturas na SIMARSUL dos membros do Conselho de Administração foram os seguintes:

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	ENCARGOS COM VIATURAS								
	NOME	VIATURA ATRIBUÍDA	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO	VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA (€)	MODALIDADE (1)	ANO INÍCIO	ANO TERMO	VALOR DA RENDA MENSAL (€)	GASTO ANUAL COM RENDAS (€)
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura ^(a)	S	S	35 644	AOV	2018	2022	536,8	2 147,3	-
Francisco José Pinto Silva Narciso ^(b)	S	S	35 644	AOV	2018	2022	536,8	4 294,6	-
João Afonso Almeida da Silva Luz	S	S	34 440	AOV	2018	2022	727,1	8 725,5	-
Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança ^(c)	N	-	-	-	-	-	-	-	-
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa ^(d)	S	S	34 440	AOV	2018	2022	797,2	3 986,0	-
Isidro Durão Heitor	N	-	-	-	-	-	-	-	-
Rute Isabel Talhadas Cesário	N	-	-	-	-	-	-	-	-

Legenda:

(a) Renúncia ao cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(b) Eleição para o cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(c) Renúncia ao cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(d) Eleição para o cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023 e Renúncia ao cargo a 30 de setembro de 2023

Durante o ano de 2023 não foram realizados gastos associados a deslocações em serviço na SIMARSUL pelos membros do Conselho de Administração.

• Conselho Fiscal

A composição do Conselho Fiscal, para o mandato 2023- 2025, é a seguinte:

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO MENSAL (€)	NÚMERO DE MANDATOS
			FORMA ⁽¹⁾	DATA		
2023-2025	Presidente	Maria do Carmo Mendes	DUE	23/11/2023	1 362,0	3
2023-2025	Vogal	João Carlos Alves Faim	DUE	23/11/2023	1 021,5	3
2023-2025	Vogal	Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho	DUE	23/11/2023	1 021,5	3
2023-2025	Vogal suplente	Maria Manuela Graça	DUE	23/11/2023	-	1

Legenda:

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Relativamente às remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da SIMARSUL foram as seguintes:

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	REMUNERAÇÃO ANUAL AUFERIDA (€)				
	FIXA	VARIÁVEL	VALOR BRUTO	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS	VALOR BRUTO FINAL
Maria do Carmo Mendes	19 967,7	-	19 967,7	861,6	19 106,1
João Carlos Alves Faim	14 975,7	-	14 975,7	646,8	14 328,9
Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho	14 975,7	-	14 975,7	646,8	14 328,9
Maria Manuela Graça	-	-	-	-	-
			49 919	2 155	47 764

• Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, nos termos da alínea b), do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, foi proposto pelo Conselho Fiscal da Sociedade à Assembleia Geral realizada em 1 de abril de 2019, tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade²³.

²³ A PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda., representada por José Alves Bizarro Duarte, foi nomeada para o exercício da função de Revisor Oficial de Contas da sociedade em 01/04/2019 para o mandato de 2019-2021. Até à data não foi ainda reconduzida a eleição de novo ROC, mantendo-se a PwC em funções em 2023.

MANDATO		IDENTIFICAÇÃO SROC / ROC				DESIGNAÇÃO			
(INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	Nº. INSCRIÇÃO NA DROC	Nº. REGISTO NA CMVM	FORMA ⁽¹⁾	DATA	CONTRATADA	Nº. DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NO GRUPO	Nº. DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA ENTIDADE
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda.	183	20161485	AG	01/04/2019	Sim	5	5
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	20/01/2020	Sim	5	5
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	01/04/2019	Sim	5	5

Legenda:

(1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota:

Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

No exercício de 2023 resultou uma remuneração anual de 7.508 euros:

NOME	VALOR ANUAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (€)		VALOR ANUAL DE SERVIÇOS ADICIONAIS (€)	
	VALOR ANUAL (€)	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR ANUAL (€)	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO
PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda.	7 508,0	Revisão e certificação legal de contas	n.a.	n.a.

No decorrer de 2023, a PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda., não prestou à SIMARSUL serviços adicionais.

b) Auditor Externo, confirmando a aplicação das orientações vigentes em 2023.

A SIMARSUL não dispôs em 2023 de Auditor Externo.

8 Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), no que se refere:

a) à não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

b) ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel e internet.

GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)

	PLAFOND MENSAL DEFINIDO	TOTAL ANUAL	OBSERVAÇÕES
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura ^(a)	80,0	190,1	-
Francisco José Pinto Silva Narciso ^(b)	80,0	131,4	-
João Afonso Almeida da Silva Luz	80,0	504,7	-
Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança ^(c)	80,0	-	-
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa ^(d)	80,0	58,4	-
Isidro Durão Heitor	-	-	-
Rute Isabel Talhadas Cesário	-	-	-
		884,6	

Legenda:

(a) Renúncia ao cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(b) Eleição para o cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(c) Renúncia ao cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(d) Eleição para o cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023 e Renúncia ao cargo a 30 de setembro de 2023

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)

	PLAFOND MENSAL COMBUSTÍVEIS E PORTAGENS	COMBUSTÍVEL	PORTAGENS	TOTAL	OBSERVAÇÕES
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura ^(a)	486,4	1 192,8	234,5	1 427,3	
Francisco José Pinto Silva Narciso ^(b)	507,2	2 407,2	786,3	3 193,5	
João Afonso Almeida da Silva Luz	389,1	1 797,7	1 156,2	2 953,9	
Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança ^(c)	-	-	-	-	
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa ^(d)	456,3	735,1	242,9	977,9	
Isidro Durão Heitor	-	-	-	-	
Rute Isabel Talhadas Cesário	-	-	-	-	
				8 552,6	

Legenda:

(a) Renúncia ao cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(b) Eleição para o cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(c) Renúncia ao cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023

(d) Eleição para o cargo de Vogal Executiva do Conselho de Administração - 21 de abril de 2023 e Renúncia ao cargo a 30 de setembro de 2023

#9 Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSP e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

A SIMARSUL dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado e/ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

#10 Elaboração, de três em três anos, e divulgação interna e no respetivo sítio na internet, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março.

Na prossecução da política não discriminatória a SIMARSUL em 2020 aprovou a Política de Igualdade de Homens e Mulheres. Foi igualmente aprovado em 2020 o Plano para a Igualdade de Género, a implementar no ano de 2021. Foi realizado o Plano para a Igualdade de Género 2022 e, em 2022, o plano a implementar para o ano de 2023. Em 2023 foi igualmente realizado o diagnóstico do respetivo plano e a planificação para 2024.

Ainda relativamente ao Princípio da Igualdade do Género, e de acordo com o referido no n.º 2 da Resolução de Conselho de Ministros 18/2014, a empresa deverá promover, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações, o qual pode ser consultado em <https://www.simarsul.adp.pt/content/igualdade-de-genero>.

Sendo esta temática uma questão relevante para todas as empresas do Grupo AdP, a informação relativa à avaliação das diferenças salariais entre homens e mulheres, faz parte integrante do Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP, para o qual contribuem ativamente todas as empresas, assim como a SIMARSUL. Este documento encontra-se disponível para consulta em: <https://www.adp.pt/pt/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/?id=214>.

#11 Elaboração e divulgação no respetivo sítio na internet do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho

A SIMARSUL, reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

Assim, de forma a dar cumprimento ao Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e face à publicação de um Guião para a elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos da já referida Lei, a SIMARSUL realizou, em 2022, o Diagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2023. O Diagnóstico foi submetido no Portal da Igualdade no Trabalho e nas Empresas e o Plano foi enviado para a CITE e para o SIOE.

Relativamente ao cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3º e do n.º 3 do artigo 6º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, mais se informa que foi efetuada até ao dia 15 de novembro de 2022, conforme Despacho Normativo n.º 12/2022, de 29 de setembro.

Por forma a garantir o cumprimento do estabelecido, o Plano para a Igualdade é publicitado no sítio de Internet da SIMARSUL.

#12 Elaboração e divulgação no respetivo sítio na internet do relatório anual sobre prevenção da corrupção (n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE e artigo 6.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro)8 e do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas9 (artigo 6.º do RGPC)10.

INDICAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DO DEVER DE COMUNICAÇÃO PREVISTO NO RGPC

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei 109-E/2021, de 9 de dezembro, que veio criar o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e aprovar o regime geral de prevenção da corrupção (RGPC), aplicável, entre outras entidades, às empresas públicas, designadamente à AdP SGPS e respetivas empresas participadas, foi desenvolvido em 2022, o Programa de Cumprimento Normativo e respetivo Sistema de Avaliação, cuja aprovação veio a ocorrer no primeiro trimestre de 2023.

Este Programa de Cumprimento Normativo e respetivo Sistema de Avaliação, veio reforçar as ferramentas existentes na AdP SGPS para mitigação e prevenção de fraude organizacional. Com efeito, já desde 2011, em cumprimento, então, da recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, foi implementado um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, divulgado e comunicado internamente, e externamente e que se encontra na internet em <https://www.simarsul.adp.pt/content/plano-de-prevencao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas>.

Paralelamente, dando cumprimento ao n.º 4 do artigo 6.º do RGPC do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, é efetuada anualmente – à semelhança do procedimento adotado desde 2011 - a avaliação do cumprimento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da empresa, sendo elaborado o relatório intercalar (se aplicável) e anual com as respetivas conclusões.

O relatório, para além de ser remetido ao MENAC, Tutela Setorial, Tutela Financeira e aos serviços inspetivos das respetivas áreas governativas é publicitado no sítio de internet da sociedade, podendo ser consultado através da seguinte hiperligação: <https://www.simarsul.adp.pt/content/plano-de-prevencao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas>, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado (SiSEE), da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo **a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão ser sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.**

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º 2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPRCIC, adotado na AdP SGPS em 2011, teve a última versão aprovada pelo seu Conselho de Administração em 18 de janeiro de 2024, encontrando-se prevista a sua revisão no início de 2024, por forma a adaptá-lo às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O grupo AdP, no qual se inclui a SIMARSUL reconhece, tal como é referido no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC, que os relatórios de execução intercalar e anual do Plano, que integram o modelo de integridade, são “instrumentos úteis para uma boa gestão pública, com potencial para a promoção de uma cultura sã de prevenção de riscos, para a sistematização de procedimentos, para o incremento da transparência e do rigor, bem como para a promoção da qualidade do serviço público”, e contribuem para “o aperfeiçoamento do trabalho já desenvolvido”. Os relatórios vêm ainda reforçar a transparência na aplicação dos princípios de boa governação em alinhamento com o enquadramento legal e com as convenções multilaterais neste domínio.

Não se encontrando identificados eventos de risco classificados como Elevado no âmbito do PPRCIC em 2023, não foi efetuada qualquer avaliação intercalar nem elaborado o relatório intercalar no qual se identificassem os resultados dessa avaliação.

Da avaliação anual do Plano resulta um relatório sobre o seu cumprimento e as situações relativas a atos irregulares conexos com corrupção ocorridos, identificação dos controlos não implementados, implementados mas não eficazes e para os quais são definidos planos para a sua mitigação.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdP SGPS uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O Grupo AdP reforça assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Está igualmente implementada na AdP a obrigatoriedade de entrega à sociedade de declarações de inexistência de conflito de interesse, subscritas pelos Administradores da AdP SGPS e respetivas participadas e ainda, pelos trabalhadores da empresa, no seguimento do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do RGPC do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

Foi ainda implementada a obrigatoriedade de entrega na sociedade de declarações de inexistência de conflitos de interesses, subscritas pelos membros do júri de procedimentos de contratação pública e pelos demais intervenientes em cada processo de análise/avaliação de propostas, designadamente peritos.

Refira-se também a adoção do Código de Conduta e Ética, revisto e divulgado em dezembro de 2021, bem como a aprovação e implementação do Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades do Grupo AdP e Linha de Integridade (canal de denúncias).

A SIMARSUL e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e o empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação Política de Integridade, a Empresa efetuou a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores, visando a definição dos próximos passos, com vista ao seu robustecimento e integral implementação.

Registe-se ainda que em 2019, a Empresa, subscreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor Empresarial a promover a tomada de medidas de

transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

#13 Contratação pública, indicando, designadamente:

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhoras práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

14 Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

#15 Eficiência operacional, prevista nos n.º 1, 2 e 3 do artigo 133.º do DLEO 2023, e evolução dos gastos operacionais, prevista nos n.º 4 e 5 do artigo 133.º do DLEO 2023

O quadro seguinte apresenta a execução comparativa com os períodos anteriores homólogos:

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023 EXEC.	2023 ORÇ.	2022 EXEC.	2019 EXEC.	2023/2022		2023/2019	
					DIF. ABSOL.	VAR. %	DIF. ABSOL.	VAR. %
(0) EBITDA	12 327 158	8 708 399	10 577 210	9 612 419	1 749 948	16,5%	2 714 739	28,2%
(0.i) EBITDA ajustado (a)	8 708 399	5 445 108	8 208 810	6 510 167	499 589	6,1%	2 198 232	33,8%
(1) CMVMC	530 901	539 669	351 177	240 332	179 724	51,2%	290 569	120,9%
(1.i) impacto do aumento dos preços de mercado (b)	73 818	151 218	-	-	73 818	0,0%	73 818	0,0%
(1.ii) impacto da integração do Mun. Setúbal (b)	87 918	119 415	-	-	87 918	0,0%	87 918	0,0%
(2) CMVM corrigido = (1) - (1.i) - (1.ii)*	369 164	269 036	351 177	240 332	17 987	5,1%	128 832	53,6%
(3) FSE	10 244 263	14 508 412	5 843 558	5 124 944	4 400 705	75,3%	5 119 319	99,9%
(3.i) reposição da desinfeção com radiação UV (b)	20 166	151 739	-	-	20 166	0,0%	20 166	0,0%
(3.ii) impacto do aumento dos preços de mercado da energia (b)	2 124 049	3 946 000	-	-	2 124 049	0,0%	2 124 049	0,0%
(3.iii) impacto da integração do Mun. Setúbal (b)	1 144 822	2 184 000	-	-	1 144 822	0,0%	1 144 822	0,0%
(4) FSE corrigido = (3) - (3.i) - (3.ii) - (3.iii)*	6 955 227	8 226 673	5 843 558	5 124 944	1 111 668	19,0%	1 830 282	35,7%
(5) Gastos com o pessoal	4 315 437	4 739 000	3 654 174	3 261 146	661 263	18,1%	1 054 292	32,3%
(5.i) Relativos aos órgãos sociais (c)	351 697	-	288 999	373 758	62 699	21,7%	-22 061	-5,9%
(5.ii) Efeito do cumprimento de disposições legais (c)	24 070	-	276 733	46 469	-252 663	-91,3%	-22 399	-48,2%
(5.iii) Efeito do Acordo para a melhoria do rendimento (despachos de 15-12-2022 e 12-05-2023, SET e SEF) (c)	116 394	-	-	-	116 394	0,0%	116 394	0,0%
(5.iv) Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias (c)	-	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%
(5.v) Efeito dos gastos com indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) (c)	-	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%
(5.vi) Efeito do absentismo (c)	-86 071	-	-98 342	-75 692	12 271	-12,5%	-10 379	13,7%
(5.vii) impacto da integração do Mun. Setúbal (b)	443 951	532 080	-	-	443 951	0,0%	443 951	0,0%
(6) Gastos com o pessoal sem os impactos i) a vi) = (5) - (5.i) - (5.ii) - (5.iii) - (5.iv) - (5.v) - (5.vi) - (5.vii)*	3 465 395	4 206 920	3 186 784	2 916 610	278 611	8,7%	548 785	18,8%
(7) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional	10 789 786	12 702 630	9 381 519	8 281 886	1 408 266	15,0%	2 507 899	30,3%
(8) Volume de negócios (VN)	23 931 186	28 400 138	18 101 783	15 135 324	5 829 403	32,2%	8 795 862	58,1%
(8.i) Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%
(8.ii) Indemnizações Compensatórias	-	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%
(8.iii) impacto da integração do Mun. Setúbal (b)	4 356 823	6 773 124	-	-	4 356 823	0,0%	4 356 823	0,0%
(9) Perda de receita decorrente de fatores excepcionais	1 171 187	-	-	-	1 171 187	0,0%	1 171 187	0,0%
(10) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (8) - (8.i) - (8.ii) - (8.iii) + (9)*	20 745 550	21 627 014	18 101 783	15 135 324	2 643 767	14,6%	5 610 226	37,1%
(11) Peso dos Gastos/Vol. negócios (GO/VN) = (7) / (10)*	52,01%	58,74%	51,83%	54,72%	0,2%	0,4%	-2,7%	-5,0%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	2 881	11 604	3 299	1 778	-418	-12,7%	1 102	62,0%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	217	-	623	628	-407	-65,2%	-411	-65,5%
iii. Gastos associados à Frota automóvel (d)	319 823	264 725	235 575	89 942	84 247	35,8%	229 880	255,6%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	89 824	5 000	45 266	6 700	44 558	98,4%	83 124	1240,6%
(12) Total dos Gastos, cf alínea c) n.º 4 artigo 133.º do DLEO 2023	412 743	281 329	284 763	99 048	127 980	44,9%	313 695	316,7%
N.º Viaturas	46	48	48	42	-2	-4,2%	4	9,5%

(a) - deduzido dos Subsídios ao investimento e do Desvio de Recuperação de Gastos

(b) - conforme relatório de análise 152/2023 da UTAM, sobre o qual foi proferido o Despacho n.º 304/2023-SET

(c) - conforme disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO 2023

(d) - os gastos com viaturas incluem: rendas e amortizações, combustíveis, seguro, manutenção e reparação e pneumática

Tendo presente:

- a) A excecionalidade decorrente da integração do município de Setúbal, aprovada em sede de Plano de Atividades e Orçamento 2023-2025, a avaliação da eficiência operacional relativa ao exercício de 2023 é efetuada com o previsto no referido instrumento de planeamento, conforme despacho conjunto do SET e SEAMB coberto pelo ofício ref.ª 93.04.02.06 de 24 de julho de 2023 do Secretário de Estado do Ambiente, o qual se encontra em anexo.
- b) O acréscimo dos gastos com pessoal face a 31 de dezembro de 2022 encontra-se autorizado pelo Despacho acima referido.

Em face do exposto, a empresa diminuiu o rácio no exercício de 2023 face ao previsto no PAO 2023-2025.

#16 Recursos Humanos e massa salarial (artigo 131.º do DLEO 2023 | Despachos, de 15 de dezembro de 2022 e 12 de maio de 2023, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças)

A evolução do n.º de recursos humanos encontra-se abaixo:

	2023/2022				
	2023 EXEC.	2023 ORÇ.	2022 EXEC.	DIF. ABSOL.	VAR. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	10	11	11	-1	-9,1%
N.º Cargos de Direção (CD)	3	3	3	-	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	117	126	117	-	0,0%
Total	130	140	131	-1	-0,7%
N.º Trabalhadores / N.º CD	39	42	39	-	0,0%
Gastos com Pessal / Total (OS + CD + T)	33 196	33 850	27 894	5 301	15,7%

A evolução da massa salarial, nos termos e para os efeitos previstos nos Despachos de 15 de dezembro de 2022 e de 12 de maio de 2023, dos Senhores Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado das Finanças, é a que se apresenta abaixo:

DESPACHOS DE 15-12-2022 E 15-05-2023, SET E SEF

Taxa de Atualização da massa salarial (2023-2022) - SIMARSUL	3,2%
Taxa de Atualização da massa salarial (2023-2022) - Grupo AdP	5,0%

#17 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do RJSPE, artigo 105.º da LOE 2023 e artigo 91.º do DLEO 2023)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade de os bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC n.º 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

IGCP	1º. TRIMESTRE	2º. TRIMESTRE	3º. TRIMESTRE	4º. TRIMESTRE
Disponibilidades	3 338 483	3 032 708	1 997 133	1 473 895
Aplicações Financeiras	2 340 811	65 813	1 565 813	565 813
	5 679 294	3 098 521	3 562 946	2 039 708

BANCA COMERCIAL	1º. TRIMESTRE	2º. TRIMESTRE	3º. TRIMESTRE	4º. TRIMESTRE
BANCO BPI, SA	39 876	41 808	47 401	32 376
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	29 676	29 371	152 487	152 487
BANCO BANKINTER, SA	2 391	2 283	2 229	2 069
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL	25 173	25 109	25 296	24 999
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	14 488	14 488	1 488	14 488
TOTAL	111 604	113 058	228 900	226 419
Juros auferidos	-	-	-	-

A SIMARSUL detém 90% das suas disponibilidades no IGCP e 10% na Banca Comercial.

#18 Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à Empresa nos últimos três anos.

#19 Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC

A elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º - B ou 508.º - G do CSA, contendo, no mínimo, a informação indicada no n.º 2 dos mencionados artigos, é apresentada nos capítulos relativos à Sustentabilidade e Capital Humano, do presente Relatório de Gestão e Contas, onde consta a informação mínima requerida.

#20 Quadro com informação a constar no site do SEE

Conforme orientações da DGTf a SIMARSUL não divulga informação no sítio do SEE na internet, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais referidas, apresenta-se o quadro seguinte:

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	CUMPRIMENTO			QUANTIFICAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO	
	S	N	NA			
OBJETIVOS DE GESTÃO						#1
Eficiência de Gestão	x			-1,54pp	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Dívida Comercial de devedores municipais		x		114,1%	O indicador não foi atingido de acordo com as metas definidas	#1
Limite ao endividamento	x			-7,7%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Respeito Prazos de Pagamento	x			0	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Rentabilidade		x		1319%	O indicador não foi atingido de acordo com as metas definidas	#1
Plano de Manutenção	x			91,7%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Qualidade das Águas Residuais	x			96,9%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
METAS A ATINGIR CONSTANTES NO PAO 2023						#1
Investimento		x		-7 358 488 €	Ver capítulo 3.4.2	#1
Endividamento	x			-10,75%	Ponto 1 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#1
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			x	-	-	
Gestão do Risco Financeiro	x			3,72%	Ponto 2 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#2
Limites de Crescimento do Endividamento	x			-5,57%	Ponto 3 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#3

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

CUMPRIMENTO

QUANTIFICAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO

S N NA

	S	N	NA		
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (arrears)	x			5 598 €	Ponto 4 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais" #4
Recomendações do Acionista na aprovação de contas			x		Não foram emitidas recomendações #5
Reservas emitidas na última CLC			x		Não foram emitidas reservas #6
REMUNERAÇÕES / HONORÁRIOS					#7
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023	x			9 748 €	Valor da reduções remuneratórias efetuadas em 2022 #7
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP					#8
Não utilização de cartões de crédito	x				A empresa não dispoe de cartões de credito #8
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x				A empresa não reembolsou qualquer despesa de representação pessoal #8
Valor máximo de despesas associadas a comunicações	x			-1 755 €	Ponto 7 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais" #8
Valor máximo de combustíveis e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x			-367 €	Ponto 7 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais" #8
Despesas não documentadas – n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e art.º 11.º do EGP					#9
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x			-	A empresa não procedeu à realização de despesas não documentadas ou confidenciais #9
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014					#10
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	x			-	Ponto 10 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais" #10
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	x			-	Ponto 12 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais" #12
Contratação Pública					#13
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x				Ponto 13 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais" #13
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x		Não foram submetidos contratos a visto prévio do Tribunal de Contas #13
Adesão do Sistema Nacional de Compras Públicas	x				Ponto 14 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais" #14
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	x				Ponto 15 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais" #15
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)					#17
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	x			90%	% disponibilidades e aplicações junto do IGCP em 31 de dezembro de 2023 #17
Disponibilidades e aplicações centralizadas na Banca Comercial	x			226 419 €	Saldo a 31 de dezembro de 2023 #17

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	CUMPRIMENTO			QUANTIFICAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO	
	S	N	NA			
Auditorias do Tribunal de Contas						#18
Recomendações			x		Ponto 16 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#18
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7 da Lei 62/2017, de 1 de agosto	x				Ponto 11 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#11
Apresentação da demonstração não financeira	x				Ponto 19 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"	#19

13. ANEXO AO RELATÓRIO

Nos termos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de acionistas à data de 31 de dezembro de 2023:

ACIONISTAS	N.º DE AÇÕES SUBSCRITAS DA CATEGORIA A	TOTAL DE CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E REALIZADO	% TOTAL DE CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
TOTAL	25 000 000	25 000 000	100,00%

Nos termos do referido artigo do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que nenhum dos acionistas deixou de ser titular das referidas frações do capital, no decorrer de 2023.

Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que nenhum dos membros dos órgãos da administração e fiscalização, são detentores de ações ou obrigações da Empresa, diretamente ou por interposta pessoa.



A group of dolphins is captured in mid-leap, emerging from the deep blue ocean. The dolphins are sleek and grey, with their bodies arched as they move through the air. A large, energetic splash of white water surrounds the dolphins, indicating the point of exit from the water. The background shows the vast, slightly rippled surface of the sea under a clear sky.

CONTAS DO EXERCÍCIO 2023

CONTAS DO EXERCÍCIO

1. CONTAS INDIVIDUAIS

1.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
ATIVOS NÃO CORRENTES			
Ativos Intangíveis	5	148 003 858	152 071 449
Ativos Fixos Tangíveis	5	28 661	30 363
Ativos sob direito de uso	6	156 414	83 906
Outros Ativos Financeiros	7	79 989	2 353 148
Impostos Diferidos Ativos	31	4 807 765	4 561 367
Clientes	9	511 807	757 173
Desvio Tarifário Ativo	8	66 306 638	64 799 963
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CORRENTES		219 895 132	224 657 369
ATIVOS CORRENTES			
Inventários	11	599 954	405 008
Clientes	9	7 258 678	6 317 614
Clientes	31	80 838	-
Outros Ativos Correntes	10	3 288 156	2 706 535
Outros Ativos Financeiros	7	-	47 500
Caixa e seus Equivalentes	12	2 200 673	2 304 649
TOTAL DOS ATIVOS CORRENTES		13 428 300	11 781 306
TOTAL DO ATIVO		233 323 432	236 438 675
Capital Próprio			
Capital Social	13	25 000 000	25 000 000
Reservas e Outros Ajustamentos	13	764 832	652 660
Resultados Transitados	13	44 324 305	42 193 041
Resultado Líquido do Exercício	13	3 027 372	2 243 435
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		73 116 509	70 089 137
PASSIVOS NÃO CORRENTES			
Empréstimos	17	56 043 706	61 534 576
Passivos da locação	6	69 701	39 178
Fornecedores	18	9 211 691	10 633 714
Impostos Diferidos Passivos	31	16 008 303	15 720 969
Acréscimos de Gastos do Investimento Contratual	15	15 313 533	16 049 027
Subsídios ao Investimento	16	51 528 958	53 504 624
TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CORRENTES		148 175 893	157 482 088
PASSIVOS CORRENTES			
Empréstimos	17	5 580 212	5 197 897
Passivos da locação	6	54 958	17 340
Fornecedores e Outros Passivos Correntes	18	6 395 860	3 430 131
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	31	-	222 081
TOTAL DOS PASSIVOS CORRENTES		12 031 030	8 867 450
TOTAL DO PASSIVO		160 206 923	166 349 538
TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO		233 323 432	236 438 675

1.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
Prestações de Serviços	20	23 931 186	18 101 783
Rédito da Construção	20	3 493 180	11 492 047
Defíce/superavit tarifário recup. custo	20	1 506 676	518 795
VOLUME DE NEGÓCIOS		28 931 041	30 112 625
Gasto das Vendas/Variação dos Inventários	21	-530 901	-351 177
Gastos da Construção	20	-3 493 180	-11 492 047
Fornecimentos e Serviços Externos		24 906 960	18 269 401
Gastos com Pessoal	22	-10 244 263	-5 843 558
Amortiz., Depreciações e Reversões do Exercício	23	-4 315 437	-3 654 174
Provisões e Reversões do Exercício	24	-6 882 121	-5 636 670
Perdas por Imparidade e Reversões	26	71	-1 006
Subsídios ao Investimento	16	2 112 083	1 849 605
Outros Gastos e Perdas Operacionais	27	-182 216	-161 081
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	28	50 031	118 023
RESULTADOS OPERACIONAIS		5 445 108	4 940 539
Gastos Financeiros	29	-2 295 483	-2 139 876
Rendimentos Financeiros	30	237 138	197 171
Resultados Financeiros		-2 058 345	-1 942 705
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		3 386 763	2 997 835
Imposto do Exercício	31	-318 455	-799 605
Imposto Diferido	31	-40 936	45 206
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3 027 372	2 243 435

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado Líquido do Exercício	3 027 372	2 243 435
RENDIMENTO INTEGRAL	3 027 372	2 243 435

1.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022	25 000 000	652 660	42 193 041	2 243 435	70 089 137
Aplicação do Res. Líquido do Exercício 2022	-	112 172	2 131 264	-2 243 435	-
Res. Líquido do Exercício 2023	-	-	-	3 027 372	3 027 372
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023	25 000 000	764 832	44 324 305	3 027 372	73 116 509

1.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	24 941 296	19 430 326
Pagamentos a Fornecedores	-12 100 836	-7 573 040
Pagamentos ao Pessoal	-3 362 214	-2 647 472
Pagamentos/Recebimento de IRC	-577 191	-868 816
Outros Pagamentos/Recebimentos relativos à Atividade Operacional	360 563	-109 257
Pagamentos Segurança Social	-1 071 635	-781 729
Pagamentos de Outros Impostos	-174 722	-125 374
	8 015 262	7 324 638
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos de Investimentos Financeiros	2 341 827	47 500
Recebimentos de Ativos Fixos Tangíveis	-	-
Recebimentos de Ativos Intangíveis	-	-
Recebimentos de Subsídios de Investimento	-	-
Pagamentos de Investimentos Financeiros	-	-
Pagamentos de Ativos Fixos Tangíveis	-	-
Pagamentos de Ativos Intangíveis	-	-
Pagamentos de Ativos Fixos Tangíveis e intangíveis em curso	-3 363 695	-4 540 001
	-1 021 868	-4 492 501
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de Empréstimos Obtidos	-	-
Recebimentos de Locações Financeiras	-	-
Recebimentos de Juros e Gastos Similares	-	-
Recebimentos de Suprimentos	-	-
Pagamentos de Empréstimos Obtidos	-5 141 000	-4 900 365
Pagamentos de Locações Financeiras	-57 802	-84 878
Pagamentos de Juros e Gastos Similares	-1 898 568	-2 106 723
Pagamentos de Suprimentos	-	-
	-7 097 370	-7 091 966
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		
Caixa e seus Equivalentes no Início do exercício	2 304 649	6 564 479
Caixa e seus Equivalentes no Fim do exercício (Nota 12)	2 200 673	2 304 649

DECOMPOSIÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (EUROS)

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	100	100
Depósitos à Ordem (Nota 12)	2 200 573	2 304 549
	2 200 673	2 304 649
Descobertos Bancários	-	-
	2 200 673	2 304 649
RENDIMENTO INTEGRAL	3 027 372	2 243 435

1.5 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. ATIVIDADE ECONÓMICA

1.1. INTRODUÇÃO

A SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (adiante designada também por SIMARSUL ou Empresa ou Sociedade) com um capital social de 25.000.000 euros, e sede social em Sesimbra, foi criada através do Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, sendo responsável pela exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

Este sistema abrange a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

1.2. ATIVIDADE

A SIMARSUL tem como atividade principal o tratamento e a rejeição de efluentes.

O Sistema integra como utilizadores no saneamento de águas residuais sete municípios, a saber:

Os municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

A atividade da SIMARSUL vigorará por um período de 30 anos, período definido para a concessão que termina no último dia civil do trigésimo ano, i.e., 31 de dezembro de 2046. A atividade é regulada pelo contrato de concessão outorgado entre o Estado Português e a SIMARSUL, à data de 17 de abril de 2017. Este contrato, previsto no decreto-lei da constituição da sociedade, integra um estudo de viabilidade económica e financeira que fixa um conjunto de pressupostos relevantes, entre os quais se destacam as regras e os valores definidos para as tarifas e o cálculo dos desvios de recuperação de gastos

De acordo com o contrato de concessão, o valor do desvio de recuperação de gastos a reconhecer anualmente fica sujeito a aprovação pela entidade reguladora do setor (ERSAR) até ao final de fevereiro do ano seguinte a que respeita.

1.3. ACIONISTAS

A SIMARSUL é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um Capital Social de 25 000 000 euros, integralmente realizado.

São acionistas da SIMARSUL:

ACIONISTAS	Nº. DE AÇÕES SUBSCRITAS DA CATEGORIA A	TOTAL DE CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E REALIZADO	% TOTAL DE CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
TOTAL	25 000 000	25 000 000	100,00%

1.4. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 5 de março de 2024. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da SIMARSUL foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS (DUI)

2.2.1. CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma as Empresas concessionárias do Grupo prestam dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor; e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das Empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da Empresa é o do intangível. Deste modo, as Empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) como concessionárias classificam as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.2.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos aos ativos intangíveis em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

CONCESSÃO	PRAZO	PERÍODO	RENUMERAÇÃO ACIONISTA	
			TAXA	INCIDÊNCIA ⁽¹⁾
Concessão	30 anos	2017-2046	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal

(1) A remuneração OT 10 anos + 3% incide sobre o capital social e reserva legal. Adicionalmente sobre os dividendos em dívida incide remuneração equivalente à OT 10 anos.

2.2.3. AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira, tendo como base os caudais (água e efluentes) faturados nesse exercício e os caudais a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

CONTRATO DE CONCESSÃO - INVESTIMENTO (EUROS)	PRAZO DO CONTRATO DE CONCESSÃO	CAUDAIS (EVEF NÃO SUBMETIDO) (M ³)	TAXA MÉDIA AMORTIZAÇÃO 2022
268 508 343	30 anos	1 091 510 823	3,88%

2.2.4. ACRÉSCIMOS DE GASTOS PARA INVESTIMENTOS CONTRATUAIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da SIMARSUL, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Salienta-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.5. DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção da sociedade concessionária extinta em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. A SIMARSUL regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal, registando, me simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção da sociedade concessionária do sistema agregado nos termos do presente Decreto-Lei, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais da sociedade.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção da sociedade concessionária do sistema agregado em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de demonstração de posição financeira, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.2.6. RÉDITO – SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da SIMARSUL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 5.4.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 6.2 – vida útil de locações
- Nota 8.2. – Estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 9.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 14.2 – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 31.1 – estimativa de impostos e impostos diferidos

2.4. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração de posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração de posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração de posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração de posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS

3.1. ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentada nos comparativos.

3.2. NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2023

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IAS 12 – International Tax Reform – Pillar two model rules	Isenção temporária nos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com o Pilar 2 do imposto sobre o rendimento.	Imediatamente ou 1 de Janeiro de 2023

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da SIMARSUL.

3.3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2024 ou posteriores e que a SIMARSUL não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela UE

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 1 - Passivos não correntes com “covenants”	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

- Ainda não endossadas pela UE

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis.	1 de janeiro de 2024
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da SIMARSUL após 1 de janeiro de 2024.

3.4. NORMAS EM REVISÃO

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o Exposure Draft da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, caso a taxa regulatória não permita compensar a Empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a Empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao Exposure Draft identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e em 2023 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao Exposure Draft. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do Exposure Draft.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

4.1. FATORES DE RISCO

As atividades da SIMARSUL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2. RISCO DE MERCADO

4.2.1. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da SIMARSUL advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da SIMARSUL.

		31.12.2023	31.12.2022
Juros Suportados	Real	2 295 483	2 139 876
Juros Suportados	Tx Média +1%	2 911 722	2 807 201
Juros Suportados	Tx Média -1%	1 679 244	1 472 551

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de um ano.

4.2.2. RISCO DE PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais da SIMARSUL em energia e combustíveis, representam aproximadamente 36% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato. A SIMARSUL estima que para o próximo ano os custos com eletricidade venham a aumentar significativamente decorrente do término do contrato que se encontrava em vigor e da atual conjuntura.

4.3. RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da SIMARSUL pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A SIMARSUL efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da SIMARSUL por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

RISCO DE LIQUIDEZ	< 1 ANO	1 A 5 ANOS
Financiamentos	5 287 618	25 398 440
Fornecedores e Outros Passivos	6 395 860	-

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que a SIMARSUL escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a SIMARSUL não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a SIMARSUL dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos não Correntes	56 043 706	61 534 576
Empréstimos Correntes	5 580 212	5 197 897
Disponibilidades	-2 200 673	-2 304 649
Dívida	59 423 245	64 427 824
Subsídios ao Investimento	51 528 958	53 504 624
Total do Capital Próprio	73 116 509	70 089 137
Total do Capital (Subsídios + Total Capital Próprio)	124 645 467	123 593 761
Dívida/Total do Capital	0,48	0,52

O objetivo da SIMARSUL em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração de posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da SIMARSUL, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da SIMARSUL é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da SIMARSUL assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

4.4. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a SIMARSUL estando sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de saneamento).

A composição da carteira de clientes do SIMARSUL tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados; (ii) particulares, institucionais e Empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 9) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 30).

O Conselho de Administração da SIMARSUL continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da SIMARSUL a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2023 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração de posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração de posição financeira.

ACTIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	31.12.2023
Depósitos à Ordem	1 700 573
Depósitos Prazo ⁽¹⁾	500 000
Caixa	100
	2 200 673

RATING	31.12.2023
BCP	BBB-
BPI	BBB+
Montepio Geral	B+
CGD	BBB
Bankinter	A-
IGCP	A-

Fonte - Moody's

ACTIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	RATING	31.12.2023
BCP	BB	14 611
BPI	BBB	20 777
Montepio Geral	Ba2	25 296
CGD	Baa2	29 676
Bankinter	A-	2 581
IGCP	BBB+	2 211 608
DEPÓSITOS À ORDEM		2 304 549
BCP	BB	-
BPI	BBB	-
Montepio Geral	Ba2	-
CGD	Baa2	-
Bankinter	A-	-
IGCP	BBB+	2 340 811
DEPÓSITOS A PRAZO		2 340 811

4.5. RISCO DE EXPLORAÇÃO

4.5.1. RISCO DE CATASTROFE

A SIMARSUL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a SIMARSUL têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2. RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Direito de Utilização de Infraestruturas (“DUI”)

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.2.

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

IMPARIDADE

Os ativos da SIMARSUL são analisados à data de cada demonstração de posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da SIMARSUL. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a SIMARSUL efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2. ESTIMATIVA E JULGAMENTO

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com os respetivos contratos de concessão. No fim das concessões o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da concessão da SIMARSUL de rendimento garantido, alterações nos caudais não tem impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 2.2.5).

Na determinação do investimento contratual a SIMARSUL utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou Estudos de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com conseqüente impacto nas demonstrações financeiras da SIMARSUL.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SIMARSUL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas a SIMARSUL.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue:

A SIMARSUL não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

	31.12.2023	31.12.2022
Direitos de Utilização de Infra-Estruturas (DUI)	148 003 858	152 071 449
	148 003 858	152 071 449

VALOR BRUTO	31.12.2022	AUMENTOS	ABATES	ALIENAÇ.	RECLASS.	TRANSFER	31.12.2023
DUI	224 580 718	1 436 401	-	-	-	758 048	226 775 167
DUI em Curso	1 665 857	2 056 779	-	-	-	-758 048	2 964 587
	226 246 575	3 493 180	-	-	-	-	229 739 755

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

DUI	-74 175 125	-5 873 466	-	-	-	-1 687 306	-81 735 897
Ajustamentos de Amortizações			-	-	-	-	-
	-74 175 125	-5 873 466	-	-	-	-1 687 306	-81 735 897
Valor Líquido	152 071 449	-2 380 286	-	-	-	-1 687 306	148 003 858

No ano de 2023 a transferência no montante de 758.048 euros para a rubrica “Direito de utilização de infraestruturas” é explicada essencialmente pela entrada em funcionamento ou término das obras em várias infraestruturas da SIMARSUL (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de saneamento).

Na sequência da entrada em funcionamento ou término de obras destas infraestruturas, foi reclassificado da rubrica “Acréscimo de gastos de investimento contratual” para amortizações acumuladas do Direito de utilização de infraestruturas um montante de 1.687.306 euros.

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica “Ativos intangíveis em curso” corresponde a obras em curso em infraestruturas da SIMARSUL (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de saneamento).

5.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.4.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor da demonstração de posição financeira.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

DEPRECIAÇÕES

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Equipamento básico	8 - 33
Ferramentas e utensílios	33
Equipamento administrativo	4

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

IMPARIDADE

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela SIMARSUL. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contábilística e alvo de aplicação prospectiva.

DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

DESRECONHECIMENTO

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contábilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

5.4.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SIMARSUL tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas a SIMARSUL.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.4.3. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Outros Tangíveis	28 661	30 363
	28 661	30 363

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício de 2022 é como segue:

VALOR BRUTO	31.12.2022	AUMENTOS	ABATES	ALIENAÇ.	RECLASS.	TRANSFER	31.12.2023
Ativos Tangíveis - Outros	37 684			-	-	-	37 684
	37 684	-	-	-	-	-	37 684
VALOR BRUTO	31.12.2022	AUMENTOS	ABATES	ALIENAÇ.	RECLASS.	TRANSFER	31.12.2023
Ativos Tangíveis - Outros	-7 321	-1 702					-9 023
	-7 321	-1 702	-	-	-	-	-9 023
VALOR LÍQUIDO	30 363	-1 702	-	-	-	-	28 661

6. LOCAÇÕES

6.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As locações nas quais a SIMARSUL é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a SIMARSUL reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A SIMARSUL reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso. A SIMARSUL apenas tem locações enquanto locatária.

A) CONTABILIZAÇÃO NOS LOCATÁRIOS

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DA LOCAÇÃO

Na data de início da locação a SIMARSUL reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

- *Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)*

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

- *Mensuração inicial do passivo da locação*

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expeável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DA LOCAÇÃO

- *Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso*

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Licenças de software	3
Equipamento de transporte	1 - 4

- **Mensuração subsequente do passivo da locação**

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a SIMARSUL mensura o passivo da locação por:

- I. Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- II. Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- III. Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

EXPEDIENTES PRÁTICOS UTILIZADOS PELA SIMARSUL ENQUANTO LOCATÁRIO

A SIMARSUL utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- I. Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- II. Contratos de locação com término contratual até 12 meses são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- III. Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a SIMARSUL é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

6.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

6.3. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2023 e no exercício de 2022 e o respectivo movimento ocorrido naquelas datas é como segue:

31.12.2022

ATIVOS SOB DIREITO DE USO	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos sob direito de uso que em 31.12.2018 estavam classificados como locações operacionais (IAS 17)			
Equipamento de transporte	80 954	(24 392)	56 562
Licenças	89 490	(62 146)	27 344
	170 444	(86 538)	83 906

EXERCÍCIOS DE 2023

AUMENTOS DO EXERCÍCIO NO VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	ABATES E DIMINUIÇÕES DO EXERCÍCIO NO VALOR BRUTO	ABATES E DIMINUIÇÕES DO EXERCÍCIO NAS AMORTIZAÇÕES
27 322	(25 010)	(11 765)	11 765
100 327	(30 131)	(89 490)	89 490
127 649	(55 141)	(101 255)	101 255

31.12.2023

VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
96 511	(37 637)	58 874
100 327	(2 787)	97 540
196 838	(40 424)	156 414

6.4. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

PASSIVOS DA LOCAÇÃO	31.12.2023	31.12.2022
Correntes	54 958	17 340
Não correntes	69 701	39 178
	124 659	56 518

CAPITAL EM DÍVIDA DO ATIVO SOBRE DIREITO DE USO	31.12.2023	31.12.2022
Terrenos e Edifícios e outras construções	59 442	56 518
Equipamento de transporte e outros equipamentos	65 217	-
	124 659	56 518

FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 ano	60 336	19 784
De 1 a 5 anos	72 530	40 664
Mais de 5 anos	-	-
	132 866	60 449

JUROS	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 ano	5 379	2 444
De 1 a 5 anos	2 828	1 487
Mais de 5 anos	-	-
	8 207	3 931

VALOR PRESENTE DOS PAGAMENTOS MÍNIMOS	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 ano	54 958	17 340
De 1 a 5 anos	69 701	39 178
Mais de 5 anos	-	-
	124 659	56 518

6.5. PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO

TOTAL DE PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO	31.12.2023	31.12.2022
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	57 802	84 878
Contabilizadas como despesa em resultados	181 078	71 512
	238 880	156 390

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

7.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na respetiva nota 13.1.

7.2. DETALHE

O detalhe dos outros ativos financeiros não correntes em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos a Prazo	74 989	2 348 148
Investimento Financeiro	5 000	5 000
	79 989	2 353 148

O detalhe dos outros ativos financeiros correntes em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Juros a receber aplicação IGCP	-	47 500
	-	47 500

8. DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

8.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.2.5

8.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 92, 93 e 94/2015 de 29 de maio ('DL das Agregações'), DL 16/2017 de 1 de fevereiro, DL 34/2017 de 24 de março e dos contratos de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

8.3. DETALHE E MOVIMENTO

	31.12.2022	DRG GERADO 2023	31.12.2023
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	64 281 168	518 795	64 799 963

Relativamente ao DRG de 2023, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

9. CLIENTES

9.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
3. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da Empresa, a SIMARSUL apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da SIMARSUL).

AVALIAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO PARA A GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS CONTRATUAIS DOS ATIVOS FINANCEIROS (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a SIMARSUL determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado.

RECONHECIMENTO INICIAL

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a SIMARSUL não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, a SIMARSUL valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da SIMARSUL, a SIMARSUL apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a SIMARSUL recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela SIMARSUL no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

CRÉDITO ABATIDO AO ATIVO (WRITE-OFF)

A SIMARSUL reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela SIMARSUL se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas "Clientes" e "Outros ativos", a SIMARSUL aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da demonstração de posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de demonstração de posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a SIMARSUL não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a SIMARSUL alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

POLÍTICA DE DESRECONHECIMENTO

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contábilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido da demonstração de posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração de posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contábilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração de posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração de posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

9.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da SIMARSUL não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor da demonstração de posição financeira do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da SIMARSUL.

Conforme divulgado na nota 4.4. face à tipologia de clientes da SIMARSUL para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas nas concessões ou parcerias serem considerados como um gasto aceite no Desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da SIMARSUL.

9.3. DETALHE MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe de Clientes é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Clientes Municípios	7 254 064	6 716 769
Clientes Diretos e Utilizadores	241 493	241 639
Clientes Empresas Subsidiárias	330	330
Outras Dívidas	274 599	116 049
	7 770 485	7 074 787

A rubrica “Clientes municípios” e de “Clientes Diretos e Utilizadores” corresponde a saldos a receber no âmbito da atividade de tratamento de águas residuais, a rubrica de “Outras Dívidas” corresponde a valores faturados decorrentes das empreitadas.

A decomposição da Rubrica “Clientes municípios” é a que se segue a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	31.12.2023	31.12.2022
Clientes Municípios	4 119 477	3 353 245
Clientes Municípios TRH e/ou TGR	97 045	87 384
Clientes Municípios Injunções	1 859 231	1 859 231
Clientes Municípios Juros de Mora	421 137	421 137
Clientes Municípios Cobrança Duvidosa	-	-
Clientes Municípios Imparidades	-	-
Clientes Municípios Acordos	757 173	995 772
	7 254 064	6 716 769

A rubrica “Municípios Acordos”, corresponde a saldos a receber no âmbito do acordo assinado com o Município do Barreiro em 16 de dezembro de 2021 (*acordo de regularização de dívida não enquadrado no DL 5/2019, de 14 de janeiro*).

	31.12.2023	31.12.2022
Clientes Municípios - não Correntes	511 807	757 173
Clientes Municípios - correntes	6 742 257	5 959 596
Outros Clientes - correntes	516 422	358 018
	7 770 485	7 074 787

A rubrica “Clientes Municípios Não Correntes”, corresponde a saldo a receber após 31 de dezembro de 2024 no âmbito do acordo assinado com o Município do Barreiro em 16 de dezembro de 2021.

As rubricas de “Clientes Diretos e Utilizadores”, “Clientes Empresas Subsidiárias” e “Outras Dívidas” são integralmente compostas de montantes correntes (até 1 ano).

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

	NÃO VENCIDA	VENCIDA ATÉ 90 DIAS	VENCIDA DE 90 A 120 DIAS	VENCIDA DE 120 A 240 DIAS	VENCIDA DE 240 A 360 DIAS	VENCIDA À MAIS DE 360 DIAS	TOTAL VENCIDO	TOTAL DA DÍVIDA	TOTAL FATURADO 2023
Município Alcochete	68 734	-	-	-	-	2 280 368	2 280 368	2 349 102	802 025
Município Barreiro	1 090 583	380 040	-	-	-	-	380 040	1 470 623	1 909 715
Município Moita	238 212	3 105	-	-	-	-	3 105	241 317	2 403 246
Município Montijo	542 710	-	-	-	-	-	-	542 710	2 739 695
Município Palmela	380 498	-	-	-	-	-	-	380 498	2 013 021
Município Seixal	1 240 876	-	-	-	-	-	-	1 240 876	6 269 816
Município Sesimbra	423 255	234 302	-	-	-	-	234 302	657 556	2 262 078
Município Setúbal	369 929	-	-	1 452	-	-	1 452	371 382	4 356 823
	4 354 797	617 446	-	1 452	-	2 280 368	2 899 266	7 254 064	22 756 419

Na data de elaboração deste relatório, a dívida do Município do Barreiro foi regularizada em parte.

RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2023 evidencia-se no quadro abaixo os riscos de crédito por tipo de clientes da SIMARSUL.

TIPOLOGIA DE CLIENTES	MUNICIPIOS (1)	GRANDES CLIENTES INDUSTRAIS E OUTRAS ENTIDADES	EMPRESAS DO GRUPO	TOTAL
Risco	Baixo	Médio	Baixo	
Exposição bruta	7 255 368	517 027	330	7 772 725
Imparidade	-1 304	-935	-	-2 239
Exposição líquida (31.12.2023)	7 254 064	516 092	330	7 770 485

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

10. OUTROS ATIVOS

10.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgação na nota 9.1.

10.2. DETALHE MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe de Outros ativos é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Fundos Comunitários	2 302	2 302
Outros Devedores	5 949	5 685
Acrescimos de Rendimentos e Gastos Diferidos	1 567 060	1 513 060
	1 575 312	1 521 047

	31.12.2023	31.12.2022
IVA a Receber	1 185 488	1 048 126
IVA Reembolsos Pedidos	-	-
Outras Contribuições	-	-
EOEP Ativo	1 185 488	1 048 126

11. INVENTÁRIOS

11.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

11.2. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Peças de Manutenção	380 838	203 943
Matérias Subsidiárias	219 117	201 065
	599 954	405 008

As matérias subsidiárias registadas em inventários correspondem aos reagentes utilizados no processo de tratamento de águas residuais.

12. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

12.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

12.2. DETALHE

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	100	100
Depósitos à Ordem	2 200 573	2 304 549
	2 200 673	2 304 649

13. CAPITAL PRÓPRIO

13.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

CAPITAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

DIVIDENDOS

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

13.2. CAPITAL SOCIAL

O capital no montante de 25.000.000 euros é constituído por 25.000.000 ações de 1 euro cada e encontra-se integralmente realizado.

		CAPITAL SUBSCRITO 31.12.2023	CAPITAL REALIZADO 31.12.2023
AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA	51,0%	12 750 000	12 750 000
Município Alcochete	1,5%	375 455	375 455
Município Barreiro	9,1%	2 274 305	2 274 305
Município Moita	3,6%	893 590	893 590
Município Montijo	4,5%	1 127 290	1 127 290
Município Palmela	4,6%	1 156 040	1 156 040
Município Seixal	11,3%	2 819 950	2 819 950
Município Sesimbra	2,1%	529 585	529 585
Município Setúbal	12,3%	3 073 785	3 073 785
	100,0%	25 000 000	25 000 000

13.3. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o resultado líquido por ação é o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado Líquido	3 027 372	2 243 435
Número Médio de ações (1,00Eur/cada)	25 000 000	25 000 000
Resultado por ação	0,12	0,09

13.4. RESERVAS E OUTROS AJUSTAMENTOS

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	31.12.2022	AFECT. RES. LIQUIDO	AJUSTAMENTOS	RES. LIQUIDO	31.12.2023
Capital	25 000 000	-	-	-	25 000 000
Reservas e Outros Ajustamentos ^{8(*)}	652 660	1 12 172	-	-	764 832
Resultados Transitados	42 193 041	2 131 264	-	-	44 324 305
Resultado Líquido do Exercício	2 243 435	-2 243 435	-	3 027 372	3 027 372
	70 089 137	-	-	3 027 372	73 116 509

Legenda:

(*) - os valores apresentados correspondem à Reserva Legal

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica "Outras reservas", no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

14.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PROVISÕES

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a SIMARSUL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração de posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

PASSIVOS CONTINGENTES

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da SIMARSUL. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A SIMARSUL procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

ATIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes são potenciais ativos da SIMARSUL que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A SIMARSUL procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

14.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A SIMARSUL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. Com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

14.3. PROVISÕES

A Simarsul não tem qualquer montante para provisões.

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A SIMARSUL faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

GARANTIAS

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas pela SIMARSUL demonstram-se como se segue:

ENTIDADE	OBRIGAÇÃO GARANTIDA	MONTANTE GARANTIDO	DATA
Montepio Geral	Indemnizações relativas a expropriações	21 956	01/09/2009
Bankinter	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	3 450	24/10/2018
		25 406	

15. ACRESCIMOS DE GASTO DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

15.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Ver política contabilística na nota 2.2.4.

15.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe do acréscimo de gastos de investimento contratual é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	15 313 533	16 049 027
	15 313 533	16 049 027

MOVIMENTOS DO PERÍODO

O movimento ocorrido no acréscimo de gastos de investimento contratual no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício de 2022 é como segue:

	31.12.2022	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	31.12.2023
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	16 049 027	951 812	1 687 306	15 313 533
	16 049 027	951 812	1 687 306	15 313 533

16. SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO

16.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a SIMARSUL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

16.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Fundos Comunitários	48 200 336	50 057 642
Fundo Ambiental	15 306	
Integração de Património	3 313 316	3 446 982
	51 528 958	53 504 624

	31.12.2022	RESULTADOS	AUMENTOS	REGULARIZAÇÕES	31.12.2023
Fundos Comunitários	50 057 642	-1 964 845	-	107 539	48 200 336
Fundo Ambiental	-	-14 694	30 000	-	15 306
Integração de Património	3 446 982	-133 666	-	-	3 313 316
Outros Subsídios	-	1 121	-	-	-
	53 504 624	-2 112 083	30 000	107 539	51 528 958

Em 2023 foi reconhecido um subsídio de fundo ambiental de 30.000 euros relativo a política de frota verde do grupo AdP por substituição das viaturas a combustão por viaturas 100% elétricas.

17. EMPRÉSTIMOS

17.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos” e “Fornecedores e outros passivos”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A SIMARSUL apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a SIMARSUL liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração de posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

17.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe dos empréstimos obtidos é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos Bancários BEI	61 534 576	66 643 131
Não Correntes	61 534 576	66 643 131
Empréstimos Bancários BEI	5 197 897	5 017 313
Correntes	5 197 897	5 017 313
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS	66 732 473	71 660 445

	31.12.2022	AUMENTOS (1)	REMBOLSOS	31.12.2023
Empréstimos Bancários BEI	71 660 445	32 445	4 960 416	66 732 473
	71 660 445	32 445	4 960 416	66 732 473

(1) Os aumentos em 2023 não são contratação de novos financiamentos mas relevação contabilística do custo amortizado do ano no montante de € 32.445.

EMPRÉSTIMOS POR MATURIDADE

O reembolso de capital dos empréstimos BEI a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 tem a seguinte maturidade:

	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 ano	5 287 618	5 197 897
De 1 a 2 anos	5 771 585	5 523 315
De 2 a 3 anos	6 114 490	5 771 585
De 3 a 4 anos	6 416 570	6 114 490
De 4 a 5 anos	7 095 795	6 416 570
Superior a 5 anos	30 937 860	37 708 616
	61 623 918	66 732 473

EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os empréstimos BEI apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

TAXA DE JURO FIXA	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 anos	5 287 618	5 197 897
De 1 a 2 anos	5 771 585	5 523 315
De 2 a 3 anos	6 114 490	5 771 585
Superior a 3 anos	44 450 225	50 239 676
	61 623 918	66 732 473

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas e não utilizadas.

	31.12.2023	31.12.2022
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	1 000 000	1 000 000
	1 000 000	1 000 000

18. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

18.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a SIMARSUL adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

18.2. DETALHE

Em 31 de dezembro de 2023 encontra-se em dívida não corrente o montante de 9.211.691 euros relativo a dívidas a liquidar aos municípios pela integração do património.

	31.12.2023	31.12.2022
Dívida ao Município Alcochete	103 268	108 620
Dívida ao Município Barreiro	102 600	107 618
Dívida ao Município Moita	105 112	110 560
Dívida ao Município Montijo	190 778	200 666
Dívida ao Município Palmela	482 988	508 021
Dívida ao Município Seixal	1 014 457	1 067 036
Dívida ao Município Sesimbra	794 495	835 674
Dívida ao Município Setúbal	6 417 994	7 695 520
	9 211 691	10 633 714

O valor em dívida ao Município de Setúbal teve por base a melhor estimativa do trabalho realizado entre a SIMARSUL e Município de Setúbal para a avaliação das Infraestruturas integradas em dezembro de 2022. É a melhor estimativa da Administração a 31 de dezembro de 2023, por se tratar de um montante já acordado com o Município de Setúbal, não obstante deste ainda vir a ser alvo de aprovação formal por parte de uma Comissão de Avaliação.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe de fornecedores e outros passivos correntes é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de Investimentos	2 468 601	223 338
Fornecedores Gerais	1 095 955	1 123 094
Fornecedores Empresas do Grupo	117 049	-
Fornecedores Facturas em Receção e Conferência	69 554	13 526
	3 751 160	1 359 958

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as rubricas de acréscimos, diferimentos e outros credores tem o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
Acréscimos com Férias e Subsídio de Férias	519 872	487 898
Outros Acréscimos e Diferimentos	1 159 076	636 132
Outros Credores	223 530	276 091
	1 902 478	1 400 121

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
IVA a Pagar	-	-
Retenções - IRS	22 841	77 385
Retenções - Segurança Social	74 478	120 389
Outras Contribuições	644 903	472 278
EOEP PASSIVO	742 222	670 052

Em resumo, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe de fornecedores e outros passivos é o que se segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores não correntes	9 211 691	10 633 714
PASSIVO - NÃO CORRENTES	9 211 691	10 633 714
Fornecedores de Investimentos	2 468 601	223 338
Fornecedores Gerais	1 095 955	1 123 094
Fornecedores Empresas do Grupo	117 049	-
Fornecedores Facturas em Receção e Conferência	69 554	13 526
Acréscimos com Férias e Subsídio de Férias	519 872	487 898
Outros Acréscimos e Diferimentos	1 159 076	636 132
Outros Credores	223 530	276 091
IVA a Pagar	-	-
Retenções - IRS	22 841	77 385
Retenções - Segurança Social	74 478	120 389
Outras Contribuições	644 903	472 278
PASSIVO - CORRENTES	6 395 860	3 430 131

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

	ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL	ATIVOS E PASSIVOS NÃO CLASSIFICADOS COMO INSTRUMENTOS FINANCEIROS	TOTAL DA DEMONSTRAÇÃO DE POSIÇÃO FINANCEIRA A 31.12.2023
Ativos intangíveis	-	-	-	148 003 858	148 003 858
Ativos Fixos Tangíveis	-	-	-	28 661	28 661
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-
Ativos sobre direito de uso	-	-	-	156 414	156 414
Investimentos financeiros	79 989	-	79 989	-	79 989
Impostos diferidos ativos	-	-	-	4 807 765	4 807 765
Desvio Tarifário Ativo	-	-	-	66 306 638	66 306 638
Inventários	-	-	-	599 954	599 954
Clientes	7 770 485	-	7 770 485	-	7 770 485
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	80 838	80 838
Estado e outros entes públicos	-	-	-	1 712 845	1 712 845
Outros ativos correntes	1 575 312	-	1 575 312	-	1 575 312
Caixa e seus equivalentes	-	-	-	2 200 673	2 200 673
TOTAL DO ATIVO	9 425 786	-	9 425 786	223 897 646	233 323 432

	ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL	ATIVOS E PASSIVOS NÃO CLASSIFICADOS COMO INSTRUMENTOS FINANCEIROS	TOTAL DA DEMONSTRAÇÃO DE POSIÇÃO FINANCEIRA A 31.12.2023
Provisões	-	-	-	-	-
Responsabilidades com pensões	-	-	-	-	-
Empréstimos não correntes	-	56 043 706	56 043 706	-	56 043 706
Passivos de locação não correntes	-	69 701	69 701	-	69 701
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	9 211 691	9 211 691	-	9 211 691
Impostos diferidos passivos	-	-	-	16 008 303	16 008 303
Acréscimos custos inv. contratual	-	-	-	15 313 533	15 313 533
Subsídios ao investimento	-	-	-	51 528 958	51 528 958
Desvio Tarifário Passivo	-	-	-	-	-
Empréstimos correntes	-	5 580 212	5 580 212	-	5 580 212
Fornecedores	-	3 751 160	3 751 160	-	3 751 160
Passivos de locação correntes	-	54 958	54 958	-	54 958
Outros passivos correntes	-	1 902 478	1 902 478	-	1 902 478
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-	-	742 222	742 222
TOTAL DO PASSIVO	-	76 613 907	76 613 907	83 593 016	160 206 923

20. RÉDITO DE CONTRATO COM CLIENTES

20.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da SIMARSUL. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a SIMARSUL avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a SIMARSUL efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das prestações de serviços efetuadas pela SIMARSUL, existe apenas uma obrigação de desempenho (“performance obligation”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato com a prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- *Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento*

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

- *Atividade não regulada*

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.6.

20.2. DETALHE

O rédito de contratos com clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
Prestação de Serviços a Municípios	23 931 186	18 101 783
Rédito da Construção	3 493 180	11 492 047
Desvio de Recuperação de Gastos	1 506 676	518 795
	28 931 041	30 112 625

Em 2023 registou-se um aumento de 32 % da prestação de serviços justificado essencialmente pelo aumento da tarifa e da plena integração como cliente do Município de Setúbal.

21. GASTO DAS VENDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
CMVMC - Matérias Subsidiárias	530 901	351 177
	530 901	351 177

Os gastos com vendas compreendem essencialmente as matérias subsidiárias utilizadas no processo de tratamento de água residual para rejeição no meio ambiente.

22. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

22.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria Empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração de posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

22.2. DETALHE

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhos Especializados	2 871 569	2 095 638
Conservação e Reparação	2 511 725	1 879 360
Energia	3 636 309	918 317
Combustíveis	77 036	91 429
Rendas	298 516	160 535
Seguros	151 624	128 613
Outros FSE's	697 485	569 666
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
	10 244 263	5 843 558
FSE's Capitalizados	10 244 263	5 843 558

A rubrica de energia representa cerca de 35% do peso total dos fornecimentos e serviços, sendo uma das componentes mais representativa. As rubricas de trabalhos especializados e de conservação e reparação têm um peso de cerca de 28% e 25% do total desta rubrica, respetivamente. O conjunto destas três rubricas representa 88% do total de FSE.

Os motivos do aumento dos gastos com energia verificados no ano 2023 encontram-se explanados no ponto 1.4 (A energia) da parte B – Relatório de Gestão.

23. GASTOS COM PESSOAL

23.1. DETALHE

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
Remunerações	2 961 503	2 552 660
Encargos Sociais sobre Remunerações	664 487	571 522
Outros Gastos com Pessoal	337 750	240 993
	3 963 740	3 365 175

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta um aumento decorrente do aumento de quadro do pessoal em resultado da contratação de novos trabalhadores previstos nos Planos de Atividades e Orçamentos (PAO) de 2023 que foi aprovado a 21 de julho de 2023, conforme Despacho Conjunto.

De referir que apesar da SIMARSUL substituir os trabalhadores que saem da empresa ficaram por contratar 7 trabalhadores previstos no PAO 2023.

	31.12.2023	31.12.2022
Remunerações	285 578	234 497
Encargos Sociais sobre Remunerações	66 120	54 502
Outros Gastos com Pessoal	-	-
	351 697	288 999

Em resumo, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os gastos com pessoal totais são os que se seguem:

	31.12.2023	31.12.2022
Remunerações	3 247 081	2 787 157
Encargos Sociais sobre Remunerações	730 607	626 024
Outros Gastos com Pessoal	337 750	240 993
	4 315 437	3 654 174

Número médio de pessoal

N.º MÉDIO DE TRABALHADORES DURANTE O PERÍODO	31.12.2023	31.12.2022
Órgãos Sociais	8	8
Mesa da AG	3	3
Trabalhadores Efetivos e Termo Certo	119	102
	130	113

N.º DE TRABALHADORES A 31 DE DEZEMBRO	31.12.2023	31.12.2022
Órgãos Sociais	7	8
Mesa da AG	3	3
Trabalhadores Efetivos e Termo Certo	120	120
Trabalhadores a Termo Incerto	-	1
	130	132

24. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIações DO EXERCÍCIO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as amortizações, e depreciações têm o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
Amortizações de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis (notas 5.3 e 5.4.3)	5 875 168	4 719 949
Amortização de Ativos sob Direito de Uso (nota 6.3)	55 141	82 565
Acréscimos de Custos do Investimento Contratual (nota 15.2)	951 812	834 156
	6 882 121	5 636 670

As amortizações, depreciações do exercício são registadas pelo método da depleção dos caudais, método que justifica a variação entre os montantes registados em cada exercício.

25. PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Não foram constituídas e revertidas provisões no ano de 2023.

26. PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Foram revertidas perdas por imparidade no montante de 71,25€.

27. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos	158 370	138 858
Donativos	-	16 143
Outros Gastos Operacionais	23 846	6 080
	182 216	161 081

Os impostos e taxas representam a quase totalidade da rubrica em análise, e respeitam sobretudo às taxas de regulação a pagar à ERSAR.

28. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Os outros rendimentos e ganhos operacionais são decompostos da seguinte forma:

	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos Suplementares	49 169	111 043
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	862	6 980
	50 031	118 023

A principal rubrica que representa o valor de referência desta nota comporta essencialmente valores referentes a venda de energia.

29. GASTOS FINANCEIROS

	31.12.2023	31.12.2022
Juros Suportados	1 530 250	1 573 687
Comissões Bancárias	912	879
Outros Gastos Financeiros	764 321	565 310
	2 295 483	2 139 876

Os gastos financeiros totalizam em 2023 um montante de 2,3 milhões de euros que dizem respeito aos financiamentos contratados junto do Banco Europeu de Investimento (BEI).

30. RENDIMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2023	31.12.2022
Juros Bancários	31 209	63 454
Juros de Mora	205 929	133 718
	237 138	197 171

Os rendimentos financeiros ascenderam a 0,24 milhões de euros. Os juros de mora relativos a dívidas de clientes foram de 0,21 milhões de euros.

31. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

31.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A SIMARSUL encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável

A SIMARSUL é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de euros até ao limite de 7,5 milhões de euros, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de euros até ao limite de 35 milhões de euros, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de euros aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a SIMARSUL cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A SIMARSUL entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades Empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração de posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a SIMARSUL seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

	01.01.2023	EFEITO TAXA	ADIÇÕES	DIMINUIÇÕES	TRANSFER.	31.12.2023
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento amortização firme	-	-	-	-	-	-
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento subsídio firme	555 948	-	-	-	-	555 948
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento amortização futuro	-	-	-	-	-	-
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento Subsídio futuro	1 250 692	-	-	52 112	-	1 198 580
Efeito IFRC 12 Exercício - Amort IFRC 12 vs Fiscal	1 092 431	-	-	-	-	1 092 431
Efeito IFRC 12 Exercício - Investimento futuro	13 916 123	-	951 812	45 934	-	14 822 001
Efeito IFRIC Exercício - Subsídio. IFRIC 12 vs Fiscal	3 457 548	-	241 338	-	-	3 698 886
Efeito IFRS 16 - Passivos da Locação	-	-	-	-	-	-
BASE DE INCIDÊNCIA (imposto diferido ativo)	20 272 742	-	1 193 150	98 046	-	21 367 845
Taxa IRC	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Derrama estadual	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%
IMPOSTO DIFERIDO ATIVO	4 561 367	-	268 459	22 060	-	4 807 765

	01.01.2023	EFEITO TAXA	ADIÇÕES	DIMINUIÇÕES	TRANSFER.	31.12.2023
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento amortização futuro	5 511 273	-	-	229 636	-	5 281 637
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento Subsídio futuro	-442 522	-	-	-	-	-442 522
Efeito IFRC 12 Exercício - Subsídio futuro	2 261	-	-	-	-	2 261
IFRIC 12 - subsídio contab vs fiscal (exercício)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Desvio de recuperação de gastos	64 799 963	-	1 506 676	-	-	66 306 639
Efeito IFRS 16 - Ativos sob Direito de Uso	-	-	-	-	-	-
BASE DE INCIDÊNCIA (imposto diferido ativo)	69 870 975	-	1 506 676	229 636	-	71 148 015
Taxa IRC	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Derrama estadual	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%
IMPOSTO DIFERIDO PASSIVO	15 720 969	-	339 002	51 668	-	16 008 303

31.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo corresponde ao valor do IRC a receber referente a 2023. Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais. No âmbito do SIFIDE, foi reconhecido em 2023, relativamente aos anos de 2020 e 2021, o montante de 290.450,25€.

	31.12.2023	31.12.2022
Estimativa de Imposto a Pagar	608 905	799 605
Retenções de Terceiros	-7 815	-15 863
Pagamentos por conta e adicionais por conta	-681 929	-561 660
	-80 838	222 081
	31.12.2023	31.12.2022
Imposto Corrente	608 905	799 605
Excesso estimativa IRC ano anterior	-290 450	-
Insuficiência de estimativa IRC ano anterior	-	-
	318 455	799 605
Imposto Diferido	40 936	-45 206
	359 391	754 399

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	BASE DE IMPOSTO		TAXA DE IMPOSTO	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Resultado Antes de Impostos	3 386 763	2 997 835		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	0,0%	0,0%		
Varição Patrimonial	-	-		
Varição Patrimonial negativa	-52 112	-52 112		
Varição Patrimonial positiva	229 636	229 636		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	1 346 694	1 358 193		
Donativos	-	-		
Multas, coimas e juros compensatórios	82	77 518		
Amortizações para além dos limites fiscalmente aceites	-	-		
Amortizações de investimentos contratuais futuros	-	-		
Dedução de amortizações de investimentos contratuais	-	-		
Subsídios ao investimento	-	-		
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-		
Outros (Inclui Desvio de Recuperação de Gastos)	-2 404 691	-1 339 309		
	-2 404 609	-1 261 791	-	-
Lucro tributável	2 506 373	3 271 761		
Dedução prejuízos fiscais	-	-		
Matéria coletável	2 506 373	3 271 761		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%		
Imposto calculado	526 338	687 070	15,5%	22,9%
Tributação autónoma	14 780	10 306	0,4%	0,3%
Derrama Municipal (1,5%)	37 596	53 153	1,1%	1,8%
Derrama Estadual	30 191	49 076	0,9%	1,6%
Insuficiência estimativa impostos	-	-	0,0%	0,0%
Excesso estimativa impostos	-290 450	-	-8,6%	0,0%
Utilização de perdas fiscais	-	-	0,0%	0,0%
Efeito do aumento/reversão de impostos diferidos	40 936	-45 206	1,2%	-1,5%
	-166 948	67 329	-4,9%	2,2%
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	359 391	754 399	10,6%	25,2%

32. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

32.1. PARTES RELACIONADAS

As transações com os Municípios acionistas da SIMARSUL resultam da atividade normal da Empresa (serviços de saneamento).

As transações com outras Empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à SIMARSUL.

32.2. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	31.12.2023		31.12.2022	
	RENDIMENTOS	GASTOS	RENDIMENTOS	GASTOS
ADP SGPS	-	973 061	149	907 133
ADP Valor, S.A.	-	23 343	-	25 600
ADP Energias, S.A.	250	38 136	250	36 559
Águas do Algarve, S.A.	149	-	-	-
Águas do Vale do Tejo, S.A.	-	-	-	-
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	594	24 238	297	11 381
Águas do Centro Litoral, S.A.	297	613	149	919
Águas do Norte, S.A.	1 187	-	149	-
Águas Públicas do Alentejo, S.A.	-	149	149	-
Águas do Douro e Paiva, S.A.	149	-	-	-
SIMDOURO, S.A.	743	149	149	446
EPAL	593	7 349	-	11 500
Município Alcochete	983 073	7 135	801 402	5 941
Município Barreiro	1 934 550	20 725	2 830 850	14 811
Município Moita	2 403 246	6 584	1 893 764	5 632
Município Montijo	2 739 695	20 462	2 261 050	22 009
Município Palmela	2 013 021	18 962	1 851 670	20 519
Município Seixal	6 269 816	49 304	5 372 383	43 834
Município Setúbal	4 356 823	335 816	196 414	-
Município Sesimbra	2 262 078	46 795	1 941 195	39 657
	22 966 262	1 572 817	17 150 019	1 145 939

	31.12.2023		31.12.2022	
	ATIVOS	PASSIVOS	ATIVOS	PASSIVOS
ADP SGPS	-	116 361	-	-
ADP Valor, S.A.	-	689	-	-
ADP Energias, S.A.	-	4 291	-	15 113
Águas do Vale do Tejo	182	-	182	-
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	-	23 118	-	3 195
Águas do Centro Litoral, S.A.	-	-	-	-
Águas do Norte, S.A.	148	-	-	-
EPAL	-	-	-	369
Município Alcochete	2 349 102	108 620	2 377 085	112 352
Município Barreiro	1 470 623	110 105	1 831 574	112 632
Município Moita	241 317	110 759	252 343	114 849
Município Montijo	542 710	201 785	280 742	207 560
Município Palmela	380 498	466 366	381 817	484 103
Município Seixal	1 240 876	1 067 963	1 101 149	1 104 166
Município Sesimbra	657 556	838 372	278 450	864 515
Município Setúbal	371 382	8 389 154	213 610	7 737 243
	7 254 393	11 437 582	6 716 950	10 756 097

33. INVESTIMENTO CONTRATUAL

A Empresa possui os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração de posição financeira apresentada:

CONTRATO DE CONCESSÃO

Os investimentos reversíveis incluídos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira perfazem cerca de 268 milhões de euros, dos quais cerca de 226 milhões de euros já se encontram realizados.

CONTRATOS DE EMPREITADA E SERVIÇOS

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela Empresa, bem como outros serviços, foi celebrado um conjunto de contratos, constando do quadro seguinte:

ESTUDOS, PROJECTOS E OUTROS FORNECIMENTOS	ENTIDADE	VALOR CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO	DATA DE ADJUDICAÇÃO	VALOR JÁ FACTURADO P/ CONTA DE ADJUDICAÇÃO 2023	RESPONSABILIDADES C/ EMPREITADAS E PROJECTOS N/RELEVADAS NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
PROJECTOS					
Aquisição de Serviços para a Revisão e Elaboração de Projetos de Saneamento da Área da Península, Lote 1 - Península Este	CTGA	37 500	23/01/2019	18 602	6 592
Aquisição de Serviços para a Revisão e Elaboração de Projetos de Saneamento da Área da Península, Lote 2 - Península Oeste	CTGA	39 000	23/01/2019	18 454	9 099
Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudos e Projetos de Saneamento	Consulgal/Sisaqua	130 000	04/09/2019	96 202	33 798
SERVIÇOS					
Prestação de serviços para elaboração de topografia e levantamento cadastral	Viamapa, S.A.	95 000	21/01/2020	67 132	27 868
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Coordenação de Segurança em Obra e de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico de empreitadas da SIMARSUL	RIPÓRTICO ENGENHARIA, Lda	173 160	12/08/2021	161 504	11 656
Aquisição de serviços de auditorias energéticas	CMFG – Energia e Ambiente, Lda	24 970	24/03/2022	7 153	17 818
EMPREITADAS					
Empreitada de Beneficiações em Infraestruturas na Área de Concessão e Reabilitação dos Decantadores Secundários da ETAR da Zona Industrial da Autoeuropa (ZIA)	Metalcário - Construções, Lda	144 843	19/03/2021	123 299	21 544
Empreitada de reabilitação no âmbito do período de garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR da Quinta do Conde (*)	Wikibuild, S.A.	1 125 154	29/12/2022	691 763	433 391
Empreitada de Execução da Remodelação do Emissário da Atalaia (Subsistema do Afonsoeiro) - Fase 2	PLANDESE, S.A.	668 949	26/10/2023	-	668 949
BENS					
Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL	Cegelec Instalações e Sistemas de Automação, Lda.	1 099 404	18/11/2021	950 297	145 717

34. HONORARIOS DE AUDITORIA E REVISÃO LEGAL

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da SIMARSUL no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram os seguintes:

REMUNERAÇÃO PAGA À SROC

Valor dos serviços de revisão de contas	7 508	100%
TOTAL PAGO PELA ENTIDADE À SROC	7 508	100%

35. PROCESSOS JUDICIAIS

A SIMARSUL, com referência à data de 31 de dezembro de 2023, tinha as seguintes reclamações e ações judiciais em curso:

- PROC. N.º 952/13.0BEALM - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Tafa), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de € 138.327,50. Por sentença de 10 de julho de 2017, o Município de Alcochete foi condenado a pagar à SIMARSUL a quantia de 134.236,18€, acrescendo juros de mora, à taxa comercial em vigor, à quantia de 126.492,90€, desde a data da citação até efetivo e integral pagamento. Réu recorreu para Tribunal Central Administrativo do Sul, aguardando-se a prolação de acórdão. No final de dezembro de 2018, o Município pagou as faturas 3170380870, no valor de 63.246,48€ e 3170380890, no valor de 63.246,42€.
- PROC. N.º 415/15.0BEALM - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 68.204,02€. PROC. N.º 1851/15.7BEALM - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Tafa), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 474.829,58€. Os dois processos foram apensados no proc. N.º 415/15.0BEALM. No final de dezembro de 2018, o Município pagou a fatura 3170380854, no valor de 63.246,48€, referente ao proc n.º 415/15.0BEALM. Em 6 de Fevereiro, relativamente ao proc. n.º 415/15.0BEALM o Tribunal considerou-se incompetente para apreciar o mérito da causa. Em 11 de Março a SIMARSUL apresentou recurso daquela decisão. Em 5 de Janeiro de 2021, a SIMARSUL foi notificada da decisão do TCA Sul, de 31 de dezembro de 2020, em dar provimento ao recurso jurisdicional, revogando-se a sentença recorrida e ordenando-se a baixa dos autos para o prosseguimento dos mesmos. Em 5 de Janeiro de 2021, a SIMARSUL foi notificada da decisão do TCA Sul em dar provimento ao recurso jurisdicional, revogando-se a sentença recorrida e ordenando-se a baixa dos autos para o prosseguimento dos mesmos. Por sentença de 10 de Dezembro de 2021, Tribunal decidiu que o Município de Alcochete deveria pagar à SIMARSUL os juros de mora peticionados, que perfazem o valor total de 5.037,54€, que são devidos à taxa legal de juros comerciais.
- PROC. N.º 57/16.2BEALM - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 900.304,82€. PROC. N.º 1142/16.6BEALM - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Tafa), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 755.529,74€. PROC. N.º 946/17.7BEALM- ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Tafa), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 145.998,71€. Em 10 de Janeiro de 2018, relativamente ao Proc. 946/17.7BEALM, a SIMARSUL tomou conhecimento do pagamento de 109.870,58€ (obrigações legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho). Permanece em dívida a quantia de 36.118,13€, acrescidas dos juros de mora vincendos. Os três processos foram apensados no proc. N.º 57/16.2BEALM. Audiência prévia realizada em 13 de setembro de 2023. Aguarda sentença.
- PROC. N.º 947/17.5BEALM - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Tafa), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 1.123.264,43€. Em 10 de Janeiro de 2018, a SIMARSUL tomou conhecimento do pagamento de 634.489,11€ (obrigações legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de Julho). Permanece em dívida a quantia de 488.775,32€, acrescidas dos juros de mora vincendos. Em 4 de Julho de 2022, a SIMARSUL foi notificada da sentença que condena o Município de Alcochete a pagar o valor de capital de 378.078,84€, acrescido dos juros de mora vencidos, no valor de 74.336,45€, e dos juros de mora vincendos, desde 22/12/2017 e até à respetiva e concreta data de pagamento de cada fatura, à taxa de juros comerciais. A 23 de Setembro a SIMARSUL foi notificada do recurso interposto pelo Município de Alcochete. Em 25 de Outubro a SIMARSUL apresentou as suas contra-alegações.

- PROC. N.º 73539/20.0YIPRT- injunção interposta contra a VALORSET reclamando-se o pagamento de 1276,18€, referentes a capital em dívida, juros, custas e outras despesas. Em 23 de Outubro de 2020 foi aposta fórmula executória na injunção. No entanto, a VALORSET foi declarada insolvente no Proc.º 5867/19.6STB - Juízo de Comércio de Setúbal – Juiz 2. Nesse processo foi considerada a dívida à SIMARSUL no valor de 934,99€, que foi o capital reclamado pela SIMARSUL na injunção. A massa insolvente, até à data, não pagou qualquer quantia à SIMARSUL.
- PROC. N.º CO/001159/18.6CGI – relativamente à monitorização das emissões gasosas da ETAR Barreiro/Moita, sendo imputada à SIMARSUL uma contraordenação grave à qual poderá caber uma coima de € 5.000 a € 44.800, em caso de dolo, e de € 2.500,00 a € 22.400,00, em caso de negligência. A SIMARSUL apresentou a sua defesa em 28 setembro 2018. Aguarda-se decisão.
- PROC. N.º CO/01317/20 – a SIMARSUL é acusada, relativamente à ETAR do Seixal, sendo-lhe imputada uma contraordenação muito grave por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo. A SIMARSUL apresentou a sua defesa em 23 de novembro 2020. Aguarda-se decisão.
- PROC N.º CO/01086/21 – a SIMARSUL é acusada, relativamente à ETAR do Seixal, sendo imputada à SIMARSUL uma contraordenação muito grave por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo, assim como uma contraordenação muito grave por inexistência de garantia sólida e em vigor, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo. A SIMARSUL apresentou a sua defesa em 12 de outubro 2021. Aguarda-se decisão.
- PROC N.º DJUR.DCCO.00207.2021 – a SIMARSUL é acusada, relativamente à ETAR do Seixal, sendo imputada à SIMARSUL uma contraordenação muito grave por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo. A SIMARSUL apresentou a sua defesa até 22 de novembro 2021. Nos dias 17 e 22 de Dezembro de 2021, as testemunhas da SIMARSUL foram ouvidas. Aguarda-se decisão.
- PROC. N.º 1121/18.9BEALM - ação de processo comum interposta pelo Município de Alcochete reclamando o equilíbrio económico-financeiro da concessão. A SIMARSUL contestou em 26 de abril de 2019. Aguarda julgamento.
- PROC N.º 1992/21.T8STB – ação interposta pelo trabalhador Luís Miguel Sousa, requerendo a sua reclassificação profissional. Julgamento já efetuado. Aguarda sentença.
- PROCESSO n.º 243/19.3BELSB, impugnação do ato de aplicação de sanção contratual pela SIMARSUL no âmbito da execução do contrato de “Fornecimento, Ligação e Colocação em Serviço de Postos de Carregamento para Veículos Elétricos” celebrado com a EFACEC ELECTRIC MOBILITY, S.A., no dia 21 de dezembro de 2017 e pedido de indemnização no valor de €15.195,00. Tribunal: Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Valor do processo: € 35.336,69. Fase do processo: terminou a fase dos articulados e decidida a apensação ao processo n.º1099/19.1BEPRT, aguardando-se os ulteriores termos processuais.
- PROCESSO n.º 865/20.0BELSB, impugnação do ato de adjudicação proferido no âmbito do procedimento de concurso público, com publicidade internacional, para a “celebração de contrato de seguros de pessoas e aquisição de serviços de corretagem para as Empresas do Grupo Águas de Portugal”, quanto ao Lote 1 - Seguros de Saúde. Tribunal: Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Valor do processo: €3.329.296,26. Fase do processo: por sentença do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de 10/11/2020 foi julgada totalmente improcedente a ação intentada pelas Empresas AON Portugal, S.A. e OCIDENTAL – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., tendo estas interposto recurso jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo Sul, que aguarda decisão.
- PROCESSO n.º 3626/23.0BELSB, ação administrativa interposta pela BLUEOTTER contra a SIMARSUL, reclamando a revisão extraordinária de preços num processo de contratação pública. A ação foi contestada em tempo oportuno. Tribunal: Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Valor do processo: €30.000,01. Fase do processo: A SIMARSUL contestou em 4 de dezembro de 2023. Aguarda julgamento.

36. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

ART.º 324º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

A sociedade SIMARSUL, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

ART.º 397º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Relativamente aos seus administradores, a sociedade SIMARSUL, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

ART.º 21º DO DECRETO-LEI Nº.411/91 DE 17 DE SETEMBRO

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa SIMARSUL ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2023, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

37. RENDIMENTO GARANTIDO

A remuneração adequada dos capitais próprios da SIMARSUL corresponde à aplicação, ao capital social realizado, titulado por ações de categoria A e B da sociedade, e à reserva legal, desde as datas da sua realização e constituição, respetivamente, ainda que no âmbito das concessionárias extintas, de uma taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que venha a substituir por acordo escrito entre o Concedente e a Concessionária, acrescida de três pontos percentuais.

A remuneração em dívida é remunerada à rentabilidade média Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que venha a substituir por acordo escrito entre o Concedente e a Concessionária.

Em 2023 o valor da remuneração garantida apurada foi de 3.027.372 euros, conforme quadro que se segue:

RUBRICA A REMUNERAR	VALOR A REMUNERAR	FORMA DE REMUNERAÇÃO	PERÍODO DE CÁLCULO	REMUNERAÇÃO
Capital Social em 1 de janeiro de 2023	25 000 000	OT + 3%	365	1 560 000
Reserva Legal em 1 de janeiro de 2023	652 660	OT + 3%	365	40 726
Reforço da Reserva Legal	112 172	OT + 3%	286	5 485
Dividendos em dívida de 2022	42 193 041	OT	365	1 367 055
Dividendos em dívida de 2022 não distribuídos em 2023	2 131 264	OT	286	54 107
REMUNERAÇÃO ACIONISTA DE 2023				3 027 372
VALOR DA OT EM 2023(*)				3,24%
PRÉMIO DE RISCO				3,00%

Legenda:

(*) - média dos valores diários arredada à segunda casa decimal

A sua liquidação deverá ocorrer, nos termos do Contrato de Concessão, sob a forma de dividendos, quando a tal houver lugar.

38. OUTROS ASSUNTOS

O ano de 2023 fica fortemente marcado pela continuação da guerra na Ucrânia e pelo alastramento da instabilidade geopolítica, designadamente por um novo conflito no Médio Oriente, que foi e será marcante para a atividade socioeconómica do país, conforme detalhado no ponto relativo à envolvente do Relatório de Gestão.

39. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em 31 de dezembro de 2023 não se encontram reconhecidas nem divulgadas quaisquer contingências ambientais, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem, a esta data, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

A Administração confirma igualmente que não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de caráter ambiental.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da SIMARSUL, não tem conhecimento, em 5 de março de 2024, data da aprovação destas contas, de qualquer evento subsequente com impacto significativo nas contas apresentadas.

O valor de Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) de 2023 foi submetido à aprovação da ERSAR em 31 de janeiro de 2024, tendo-se recebido a 29 de fevereiro de 2024 o projeto de decisão da entidade reguladora a reconhecer parte do mesmo. A empresa irá pronunciar-se por escrito no prazo estabelecido de quinze dias uetis.

Seixal, 5 de março de 2024

Rui Miguel Grilo Ramos
Contabilista Certificado

Francisco José Pinto Silva Narciso
Presidente Executivo

João Afonso Almeida da Silva Luz
Vogal Executivo

Isidro Durão Heitor
Vogal Não Executivo

Rute Isabel Talhadas Cesário
Vogal Não Executivo

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO e PARECER do CONSELHO FISCAL
Sobre os DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
da SIMARSUL-SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A.

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade SIMARSUL-Saneamento da Península de Setúbal, S.A (SIMARSUL), apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2023, o qual foi aprovado em 5 de março de 2024.
2. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, no âmbito das suas competências, procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do Estado, designadamente do cumprimento das orientações legais, entre outras, as relativas às remunerações vigentes em 2023, encontrando-se convenientemente divulgadas no Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário.
3. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da SIMARSUL e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença de membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu o Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2024. Verificou também o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44.º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido os respetivos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental.
5. O Conselho Fiscal analisou o Relatório do Governo Societário aprovado pelo Conselho de Administração em 5 de março de 2024, segundo o previsto no artigo 54.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido parecer autónomo sobre o mesmo.
6. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
7. Adicionalmente, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a análise apresentada no Relatório de Gestão sobre o cumprimento das orientações legais não esteja correta.
8. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas emitida, nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, sem reservas e obteve deste, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

9. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da Posição Financeira, Demonstração do Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas às Demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.
10. Este Conselho Fiscal ressalva o facto de à data da emissão deste Relatório e Parecer, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) constante na Demonstração de Resultados, foi aprovado pela ERSAR, estando, neste momento, em fase de contraditório. É convicção da Administração que será aprovado na totalidade.
11. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SIMARSUL aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais do Exercício de 2023.
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Seixal, 08 de março de 2024



Maria do Carmo Reis Silva Mendes
(Presidente)



Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho
(Vogal)



João Carlos Alves Faim
(Vogal)



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 233.323.432 euros e um total de capital próprio de 73.116.509 euros, incluindo um resultado líquido de 3.027.372 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

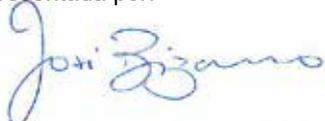
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

8 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957
Registado na CMVM com n.º 20200003

ANEXO - DESPACHOS DE APROVAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DO ANO 2023

MAAC 54943 24-07-2023 P93 04 02 06



C/Conhecimento:

Exmo. Senhor
Dr. José Furtado
Conselho de Administração da AdP - Águas de
Portugal, SGPS,

c.ferreira@adp.pt

Exmo. Senhor
Dr. António Ventura
Presidente do Conselho de Administração da
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal,
S.A.

geral.simarsul@adp.pt

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
----------------	--------------------	------------------	------

Proc. 93.04.02.06.

Assunto: Plano de Atividades e Orçamento para 2023-2025 da SIMARSUL

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado do Ambiente de remeter a V. Exa. o Relatório de Análise n.º 152/2023, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, relativo ao assunto mencionado em epígrafe, bem como o Despacho n.º 304/2023-SET e o Despacho Conjunto, para conhecimento.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Ana Luísa Pimentel

Anexos: Doc. CIT.
CG/MRS

Considerando que:

1. O n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), na sua redação atual, estabelece que as propostas de Plano de Atividades e Orçamento não produzem quaisquer efeitos até à respetiva aprovação pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e do setor de atividade;
2. Nos termos dos n.º 7 e 8 do artigo 39.º do RJSPE, foi aprovado o relatório de análise n.º 152/2023, de 26 de junho, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial, no qual se conclui que o Plano de Atividades e Orçamento da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. para 2023 se encontra em condições de merecer aprovação;
3. O Relatório de Análise referido no número 2. foi aprovado pelo Secretário de Estado do Tesouro, no qual foram concedidas as autorizações legalmente necessárias.

Assim, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do RJSPE, é aprovado o Plano de Atividades e Orçamento da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A., circunscrito ao ano de 2023.

O Secretário de Estado do
Tesouro,

**Pedro Sousa
Rodrigues**

(Pedro Sousa Rodrigues)

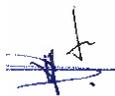
Assinado de forma
digital por Pedro Sousa
Rodrigues
Dados: 2023.07.20
18:36:42 +01'00'

O Secretário de Estado do
Ambiente,

**Hugo
Pires**

(Hugo Polido Pires)

Assinado de
forma digital por
Hugo Pires
Dados: 2023.07.21
20:53:22 +01'00'



Despacho n.º 304/2023-SET

Atento o exposto no Relatório de Análise da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) n.º 152/2023, de 26 de junho, aprovo-o, na generalidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, o qual aprova o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE).

Considerando o teor das respetivas conclusões, o cumprimento do rácio de eficiência operacional, considero que a proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A., para o ano de 2023, poderá ser aprovada concedendo apenas as autorizações a seguir identificadas, e sem prejuízo do cumprimento dos necessários requisitos legais por parte da empresa:

- i. O aumento dos Gastos com pessoal, corrigidos nos termos do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO2023), em até 912 mil euros, de 2022 para 2023, limitando o montante global da rubrica a até 4 739 mil euros, ajustando o aumento da massa salarial global, incluindo todos os efeitos e componentes remuneratórias, salvo efeitos de volume, às orientações expressas do Acionista Estado, emanadas, nomeadamente, nos despachos de 15 de dezembro de 2022 e de 12 de maio de 2023, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças. Os impactos relacionados com reclassificações e valorizações remuneratórias deverão limitar-se àqueles que venham a ser expressamente autorizados e deverá ser continuada a ser aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, porquanto este normativo permanece em vigor, matéria que deve ser objeto de acompanhamento por parte do órgão de fiscalização;
- ii. A contratação de até oito (8) trabalhadores: três (3) técnicos superiores, três (3) técnicos e dois (2) técnicos operativos, tendo em consideração a plena integração do Município de Setúbal, devendo a empresa assegurar o estrito cumprimento de todas as disposições legais, bem como dos IRCT em vigor;



- iii. O aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos limitando o montante global da rubrica até 14,5 milhões de euros em 2023;
- iv. A dedução do impacto dos gastos com combustíveis no cálculo do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro;
- v. O não cumprimento, a título excecional e pontual, das orientações financeiras para 2023-2025, conforme Despacho 252/2022-SET, no tocante: i) à variação da taxa de variação dos gastos operacionais e Fornecimentos e Serviços Externos, face à taxa de crescimento do volume de negócios, devendo a empresa assegurar o seu cumprimento no triénio; ii) bem como no que respeita ao endividamento líquido de investimento, no pressuposto de ser salvaguardado que o endividamento global do Grupo Águas de Portugal não ultrapasse o limite de 2% a que se refere o artigo 35.º da Lei do Orçamento de Estado para 2023.

Deve ainda ser assegurado o cumprimento dos objetivos relativos aos prazos de pagamento a fornecedores estabelecidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as necessárias alterações.

A aprovação da proposta de PAO apresentada pela empresa não dispensa do cumprimento das disposições legais aplicáveis e qualquer alteração significativa do mesmo, fora da margem de flexibilidade concedida pela autonomia de gestão, deverá obter aprovação acionista, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º do RJSPE.

Dê-se conhecimento ao Secretário de Estado do Ambiente, à P ARPÚBLICA e à DGTF.

O Secretário de Estado do Tesouro,

**Pedro
Sousa
Rodrigues**
Pedro Sousa Rodrigues

Assinado de forma
digital por Pedro
Sousa Rodrigues
Dados: 2023.07.20
19:20:05 +01'00'





Exmo. Senhor
Dr. André Dias
M. I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência
O Secretário de Estado do Tesouro

Neste edifício

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA
N.º 232/UTAM/2023

DATA
2023-06-26

ASSUNTO: *Plano de Atividades e Orçamento para 2023-2025 da
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.*

Senhor Chefe do Gabinete,

Junto envio **RELATÓRIO DE ANÁLISE 152/2023** da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, respeitante ao Plano de Atividades e Orçamento para 2023-2025 da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A., elaborado na sequência da submissão do documento em epígrafe no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF).

Com os meus melhores cumprimentos, *penais,*

O Diretor da UTAM

Fernando Pacheco

Anexo: Relatório de Análise 152/2023, de 26 de junho.



-Visto. Concordo.
Submete-se o presente Relatório de
Análise à consideração de Sua
Excelência o Secretário de Estado do
Tesouro.

Fernando
Manuel dos
Santos
Vigário
Pacheco

Assinado de forma digital por
Fernando Manuel dos Santos Vigário
Pacheco
DN: c=PT, o=Agência de Gestão da
Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP,
E.P.E., ou=Uni Téc Acom Monit S
Público Empresarial, ou=Certificado
para Pessoa Singular, sn=dos Santos
Vigário Pacheco,
givenName=Fernando Manuel,
serialNumber=MC:PT-
IGCP050337190, cn=Fernando
Manuel dos Santos Vigário Pacheco
Dados: 2023.06.26 13:52:17 +01'00'

RELATÓRIO DE ANÁLISE 152/2023 de 26 de junho

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2023-2025 (PAO2023-25) da
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL)
(2023-05-11)

1. SÍNTESE

1A. Instrução da proposta de Plano de Atividades e Orçamento

ELEMENTOS DE INSTRUÇÃO	CONCLUSÃO UTAM
<p>Proposta de PAO: é composta pelos Planos de Atividades e Orçamentos, anual e plurianual, e pelo Plano de Investimentos.</p> <p>Pareceres do ROC e do Conselho Fiscal: favoráveis à aprovação da proposta de PAO2023-25, sujeita à aceitação das fundamentações apresentadas pela empresa para excecionamentos e deduções de gastos.</p>	<p>A proposta está adequadamente instruída.</p>

**1B. Não observância de Orientações Financeiras para 2023-2025**

TAXAS/VARIAÇÕES	NORMATIVO	ANÁLISE
Taxas de variação dos <i>Gastos operacionais</i> , das <i>Despesas de pessoal</i> (s/ órgãos sociais) e dos <i>FSE</i> face à taxa de crescimento do <i>Volume de negócios</i>	Alíneas ii) a iv) do ponto 2 das IEIPG2023 ¹	Os <i>FSE</i> e os <i>Gastos operacionais</i> evoluem a taxas superiores à do <i>Volume de negócios</i> em 2023, devido à integração prevista do Município de Setúbal.
Variação do <i>EBIT</i> , <i>líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor</i> (<i>EBIT_{liq}</i>)	Alínea v) do ponto 2 das IEIPG2023	O <i>EBIT_{liq}</i> diminui em 2023 e no triénio.

1C. Autorizações Necessárias

AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS	FUNDAMENTAÇÃO	NORMATIVO	ANÁLISE	RECOMENDAÇÃO UTAM
Para contratação de oito trabalhadores em 2023	Devido à integração do Município de Setúbal em 2023 (cf. ponto 3.6)	Artigo 131.º do DLEO2023 ²	As contratações estão fundamentadas	Concessão de autorização
Para substituição de trabalhadores	Para fazer face a saídas previstas de trabalhadores em 2023	Artigo 132.º do DLEO2023	A empresa detém competência para substituir trabalhadores, nos termos do referido artigo do DLEO	Não concessão de autorização em sede do PAO
Para contratação de um estagiário em 2023	Estágio de recém-licenciado, a converter em contrato de trabalho sem termo, caso se justifique, após a conclusão do estágio (cf. ponto 3.7)	Artigo 131.º do DLEO2023	A contratação não está fundamentada em análise custo-benefício	Não concessão de autorização
Para eliminação da redução na remuneração dos gestores	A empresa pretende eliminar a redução de 5% na remuneração dos gestores públicos	Artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho	O referido artigo mantém-se em vigor	Não concessão de autorização
Para aumento dos <i>Gastos com pessoal corrigidos</i> em 912 mil euros em 2023 (9%)	Devido a um conjunto de parcelas discriminadas no ponto 3.8	Alínea a) do n.º 4 e n.º 5 do artigo 133.º do DLEO2023	Redução do aumento, atenta a não concessão de autorização das parcelas acima	Concessão de autorização, limitando o seu valor total a 4739 mil euros
Para aumento dos <i>FSE corrigidos</i> em 3221 mil euros em 2023 (7%)	Devido ao aumento do investimento em 6,2 milhões de euros em 2023 (132%)	Alínea b) do n.º 4 e n.º 5 do artigo 133.º do DLEO2023	O aumento está fundamentado	Concessão de autorização, limitando o seu valor total a 14,5 milhões de euros

¹ Despacho N.º 252/2022-SET, de 18 de agosto: “Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2023-2025, anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do SEE”.

² Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2023.



1D. Evolução Económica e Financeira

	Volume de negócios	Gastos operacionais	CMVMC	FSE	Gastos c/ pessoal	EBITDA	EBIT	Resultado líquido	Endividamento	Investimento	R. H. sem órgãos sociais
Valores 2022	18 102	9 849	351	5 844	3 654	10 577	4 941	2 243	66 732	4 677	120
Valores 2023 (10 ⁶ €)	28 400	19 811	540	14 508	4 763	14 202	5 082	2 426	69 162	10 852	129
Valores 2024	29 142	16 350	723	10 738	4 889	17 330	4 884	2 500	65 407	8 453	130
Valores 2025	29 824	15 168	739	9 371	5 058	17 930	4 991	2 564	62 989	6 418	131
Δ 2023-2022	+57%	+101%	+54%	+148%	+30%	+34%	+2,9%	+8,1%	+3,6%	+132%	+7,5%
Δ 2024-2023 (%)	+2,6%	-17%	+34%	-26%	+2,6%	+22%	-3,9%	+3,1%	-5,4%	-22%	+0,8%
Δ 2025-2024	+2,3%	-7,2%	+2,3%	-13%	+3,5%	+3,5%	+2,2%	+2,6%	-3,7%	-24%	+0,8%
Taxa média anual	+18%	+15%	+28%	+17%	+11%	+19%	+0,3%	+4,6%	-1,9%	+11%	+3,0%
Δ 2025-2022 (%)											

Fonte: Proposta de PAO para 2023-25

INDICADOR	OBSERVAÇÕES
Apreciação geral	A empresa prevê o aumento do <i>Volume de negócios</i> em 10,3 milhões de euros (57%) e dos <i>Gastos operacionais</i> em dez milhões de euros (101%) em 2023. No triénio prevê-se que o <i>Volume de negócios</i> aumente e os <i>Gastos operacionais</i> diminuam, a taxas médias anuais de 2% e 12%, respetivamente.
Eficiência operacional	A <i>Eficiência operacional</i> da SIMARSUL tem uma evolução favorável em 2023, com o rácio dos <i>Gastos operacionais</i> sobre o <i>Volume de negócios</i> a diminuir 0,7 p.p.
Resultados	Prevê-se a seguinte evolução dos resultados em 2023 e no triénio: <ul style="list-style-type: none"> i. o <i>EBITDA</i> aumenta de 10,6 milhões de euros para 14,2 milhões de euros (34%) e continua a aumentar nos anos seguintes a uma taxa média anual de 12%, atingindo 17,9 milhões de euros em 2025; ii. o <i>Resultado operacional (EBIT)</i> aumenta de 4,9 milhões de euros para 5,1 milhões de euros (3%), diminui para 4,9 milhões de euros em 2024 e aumenta para cinco milhões de euros em 2025; iii. o <i>Resultado líquido</i> aumenta de 2,2 milhões de euros para 2,4 milhões de euros (8%) e continua a aumentar nos anos seguintes a uma taxa média anual de 3%, atingindo 2,6 milhões de euros em 2025.
Rentabilidade do Ativo (RoA)	A <i>Rentabilidade do ativo</i> mantém um valor de 2,1% entre 2022 e 2025.
Necessidades de Financiamento	A empresa prevê aumentar o recurso a endividamento remunerado de 66,7 milhões de euros para 69,2 milhões de euros (4%) em 2023 e diminuir nos anos seguintes a uma taxa média anual de 5%. O capital realizado em 2023 não sofre alteração face a 2022. No que decorre da aplicação da fórmula patente no n.º 2 do artigo 134.º do DLEO2023, prevê-se que o endividamento da empresa aumente 2,6% em 2023.

1E. Plano de Investimentos

Os investimentos para 2023-2025 ascendem a 25,7 milhões de euros, dos quais 10,9 milhões de euros a realizar em 2023. Na tabela seguinte é apresentado o resumo do plano de investimentos da proposta em análise e a sua comparação com o plano aprovado para 2022-24. O valor do investimento realizado em 2022 apresenta uma subida face ao realizado em 2021 (119%), mas diminui face ao que se encontrava previsto no PAO2022-24 aprovado (60%). De acordo com a empresa, esta redução resulta de procedimentos concursais relativos à contratação de projetos de execução e de empreitadas que ficaram desertos, devido à conjuntura atual do mercado. Estas situações obrigaram à reprogramação do plano de empreitadas para o ano de 2023, no sentido de assegurar o cumprimento do plano de



investimentos da empresa previsto no contrato de concessão para o quinquénio, buscando recuperar o atraso verificado.

Unidade: milhares de euros

PLANO DE INVESTIMENTOS	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL 2023-2025	TOTAL
Edifícios e outras construções	983	1 879	7 095	3 253	1 807	12 155	15 017
Equipamento básico	1 222	2 259	2 613	4 755	3 958	11 327	14 808
Outros	-73	539	1 143	445	653	2 241	2 707
TOTAL	2 132	4 677	10 852	8 453	6 418	25 723	32 532
PAO2023							
autofinanciamento	2 132	4 370	10 796	8 453	6 418	25 667	32 169
fundos comunitários		306	56			56	362
PAO2022	2 893	11 721	5 055	7 861			27 530
Δ (PAO2023 - PAO2022)	-761	-7 044	5 797	592			-1 416
	-26%	-60%	+115%	+8%			-5%

Fontes: Proposta de PAO para 2023-25 e PAO2022-24

1F. Conclusão

A proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2023-2025” da SIMARSUL requer a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para:

- i. a contratação de oito trabalhadores em 2023;
- ii. a celebração de um estágio de recém-licenciado, a converter em contrato de trabalho sem termo, caso se justifique, após a conclusão do estágio. Porém, é extemporâneo querer agora assegurar-se a contratação, pelo que se recomenda a não autorização do estágio;
- iii. o aumento dos *Gastos com pessoal corrigidos* (nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO2023) e desconsiderando a contratação do estagiário e a eliminação da redução de 5% na remuneração dos gestores públicos, a não autorizar, em 1062 mil euros face ao realizado em 2022 (29%), limitando o total dos *Gastos com pessoal* ao valor de 4739 mil euros; e
- iv. o aumento dos *FSE corrigidos* (nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO2023) em 3,7 milhões de euros face ao estimado para 2022 (54%), limitando o total dos *FSE* em 2023 ao valor de 14 508 mil euros;

que se têm, com as exceções apontadas, por fundamentados.

Neste caso, conclui-se que a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2023-2025” apresentada pela SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. reunirá as condições para, concordando e querendo, merecer a aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

2. ANTECEDENTES

A SIMARSUL submeteu no portal da *internet* do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF) a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2023[-2025]”



(PAO2023-25) e o “*Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre Informação Prospetiva incluída no Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2023*”, ambos em 2022-12-29, e o “*Parecer do Conselho Fiscal da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023*”, em 2023-01-02. Remeteu ainda esclarecimentos complementares por correio eletrónico, em 2023-05-11. Da análise destes documentos resultou o presente relatório.

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A análise incidiu sobre a proposta de PAO2023-25, tendo para o efeito sido verificado o cumprimento do OE2023³, do DLEO2023 e das IEIPG2023. As tabelas a seguir apresentadas ilustram a atividade da empresa e retratam as suas previsões.

3A. Eliminação da redução de 5% na remuneração dos gestores públicos

A empresa propõe que seja eliminada a redução excecional de 5% na remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores. Embora sem impacto financeiro significativo (corresponde a 19 664 euros), desconhece-se a base legal para tal proposta, uma vez que esta redução na remuneração decorre do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, que se mantém em vigor. Nas conclusões deste relatório os *Gastos com pessoal a autorizar* são deduzidos deste valor.

3B. Rendimentos, gastos e resultados

Relativamente à evolução dos rendimentos, gastos e resultados em 2023 e no triénio, realçam-se os seguintes aspetos:

- 3.1. As *Vendas e serviços prestados* aumentam de 18,1 milhões de euros para 28,4 milhões euros (57%), devido à integração do Município de Setúbal em 2023, e continuam a aumentar nos anos seguintes a uma taxa média anual de 2%, atingindo 29,8 milhões de euros em 2025;
- 3.2. O *Desvio de recuperação de gastos* aumenta de 519 mil euros para 3,3 milhões euros (541%) e diminui nos anos seguintes a uma taxa média anual de 78%, atingindo 167 mil euros em 2025;
- 3.3. Relativamente à evolução dos *Gastos operacionais* em 2023 e no triénio, é de realçar o seguinte:
 - i. o *Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)* aumenta de 351 mil euros para 540 mil euros (54%) e continua a aumentar nos anos seguintes a uma taxa média anual de 17%, atingindo 739 mil euros em 2025;

³ Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, na sua redação atual, Orçamento do Estado para 2023.



- ii. os *Fornecimentos e serviços externos (FSE)* aumentam de 5,8 milhões de euros para 14,5 milhões de euros (148%), devido ao aumento previsto do investimento em 2023 (132%), e passam a diminuir nos anos seguintes a uma taxa média anual de 20%, atingindo 9,4 milhões de euros em 2025; e
- iii. os *Gastos com pessoal* aumentam de 17 milhões de euros para 19,6 milhões de euros (15%) e continuam a aumentar nos anos seguintes a uma taxa média anual de 2%, atingindo 20,5 milhões de euros em 2025;
- 3.4. Os *Gastos de depreciação e amortização* aumentam de 5,6 milhões de euros para 9,1 milhões de euros (62%) e continuam a aumentar nos anos seguintes a uma taxa média anual de 19%, atingindo 12,9 milhões de euros em 2025;
- 3.5. Sobre a evolução dos resultados em 2023 e no triénio, é de referir o seguinte:
- i. o *EBITDA* aumenta de 10,6 milhões de euros para 14,2 milhões de euros (34%) e continua a aumentar nos anos seguintes a uma taxa média anual de 12%, atingindo 17,9 milhões de euros em 2025;
- ii. o *Resultado operacional (EBIT)* aumenta de 4,9 milhões de euros para 5,1 milhões de euros (3%), diminui para 4,9 milhões de euros em 2024 e aumenta para cinco milhões de euros em 2025;
- iii. o *Resultado líquido* aumenta de 2,2 milhões de euros para 2,4 milhões de euros (8%) e continua a aumentar nos anos seguintes a uma taxa média anual de 3%, atingindo 2,6 milhões de euros em 2025.

Unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2019	2022	2023	2024	2025	Δ (2023-2022)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Serviços prestados	15 135	18 102	28 400	29 142	29 824	10 298	+57%
Desvio de recuperação de gastos	1 519	519	3 327	1 561	167	2 808	+541%
(-) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	240	351	540	723	739	188	+54%
(-) Fornecimentos e serviços externos	5 125	5 844	14 508	10 738	9 371	8 665	+148%
(-) Gastos com pessoal	3 261	3 654	4 763	4 889	5 058	1 109	+30%
(-) Imparidades	-2	1	0	0	0	-1	-100%
(-) Provisões	-30	0	0	0	0	0	
Subsídios ao investimento	1 583	1 850	2 309	3 076	3 208	460	+25%
Outros rendimentos e ganhos	152	118	184	98	98	66	+56%
(-) Outros gastos e perdas	182	161	207	197	199	46	+29%
EBITDA	9 612	10 577	14 202	17 330	17 930	3 625	+34%
(-) Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 392	5 637	9 120	12 446	12 939	3 483	+62%
Resultado operacional (EBIT)	4 220	4 941	5 082	4 884	4 991	141	+3%
(-) Juros e gastos/rendimentos similares	2 603	1 943	1 908	1 929	1 848	-35	-2%
Resultado antes de impostos	1 617	2 998	3 174	2 955	3 143	176	+6%
(-) Imposto sobre o rendimento	372	754	748	455	580	-6	-1%
Resultado líquido do período	1 245	2 243	2 426	2 500	2 564	182	+8%

(-) Assinala as rubricas que, quando tomam valores positivos, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAO para 2023-25



3C. Recursos humanos

Na tabela seguinte evidencia-se a evolução prevista do número de trabalhadores e dos *Gastos com pessoal* de 2021 até 2025, sendo de destacar:

- 3.6. Aumento do efetivo em nove trabalhadores, entre 2022-12-31 (131) e 2023-12-31 (140): quatro técnicos superiores (um dos quais abrangido pelas autorizações concedidas em sede do PAO2022-24), três técnicos e dois técnicos operativos;
- 3.7. A empresa contempla ainda a contratação de um recém-licenciado para estágio de um ano, no âmbito do programa de estágios do grupo Águas de Portugal (AdP), solicitando que a autorização contemple o contrato de estágio e posterior aumento de quadro por conversão em contrato de trabalho sem termo, caso se justifique, após a conclusão do estágio, em 2024. Ora, tal não é possível por ser extemporâneo – designadamente a contratação terá que ser apreciada face à necessidade, sustentada em análise custo-benefício;
- 3.8. Aumento dos *Gastos com pessoal* de 3,7 milhões de euros para 4,8 milhões de euros em 2023 (30%), devido às correções nos termos do DLEO2023 (contabilizadas na tabela do ponto 3D adiante), às atualizações e valorizações remuneratórias, às rescisões por mútuo acordo, ao impacto das novas contratações previstas e ao efeito em ano inteiro das contratações ocorridas em 2022, com vista à integração do Município de Setúbal em 2023; desconsiderando os valores referente à contratação do estagiário (3748 euros) e à eliminação da redução de 5% na remuneração dos gestores públicos (19 664 euros), os *Gastos com pessoal* em 2023 ficam limitados a 4739 mil euros.

Unidade: milhares de euros

Pessoal	2021	2022	2023	2024	2025	Δ (2023-2022)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º de membros dos órgãos sociais	11	11	11	11	11	0	0%
N.º de cargos de direção	3	3	3	3	3	0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	97	117	126	127	128	9	+8%
N.º total de trabalhadores	111	131	140	141	142	9	+7%
Gastos com órgãos sociais	385	296	411	411	411	115	+39%
Gastos com cargos de direção	275	276	296	302	307	20	+7%
Remunerações do pessoal	2 283	2 557	3 334	3 473	3 604	777	+30%
Outros encargos	382	525	723	704	735	197	+38%
Gastos totais com pessoal	3 324	3 654	4 763	4 889	5 058	1 109	+30%
(-) Correção de gastos nos termos do DLEO2023		511	661	577	579	149	+29%
Gastos com pessoal corrigidos nos termos do DLEO2023		3 143	4 102	4 312	4 478	959	+31%

Fonte: Proposta de PAO para 2023-25

3D. Gastos operacionais

A evolução dos *Gastos com pessoal*, dos *FSE* e do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel e do conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 2023 e no triénio é apresentada na tabela seguinte, sendo de destacar:



- 3.9. O aumento dos *Gastos com pessoal corrigidos nos termos do DLEO2023* (como referido, desconsiderando a contratação do estagiário e a eliminação da redução de 5% na remuneração dos gestores públicos, vide ponto 3.7 e seguintes) de 3,7 milhões de euros para 4,7 milhões de euros (30%) em 2023, essencialmente devido ao efeito em ano inteiro das contratações verificadas em 2022 e às contratações previstas em 2023, com vista à integração do Município de Setúbal neste ano;
- 3.10. O aumento dos *FSE corrigidos nos termos do DLEO2023* de 48,2 milhões de euros para 49,4 milhões de euros (7%) em 2023, devido ao aumento dos investimentos previstos de 4,7 milhões de euros em 2022 para 10,9 milhões de euros em 2023 (132%);
- 3.11. A diminuição do *conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel e do conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria*, que não são sujeitos a correções nos termos do DLEO2023, de 284,5 mil euros para 281,3 mil euros (1%) em 2023.

Unidade: milhares de euros

Gastos operacionais (n.º 4 do artigo 133.º do DLEO2023)	2019	2022	2023	2024	2025	Δ (2023-2022)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos totais com pessoal	3 261	3 654	4 763	4 889	5 058	1 109	+30%
(-) Gastos com órgãos sociais	374	296	411	411	411	115	+39%
(-) Cumprimento de disposições legais (DL 51/2022)			60			60	
(-) Orientações expressas do Estado (acordo de 2022-10-09)			164	140	141	164	
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias (ACT)		216	26	27	28	-190	-88%
Gastos com pessoal corrigidos	2 887	3 143	4 102	4 312	4 478	959	+31%
Fornecimentos e serviços externos (FSE)	5 125	5 844	14 508	10 738	9 371	8 665	+148%
(-) Impacto do aumento dos produtos energéticos		-1 019	3 946	1 324	385	4 965	+487%
FSE corrigidos	5 125	6 863	10 563	9 415	8 986	3 700	+54%
Deslocações e alojamento	1,8	3,3	11,6	11,0	11,1	8,3	+252%
Ajudas de custo	0,6	0,3				-0,3	-100%
Associados à frota automóvel	227,7	235,6	264,7	166,4	122,2	29,2	+12%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	6,7	45,3	5,0	5,0	5,0	-40,3	-89%
Conjunto dos outros gastos operacionais	236,8	284,5	281,3	182,5	138,3	-3,1	-1%

Fonte: Proposta de PAO para 2023-25

3E. Eficiência operacional

- 3.12. A *Eficiência operacional*, traduzida pelo rácio dos *Gastos operacionais*⁴ sobre o *Volume de negócios*, apresenta uma evolução favorável, com o rácio a diminuir 0,7 p.p. em 2023, conforme se pode observar na tabela seguinte.

⁴ Descontando a contratação do estagiário e a eliminação da redução de 5% na remuneração dos gestores públicos nos *Gastos com pessoal*, vide ponto 3.7 e seguintes.



Unidade: milhares de euros

Eficiência operacional	2019	2022	2023	2024	2025	Δ (2023-2022)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
CMVMC	240	351	540	723	739	188	+54%
(-) Impacto do aumento dos preços de mercado			87	151	212	65	+75%
(-) Impacto da integração do Município de Setúbal			2	119	292	118	+6376%
FSE	5 125	5 844	14 508	10 738	9 371	8 665	+148%
(-) Reposição da desinfeção com radiação UV			21	152	147	131	+618%
(-) Impacto do aumento dos preços de mercado da energia			-1 019	3 946	1 324	4 965	+487%
(-) Impacto da integração do Município de Setúbal				2 184	1 489	2 184	
Gastos com pessoal	3 261	3 654	4 739	4 869	5 038	1 085	+30%
(-) Impacto da integração do Município de Setúbal				97	532	435	+448%
Gastos operacionais (GO)	8 626	10 661	12 704	12 334	12 358	2 042	+19%
Serviços prestados	15 135	18 102	28 400	29 142	29 824	10 298	+57%
(-) Impacto da integração do Município de Setúbal				153	6 773	6 620	+4335%
Volume de negócios (VN)	15 135	17 949	21 627	22 162	22 707	3 678	+20%
Gastos operacionais / Volume de negócios (GO/VN)	57,0%	59,4%	58,7%	55,7%	54,4%	-0,7 p.p.	

Fonte: Proposta de PAO para 2023-25

3F. Evolução da situação financeira

O cenário de evolução da situação financeira em 2023 e no triénio é apresentado na tabela seguinte, sendo de destacar que:

- 3.13. O *Volume de negócios* evolui a uma taxa superior à do crescimento nominal do PIB em 2023 e no triénio, devido à integração prevista do Município de Setúbal em 2023;
- 3.14. Os *FSE* e os *Gastos operacionais* evoluem a taxas superiores à do *Volume de negócios* em 2023, devido à referida integração do Município de Setúbal, que provoca um aumento dos gastos percentualmente superior ao do volume de negócios, havendo mesmo assim melhoria do resultado líquido;
- 3.15. O *EBIT líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor (EBIT_{líq})* diminui 319 mil euros em 2023 e continua a diminuir nos anos seguintes, resultando numa diminuição média anual de 436 mil euros no triénio;
- 3.16. O *Endividamento líquido de investimento (Endiv_{líq})* diminui 3,7 milhões de euros em 2023 e continua a diminuir nos anos seguintes, resultando numa diminuição média anual no triénio de 1,8 milhões de euros;
- 3.17. A *Dívida financeira líquida/EBITDA* diminui 131 p.p. em 2023 e continua a diminuir nos anos seguintes, resultando numa diminuição média anual no triénio de 89 p.p.;
- 3.18. Conclui-se que as orientações financeiras não são observadas no tocante a:
 - i. *FSE* e *Gastos operacionais* em 2023;
 - ii. *Endividamento líquido de investimento* em 2023 e no triénio.



Cenário de evolução da situação financeira	2023 vs. 22	2024 vs. 23	2025 vs. 24	Varição média anual no triénio
TAXAS				
Taxa de crescimento nominal do PIB	+5,6%	+4,0%	+4,0%	+4,5%
i) Volume de negócios	+57%	+3%	+2%	+18%
ii) Gastos operacionais	+101%	-17%	-7%	+15%
iii) Despesa de pessoal (s/ órgãos sociais)	+28%	+3%	+4%	+11%
iv) FSE	+148%	-26%	-13%	+17%
VARIAÇÕES (v e vi em milhares de euros)				
v) EBIT, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	-319	-965	-24	-436
vi) Endividamento líquido de Investimento	-3 745	-1 356	-382	-1 828
vii) Dívida financeira líquida / EBITDA	-131 p.p.	-109 p.p.	-26 p.p.	-89 p.p.

Fontes: IEIPG2023 e proposta de PAO para 2023-25

3G. Situação patrimonial

Em termos gerais releva-se o aumento do *Ativo não corrente* em 2023 e no triénio, devido ao elevado investimento previsto realizar no triénio, e do *Passivo corrente*, pelo recurso aos *Financiamentos obtidos* para suportar o investimento.

Relativamente à evolução dos valores das rubricas do *Balanço* propostos pela empresa em 2023 e no triénio, realçam-se os seguintes aspetos:

3.19. O *Ativo não corrente* aumenta de 224,8 milhões de euros para 226,7 milhões de euros (0,8%) e passa a diminuir nos anos seguintes a uma taxa média anual de 1,2%, atingindo o valor de 221,5 milhões de euros em 2025. Estas variações devem-se fundamentalmente a variações em *Ativos intangíveis* e *Outros ativos financeiros* (que correspondem, quase integralmente, ao desvio tarifário ativo);

3.20. O *Ativo corrente* diminui de 11,8 milhões de euros para 10,7 milhões de euros (9%) e passa a aumentar nos anos seguintes a uma taxa média anual de 8%, atingindo o valor de 12,5 milhões de euros em 2025.

A evolução das rubricas do *Ativo* é apresentada na tabela seguinte.

BALANÇO (Ativo)	Unidade: milhares de euros						Δ (2023-2022)	
	2019	2022	2023	2024	2025	Δ (2023-2022)		
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%	
Ativo	240 088	236 567	237 408	236 678	234 024	840	+0,4%	
Ativo não corrente	223 498	224 786	226 686	224 481	221 477	1 900	+0,8%	
Ativos fixos tangíveis	35	30	29	28	27	-1	-4%	
Ativos intangíveis	152 776	152 155	152 177	148 185	144 665	21	+0,01%	
Outros ativos financeiros	66 565	68 039	69 330	70 647	70 564	1 291	+2%	
Ativos por impostos diferidos	4 123	4 561	5 150	5 620	6 220	589	+13%	
Ativo corrente	16 589	11 781	10 721	12 197	12 547	-1 060	-9%	
Inventários	114	405	47	63	64	-358	-88%	
Clientes	5 542	6 318	6 871	6 685	6 699	54	+9%	
Estado e outros entes públicos	433	1 185	1 180	1 304	1 497	-5	-0,5%	
Outras contas a receber	8 290	1 568	1 323	2 653	2 686	-246	-16%	
Caixa e depósitos bancários	2 211	2 305	1 300	1 492	1 601	-1 005	-44%	

Fonte: Proposta de PAO para 2023-25



- 3.21. O *Capital próprio* aumenta de 70,1 milhões de euros para 72,2 milhões de euros (3%) e continua a aumentar nos anos seguintes a uma taxa média anual de 3%, devido à acumulação de resultados positivos, atingindo o valor de 77,2 milhões de euros em 2025;
- 3.22. O *Passivo não corrente* diminui de 149,9 milhões de euros para 148,2 milhões de euros (1,1%) e continua a diminuir nos anos seguintes a uma taxa média anual de 5%, atingindo o valor de 133,4 milhões de euros em 2025, devido, em boa parte, à diminuição em *Financiamentos obtidos* ao longo do triénio;
- 3.23. O *Passivo corrente* aumenta de 16,6 milhões de euros para 17 milhões de euros (2%) e continua a aumentar nos anos seguintes a uma taxa média anual de 17%, atingindo o valor de 23,4 milhões de euros em 2025, devido, em boa parte, ao aumento em *Financiamentos obtidos* ao longo do triénio;
- 3.24. O *Endividamento remunerado*, que resulta da soma dos *Financiamentos obtidos* em *Passivo não corrente* e *Passivo corrente*, aumenta de 66,7 milhões de euros para 69,2 milhões de euros (4%) e passa a diminuir nos anos seguintes a uma taxa média anual de 5%, atingindo o valor de 63 milhões de euros em 2025.

A evolução das rubricas do *Capital próprio* e do *Passivo* consta da tabela seguinte.

Unidade: milhares de euros

BALANÇO (Capital próprio + Passivo)	2019	2022	2023	2024	2025	Δ (2023-2022)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital próprio	65 868	70 089	72 178	74 678	77 242	2 089	+3%
Capital realizado	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	0	0%
Reservas legais	491	653	748	869	994	95	+15%
Resultados transitados	39 131	42 193	44 005	46 309	48 684	1 812	+4%
Resultado líquido do período	1 245	2 243	2 426	2 500	2 564	182	+8%
Passivo	174 220	166 478	165 229	161 999	156 782	-1 249	-0,8%
Passivo não corrente	167 300	149 873	148 222	141 222	133 404	-1 651	-1,1%
Provisões	0	0	30	0	0	30	
Financiamentos obtidos	76 036	61 574	56 206	50 422	44 370	-5 368	-9%
Passivos por Impostos diferidos	15 895	15 721	16 274	16 406	16 451	553	+4%
Outras contas a pagar	75 369	72 579	75 713	74 394	72 583	3 134	+4%
Passivo corrente	6 920	16 605	17 007	20 778	23 378	402	+2%
Fornecedores	999	9 097	2 564	3 675	2 215	-6 533	-72%
Estado e outros entes públicos	744	892	781	1 409	1 834	-111	-12%
Financiamentos obtidos	3 879	5 158	12 956	14 985	18 619	7 798	+151%
Outras contas a pagar	1 298	1 457	706	709	709	-751	-52%

Fonte: Proposta de PAO para 2023-25

3H. Rácios financeiros

Os rácios financeiros relevantes evidenciam, de 2022 para 2023, o impacto da integração do Município de Setúbal e o aumento do investimento e, nos anos seguintes, a melhoria dos resultados operacionais da empresa. A evolução dos rácios é apresentada na tabela seguinte, sendo de salientar o seguinte:



3.25. De 2022 a 2025, a Rentabilidade do ativo mantém-se inalterada, a *Rentabilidade do capital próprio*, o *Endividamento* e a *Autonomia financeira* apresentam uma evolução favorável e o *Endividamento corrente* e a *Liquidez geral* apresentam uma evolução desfavorável;

3.26. A *Rentabilidade das vendas* evolui desfavoravelmente de 2022 para 2023, mas passa a evoluir favoravelmente nos anos seguintes, superando o valor realizado em 2022.

Rácios financeiros	2019	2022	2023	2024	2025	Δ (2023-2022)
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	
Rentabilidade das vendas ¹	64%	58%	50%	59%	60%	-8 p.p.
Rentabilidade do ativo ²	1,8%	2,1%	2,1%	2,1%	2,1%	0 p.p.
Rentabilidade do capital próprio ³	1,9%	3,2%	3,4%	3,3%	3,3%	+0,2 p.p.
Endividamento ⁴	72,6%	70,4%	69,6%	68,4%	67,0%	-0,8 p.p.
Endividamento corrente ⁵	2,9%	7,0%	7,2%	8,8%	10,0%	+0,1 p.p.
Autonomia financeira ⁶	27,4%	29,6%	30,4%	31,6%	33,0%	+0,8 p.p.
Liquidez geral ⁷	240%	71%	63%	59%	54%	-8 p.p.

¹ Rentabilidade das vendas = EBITDA / Volume de negócios

⁴ Endividamento = Passivo / Ativo

² Rentabilidade do ativo (RoA) = Resultado operacional / Ativo

⁵ Endividamento corrente = Passivo corrente / Ativo

³ Rentabilidade do capital próprio (RoE) = Resultado líquido / Capital próprio

⁶ Autonomia financeira = Capital próprio / Ativo

Fonte: Proposta de PAO para 2023-25

⁷ Liquidez geral = Ativo corrente / Passivo corrente

4. PLANO DE INVESTIMENTOS

Os investimentos para 2023-2025 ascendem a 25,7 milhões de euros, dos quais 10,9 milhões de euros a realizar em 2023. Na tabela seguinte é apresentado o resumo do plano de investimentos da proposta em análise e a sua comparação com o plano aprovado para 2022-24. O valor do investimento realizado em 2022 apresenta uma subida face ao realizado em 2021 (119%), mas diminui face que se encontrava previsto no PAO2022-24 aprovado (60%). De acordo com a empresa, esta redução resulta de procedimentos concursais relativos à contratação de projetos de execução e de empreitadas que ficaram desertos, devido à conjuntura atual do mercado. Estas situações obrigaram à reprogramação do plano de empreitadas para o ano de 2023, no sentido de assegurar o cumprimento do plano de investimentos da empresa previsto no contrato de concessão para o quinquénio, buscando recuperar o atraso verificado.

Unidade: milhares de euros

PLANO DE INVESTIMENTOS	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL 2023-2025	TOTAL
Edifícios e outras construções	983	1 879	7 095	3 253	1 807	12 155	15 017
Equipamento básico	1 222	2 259	2 613	4 755	3 958	11 327	14 808
Outros	-73	539	1 143	445	653	2 241	2 707
TOTAL	2 132	4 677	10 852	8 453	6 418	25 723	32 532
PAO2023							
autofinanciamento	2 132	4 370	10 796	8 453	6 418	25 667	32 169
fundos comunitários		306	56			56	362
PAO2022	2 893	11 721	5 055	7 861			27 530
Δ (PAO2023 - PAO2022)	-761	-7 044	5 797	592			-1 416
	-26%	-60%	+115%	+8%			-5%

Fontes: Proposta de PAO para 2023-25 e PAO2022-24



A empresa apresenta indicadores físicos para acompanhamento dos seis projetos previstos com maior execução prevista para 2023 ou mais relevantes para o sistema multimunicipal, a saber:

- Reabilitação do Intercetor da Amora: totalizando 800 mil euros em 2023;
- Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - Intercetor da Bacia A: 664 mil euros em 2023, totalizando 725 mil euros;
- Reabilitação no âmbito do período de garantias da empreitada de conceção-construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Quinta do Conde: totalizando 554 mil euros em 2023;
- Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - Intercetor do Fanqueiro (fase 1): totalizando 485 mil euros em 2023;
- Reabilitação e Substituição de Infraestruturas da SIMARSUL nos Municípios de Palmela e Sesimbra: totalizando 458 mil euros em 2023;
- Fornecimento, montagem e colocação em serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL: 1054 mil euros em 2023, totalizando 1145 mil euros.

Os cinco primeiros projetos correspondem a investimento de reabilitação e o último tem uma repartição de 45% de investimento de reabilitação e 55% de novo investimento. O investimento previsto nestes projetos totaliza cerca de 4,2 milhões de euros, dos quais quatro milhões de euros em 2023. Estão incluídas em anexo à proposta as fichas descritivas destes projetos, nas quais é identificada a necessidade do investimento, o tipo de investimento, a estimativa do valor da obra e a população servida.

5. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

A empresa prevê aumentar o recurso a endividamento remunerado de 66,7 milhões de euros para 69,2 milhões de euros (4%) em 2023 e diminuir nos anos seguintes a uma taxa média anual de 5%. O capital realizado em 2023 não sofre alteração face a 2022. Não está prevista a realização de qualquer novo investimento com expressão material nos termos do n.º 2 do artigo 134.º do DLEO2023. No que decorre da aplicação da fórmula patente no referido número, prevê-se que o endividamento da empresa aumente 2,6% em 2023.

VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	
<i>Unidade: milhares de euros</i>	
$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$	
(Financiamento Remunerado) FR_t =	69 162
FR_{t-1} =	66 732
(Capital Social ou Capital Estatutário realizado) $Capital_t$ =	25 000
$Capital_{t-1}$ =	25 000
(Novos Invest. com Expressão Material) $NovosInvestimentos_t$ =	0
Δ Endividamento =	+2,6%



6. PAGAMENTOS

Apresenta-se no quadro seguinte a variação do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores da SIMARSUL, calculado como disposto no n.º 9 do “Programa Pagar a Tempo e Horas”, anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio. O PMP previsto é 45 dias, verificando-se o incumprimento do objetivo para 2023 (redução do PMP superior ou igual a 15%). A empresa argumenta que o valor elevado do PMP se deve a estar previsto um aumento no volume de investimento a executar, e que cumpre os prazos de pagamento contratualizados.

	Execução 2021	Execução 2022	Previsão 2023
PMP médio (dias)	37	41	45
Δ anual		+11%	+10%

Fonte: Proposta de PAO para 2023-25

7. CONCLUSÃO

A proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2023-2025” da SIMARSUL requer a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para:

- i. a contratação de oito trabalhadores em 2023;
- ii. a celebração de um estágio de recém-licenciado, a converter em contrato de trabalho sem termo, caso se justifique, após a conclusão do estágio. Porém, é extemporâneo querer agora assegurar-se a contratação, pelo que se recomenda a não autorização do estágio;
- iii. o aumento dos *Gastos com pessoal corrigidos* (nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO2023) e desconsiderando a contratação do estagiário e a eliminação da redução de 5% na remuneração dos gestores públicos, a não autorizar, em 1062 mil euros face ao realizado em 2022 (29%), limitando o total dos *Gastos com pessoal* ao valor de 4739 mil euros; e
- iv. o aumento dos *FSE corrigidos* (nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO2023) em 3,7 milhões de euros face ao estimado para 2022 (54%), limitando o total dos *FSE* em 2023 ao valor de 14 508 mil euros;

que se têm, com as exceções apontadas, por fundamentados.

Neste caso, conclui-se que a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2023-2025” apresentada pela SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. reunirá as condições para, concordando e querendo, merecer a aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

Paulo Toste
Consultor

